



**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS - ENCE
MESTRADO EM ESTUDOS POPULACIONAIS E PESQUISAS SOCIAIS**

NATÁLIA CRISTINA CORRÊA CASTELO BRANCO

**O CAPITAL SOCIAL E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:
O CASO DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS
LUCRATIVOS**

Rio de Janeiro

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

NATÁLIA CRISTINA CORRÊA CASTELO BRANCO

**O CAPITAL SOCIAL E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:
O CASO DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS
LUCRATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lavínia Davis Rangel Pessanha
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Ismenia Blavatsky de Magalhães

Rio de Janeiro

2009

C349c Castelo Branco, Natália

O capital social e as organizações da sociedade civil: o caso das fundações privadas e associações sem fins lucrativos / Natalia Castelo Branco . –

Rio de Janeiro : 2009.

168 f.

Inclui bibliografia.

Orientadora: Lavínia Davis Rangel Pessanha

Co-Orientadora: Ismenia Blavatsky de Magalhães

Dissertação (Curso de Mestrado) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais.

1. Associações sem fins lucrativos – Estatística - Pesquisa. 2. Capital social (Sociologia) – Organizações - Brasil. 3. Associações sem fins lucrativos – Brasil – Classificação. I. Pessanha, Lavínia Davis Rangel. II. Magalhães, Ismênia Blavatsky. III. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). IV. IBGE. V. Título.

CDU: 311.21:061(81)

NATÁLIA CRISTINA CORRÊA CASTELO BRANCO

**O CAPITAL SOCIAL E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL:
O CASO DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS
LUCRATIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE, para obtenção do título de Mestre.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2009.

Prof^a. Dra. Lavínia Davis Rangel Pessanha
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Prof^a. Dra. Ismenia Blavatsky de Magalhães
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Prof^a. Dra. Moema de Poli Teixeira
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Prof^a. Dra. Maria de Fátima Ferreira Portilho
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho é dedicado ao meu filho
Luiz Arthur Castelo Branco Brum Pinheiro,
minha obra prima, razão principal de todo
este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai, Luiz Antônio pelo incentivo de toda uma vida, ao meu irmão Luiz Alexandre pelas lições de perseverança e ao meu filho Luiz Arthur pelos ensinamentos diários.

A Luiz Paulo Moreira Lima, meu padrinho e mentor acadêmico. Obrigada pelos incentivos nesta grande empreitada.

A Prof. Dra. Lavínia Pessanha pelas trocas de experiências acadêmicas e mundanas. Agradeço também por todo empenho, companheirismo e, principalmente exigência. Obrigada pela dedicação ao meu trabalho.

A Prof. Dra. Ismenia Blavatsky de Magalhães pela dedicação, empenho e interesse pelo tema.

Ao IBGE pela oportunidade de obtenção de bolsa de mestrado sem a qual não poderia ter realizado o curso e a todos os professores do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela dedicação e comprometimento, mas especialmente a Prof. Moema de Poli Teixeira por ter me apresentado o capital social e Prof. Dra. Maria Salet Novellino pelos conselhos acadêmicos e outros.

A todos os meus colegas do mestrado em especial a Vinícius Ferraz, Gabriel Mendes Borges, Rogério Gama Gutierrez, Baiena Souto Feijolo, João Assis Dulci, Flávia Alfenas, Luiz Felipe Walter Barros, Micheline Christopher, Fátima Madeira e Tatiana Cunha Arteaga pelas parcerias.

A Mauro dos Santos Mendonça, gerente de informática da ENCE, Roselir Baptista, Marcelo Lobato e Sarah Alves, bibliotecários da ENCE. Obrigada pela disponibilidade e presteza no atendimento de todas as minhas solicitações.

A Joyce Gotlib, Vania Neves e Monique Menezes, companheiras de trabalho e de traduções.

E finalmente, ao Observatório de Favelas por permitir e incentivar substancialmente a conclusão do meu trabalho. Raquel, Fernanda, Rodrigo, Jamille, Liana, Andréia, Marianna, Vinícius e Michelle, obrigada pelo companheirismo.

“Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para si mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela” (Adam Smith, Teoria dos Sentimentos Morais, Seção I, Capítulo 1, página 5).

RESUMO

O presente trabalho trata da questão do capital social na nova conjuntura política brasileira. A partir da década de 1990, as transformações políticas instauradas como a política neoliberal, que pressupõe a diminuição do Estado, aliada à crise da democracia representativa e à reforma do Estado, configura um novo cenário que acarretou empecilhos no fortalecimento da própria democracia no Brasil. O fortalecimento da democracia está intimamente ligado à participação dos cidadãos na arena política, o que se torna extremamente complexo quando estamos diante de um cenário de fragmentação e incredibilidade nas instituições. Sendo assim, uma das saídas para esta questão é a configuração de capital social, a ser instituído através das organizações civis de forma a permitir a maior inserção e participação dos indivíduos na arena política. Buscaremos neste trabalho apresentar a relação entre capital social e organizações da sociedade civil tanto no campo teórico como através de dados da pesquisa intitulada “Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos” desenvolvida pelo IBGE nos anos de 2002 e 2005.

Palavras-chave: Capital Social. Organizações da Sociedade Civil. Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos.

ABSTRACT

The present work raises the question about the social capital in the new conjuncture of Brazilian policy. Since 1990, political transformations such as: neoliberal policy – that assumes an Estate reduction – along with the representative democracy crisis and the State reform. Configure new scenery that result in difficulties to the strengthening of democracy in Brazil itself.

The strengthening of democracy is closely attached to citizen's participation in the political arena. What could be extremely complex when you face scenery of fragmentation and disbelief on the state institutions.

Therefore, a way out to this problem is the configuration of social capital. That should be instructed through civil society organizations to allow insertions and participation of people in the political arena.

The proposal of this paper is to present the relation between social capital and civil society organizations, not only in the theoretic field but also with data from a research named "Privet Foundations and Non Profit Organizations" developed by IBGE during 2002 and again at 2005.

Key words: Social Capital, Civil Society Organizations. Privet Foundations and Non Profit Organizations.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Fontes do Capital Social segundo Portes (2000)	39
Tabela 2: Títulos e Certificados das Organizações da Sociedade Civil	75
Tabela 3: Legislação Jurídica das Organizações da Sociedade Civil	76
Tabela 4: Medidas de tendência central e dispersão das variáveis selecionadas para o ajuste do modelo de regressão linear múltipla para a variável número de FASFIL – 2002	145
Tabela 5: Medidas de tendência central e dispersão das variáveis selecionadas para o ajuste do modelo de regressão linear múltipla para a variável número de FASFIL – 2005	146

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição das FASFIL segundo tipo (%) – Brasil 2002	83
Gráfico 2: FASFIL segundo ano de fundação (%) – Brasil 2002	84
Gráfico 3: FASFIL segundo Grandes Regiões (%) - Brasil 2002.....	85
Gráfico 4: FASFIL segundo UFs (%) – Brasil 2002	85
Gráfico 5: FASFIL segundo área de atuação (%) – Brasil 2002.....	87
Gráfico 6: FASFIL segundo Estados da Região Norte (%) – Brasil 2002.....	89
Gráfico 7: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Rondônia (%) - Brasil 2002	90
Gráfico 8: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Acre (%) - Brasil 2002 ..	90
Gráfico 9: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Roraima (%) - Brasil 2002	91
Gráfico 10: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Pará (%) - Brasil 2002	92
Gráfico 11: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Tocantins (%) - Brasil 2002	92
Gráfico 12: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Amazonas (%) - Brasil 2002	93
Gráfico 13 - FASFIL segundo área de atuação no Estado do Amapá (%) - Brasil 2002	94
Gráfico 14: FASFIL segundo Estados da Região Nordeste (%) – Brasil 2002.....	95
Gráfico 15: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Maranhão (%) - Brasil 2002	96
Gráfico 16: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Piauí (%) - Brasil 2002	96
Gráfico 17: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Pernambuco (%) - Brasil 2002	97
Gráfico 18: FASFIL segundo área de atuação no Estado da Bahia (%) - Brasil 2002	97
Gráfico 19: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Ceará (%) - Brasil 2002	98

Gráfico 20: FASFIL segundo área de atuação no Rio Grande do Norte (%) - Brasil 2002	98
Gráfico 21: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Sergipe (%) - Brasil 2002	99
Gráfico 22: FASFIL segundo área de atuação no Estado da Paraíba (%) - Brasil 2002	99
Gráfico 23: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Alagoas (%) - Brasil 2002	100
Gráfico 24: FASFIL segundo Estados da Região Sudeste (%) – Brasil 2002	101
Gráfico 25: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Minas Gerais (%) - Brasil 2002	101
Gráfico 26: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Espírito Santo (%) - Brasil 2002	102
Gráfico 27: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Rio de Janeiro (%) - Brasil 2002	102
Gráfico 28: FASFIL segundo área de atuação no Estado de São Paulo (%) - Brasil 2002	103
Gráfico 29: FASFIL segundo Estados da Região Sul (%) – Brasil 2002	104
Gráfico 30: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Paraná (%) - Brasil 2002	104
Gráfico 31: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Rio Grande do Sul (%) - Brasil 2002	105
Gráfico 32: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Santa Catarina (%) - Brasil 2002	105
Gráfico 33: FASFIL segundo Estados da Região Centro-Oeste (%) - Brasil 2002..	106
Gráfico 34: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Mato Grosso (%) - Brasil 2002	107
Gráfico 35: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Mato Grosso do Sul (%) - Brasil 2002	108
Gráfico 36: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Goiás (%) - Brasil 2002	108

Gráfico 37: FASFIL segundo área de atuação no Distrito Federal (%) - Brasil 2002	109
Gráfico 38: Distribuição das FASFIL segundo tipo (%) – Brasil 2005	110
Gráfico 39: FASFIL segundo ano de fundação (%) – Brasil 2005	111
Gráfico 40: FASFIL segundo Grandes Regiões (%) - Brasil 2005.....	111
Gráfico 41: FASFIL segundo UFs (%) – Brasil 2005	112
Gráfico 42: FASFIL segundo área de atuação (%) – Brasil 2005.....	113
Gráfico 43: FASFIL segundo Estados da Região Norte (%) – Brasil 2005.....	114
Gráfico 44: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Rondônia (%) - Brasil 2005	114
Gráfico 45: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Acre (%) - Brasil 2005	115
Gráfico 46: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Roraima (%) - Brasil 2005	116
Gráfico 47: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Pará (%) - Brasil 2005	116
Gráfico 48: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Tocantins (%) - Brasil 2005	117
Gráfico 49: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Amazonas (%) - Brasil 2005	118
Gráfico 50: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Amapá (%) - Brasil 2005	118
Gráfico 51: FASFIL segundo Estados da Região Nordeste (%) – Brasil 2005.....	120
Gráfico 52: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Maranhão (%) - Brasil 2005	120
Gráfico 53: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Piauí (%) - Brasil 2005	121
Gráfico 54: FASFIL segundo área de atuação no Estado da Paraíba (%) - Brasil 2005	122
Gráfico 55: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Pernambuco (%) - Brasil 2005	122

Gráfico 56: FASFIL segundo área de atuação no Estado da Bahia (%) - Brasil 2005	123
Gráfico 57: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Ceará (%) - Brasil 2005	124
Gráfico 58: FASFIL segundo área de atuação no Rio Grande do Norte (%) - Brasil 2005	124
Gráfico 59: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Sergipe (%) - Brasil 2005	125
Gráfico 60: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Alagoas (%) - Brasil 2005	125
Gráfico 61: FASFIL segundo Estados da Região Sudeste (%) – Brasil 2005	126
Gráfico 62: FASFIL segundo área de atuação no Estado de São Paulo (%) - Brasil 2005	127
Gráfico 63: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Minas Gerais (%) - Brasil 2005	127
Gráfico 64: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Rio de Janeiro (%) - Brasil 2005	128
Gráfico 65: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Espírito Santo (%) - Brasil 2005	129
Gráfico 66: FASFIL segundo Estados da Região Sul (%) – Brasil 2005	130
Gráfico 67: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Rio Grande do Sul (%) - Brasil 2005	130
Gráfico 68: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Paraná (%) - Brasil 2005	131
Gráfico 69: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Santa Catarina (%) - Brasil 2005	131
Gráfico 70: FASFIL segundo Estados da Região Centro-Oeste (%) - Brasil 2005..	132
Gráfico 71: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Goiás (%) - Brasil 2005	133
Gráfico 72: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Mato Grosso (%) - Brasil 2005	133

Gráfico 73: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Mato Grosso do Sul (%) - Brasil 2005	134
Gráfico 74: FASFIL segundo área de atuação no Distrito Federal (%) - Brasil 2005	134
Gráfico 75: Número de FASFIL segundo tipo – Brasil 2002-2005.....	135
Gráfico 76: FASFIL segundo ano de fundação (%) – Brasil 2002-2005.....	136
Gráfico 77: Distribuição das FASFIL segundo Grandes Regiões (%) – Brasil - 2002-2005	136
Gráfico 78: Distribuição das FASFIL segundo UFs (%) – Brasil 2002-2005	137
Gráfico 79: Classificação das FASFIL segundo área de atuação (%) - Brasil 2002-2005	138
Gráfico 80: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Norte (%) - Brasil 2002-2005	138
Gráfico 81: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Nordeste (%) - Brasil 2002-2005	139
Gráfico 82: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Sudeste (%) - Brasil 2002-2005	140
Gráfico 83: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Sul (%) - Brasil 2002-2005	140
Gráfico 84: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Centro-Oeste (%) - Brasil 2002-2005	141

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
2. TEORIAS ACERCA DO CAPITAL SOCIAL	19
2.1 CAPITAL SOCIAL EM BOURDIEU	20
2.2 CAPITAL SOCIAL EM COLEMAN	23
2.3 CAPITAL SOCIAL EM PUTNAM	27
2.4 CONTRIBUIÇÃO DE OUTROS AUTORES	33
2.4.1 <i>Alejandro Portes</i>	33
2.4.2 <i>Francis Fukuyama</i>	34
2.5 FONTES DO CAPITAL SOCIAL	38
2.6 TIPOS DE CAPITAL SOCIAL	39
2.7 CAPITAL SOCIAL NEGATIVO.....	41
2.8 CAPITAL SOCIAL, CULTURA E DEMOCRACIA.....	43
2.9 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL	45
2.10 MENSURAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	46
3. A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E SUAS “NOVAS” ORGANIZAÇÕES	48
3.1 BREVE SÍNTESE DA TRAJETÓRIA SÓCIO-POLÍTICA BRASILEIRA PÓS-30	49
3.2 O NEOLIBERALISMO E A REFORMA GERENCIAL DO ESTADO	57
3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS	60
3.4 SOCIEDADE CIVIL COMO “NOVO” ATOR POLÍTICO.....	63
3.5 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS	65
3.6 TERCEIRO SETOR.....	69
3.7 ORGANIZAÇÕES CIVIS.....	71
3.8 ORGANIZAÇÕES CIVIS NA ATUALIDADE	73
3.8.1 <i>Marco legal das organizações civis brasileiras</i>	73
3.8.2 <i>A polêmica acerca das organizações civis na atualidade</i>	77
3.8.2.1 <i>Medida provisória nº. 446</i>	78
4. FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	81
4.1 FASFIL 2002.....	82
4.1.1 <i>Região Norte</i>	89
4.1.2 <i>Região Nordeste</i>	94
4.1.3 <i>Região Sudeste</i>	100
4.1.4 <i>Região Sul</i>	103
4.1.5 <i>Região Centro-Oeste</i>	106
4.2 FASFIL 2005.....	109
4.2.1 <i>Região Norte</i>	113
4.2.2 <i>Região Nordeste</i>	119
4.2.3 <i>Região Sudeste</i>	126
4.2.4 <i>Região Sul</i>	129
4.2.5 <i>Região Centro-Oeste</i>	132
4.3 COMPARAÇÕES ENTRE FASFIL 2002 E FASFIL 2005.....	135
5. MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA (MRLM)	142
5.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS.....	145

5.2 AJUSTE DO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA	147
5.2.1 Ajuste do MRLM para o ano de 2002.....	148
5.2.2 Ajuste do MRLM para o ano de 2005.....	149
5.2.3 Comparações entre os ajustes dos MRLM para os anos de 2002 e 2005	151
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	158
ANEXOS	163
ANEXO A – AJUSTE DO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA O ANO DE 2002.....	164
ANEXO B – AJUSTE DO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA O ANO DE 2005.....	166

INTRODUÇÃO

Este trabalho procura examinar a relação existente entre capital social, as novas organizações da sociedade civil e desenvolvimento territorial. Para isso, entendemos capital social segundo Putnam (1993), definido-o como uma característica intrínseca às organizações sociais que contribui diretamente para o fortalecimento das relações sociais como fator de integração que favorece a democracia e o desenvolvimento.

A partir das mudanças político-institucionais ocorridas a partir dos anos 90 no Brasil, como o processo de redemocratização, a revitalização da sociedade civil, a reforma do Estado entre outras (FLEURY, 2004), constatamos o surgimento de movimentos advindos da sociedade civil que procuram preencher lacunas deixadas pelo cenário político vigente, com o intuito de dialogar com as instituições convencionais.

As novas organizações possibilitaram maior participação política da sociedade civil, aumentando o grau de associativismo e de confiança entre as redes de relações sociais e fortalecendo a integração entre estes. (GURZA LAVALLE, 2004). Assim, estas organizações tornam-se novas formas de construção de identidades e participação coletivas da sociedade civil, tendo como principal objetivo atender as demandas da sociedade e também motivar e estimular os cidadãos a participação dentro do cenário político criando e/ou aumentando o estoque de capital social. (BAQUERO, 2003).

Pretendemos demonstrar como estas organizações da sociedade civil são, em alguma medida, indicadores de capital social e como se legitimam no cenário político brasileiro através de suas principais características, a fim de elucidar como estão dispostas e também quais as alterações sofridas com o passar dos anos, a fim de comprovar a sua legitimidade.

No primeiro capítulo, apresentaremos a teoria sociológica acerca do capital social, suas fontes, tipologias e formas de mensuração, destacando os três principais autores envolvidos nesta temática: Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. Apresentaremos também a relação existente entre o capital social, cultura e desenvolvimento.

No segundo capítulo, faremos uma breve síntese sobre as transformações políticas e sociais desde os anos 30 até os tempos atuais e como essas transformações influenciaram o surgimento de organizações da sociedade civil. A partir daí, buscaremos demonstrar como estas organizações se legitimam no cenário político e como elas são tratadas pela sociologia no que diz respeito à nomenclatura, classificação e atribuições destas organizações.

No terceiro capítulo, investigaremos o perfil das organizações utilizando como base a pesquisa realizada pelo IBGE intitulada “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos do Brasil” (FASFIL) nos anos de 2002 e 2005 buscando entender como se dá a distribuição geográfica regional e estadual no que se refere ao seu quantitativo, ano de fundação e sua categorização nas áreas de atuação através de uma análise descritiva destes dados.

No quarto capítulo, desenvolveremos um modelo estatístico de regressão linear múltipla a fim de observar a relação existente entre as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos e outros indicadores de desenvolvimento social, econômico, demográfico e político no âmbito estadual para os anos de 2002 e 2005 buscando encontrar sinergias entre fenômenos sociais.

Por fim, nos remeteremos às considerações finais do trabalho buscando objetivar possíveis contribuições para os trabalhos futuros.

2. TEORIAS ACERCA DO CAPITAL SOCIAL

O termo Capital Social tem sido muito utilizado nas últimas décadas tanto pela academia como pela mídia. Muitos sociólogos têm se apropriado do termo para explicar uma série de fenômenos que vêm acontecendo e que muitas vezes é apresentado como uma forma de superação para todos os problemas sociais contemporâneos. Nas duas últimas décadas, o termo capital social passa não só a ser bastante disseminado, como surge como “(...) um antídoto mágico contra todas as mazelas sociais” (D’ARAÚJO, 2003, p.7).

Atualmente, o termo capital social adquiriu uma grande multidisciplinaridade e tem sido empregado nas mais diversas disciplinas da academia como na economia, na sociologia, na ciência política, estatística, metodologia entre outras. E, entre as mais diversas temáticas como desenvolvimento, bem estar social, redução da pobreza, direitos humanos entre outros. Além disso, o capital social é multidimensional, ou seja, incorpora vários níveis e unidades de análise. (D’ARAÚJO, 2003).

A expressão capital social foi introduzida na agenda acadêmica pelo filósofo francês Pierre Bourdieu em 1980, em seu trabalho “Le capital social: notes provisoires” publicado na Actes de La Recherche en Sciences Sociales. A partir de então tem sido apropriado por diversos autores para explicar os fenômenos advindos da sociedade civil que tem relação com a participação e a mobilização dos cidadãos.

Anteriormente a Bourdieu, podemos identificar, ainda que com outra nomenclatura, algumas referências à noção de capital social. Émile Durkheim (1858-1917), sociólogo francês que viveu no final do século XIX, já se referia à noção de capital social quando discursava sobre o envolvimento e a participação em corporações como geradores de benefícios para a sociedade e como antídoto às anomias de determinada comunidade, através do que ele denominou “solidariedade orgânica” (PORTES, 2000). Sendo assim, o termo capital social entra em voga a partir da década de 1980, mas a referência à questão subjacente já estava sendo discutida desde o século XIX trazendo uma nova abordagem nas últimas duas décadas.

Portanto, este conceito chama a atenção para fenômenos reais e importantes da sociologia, mas apesar disso, não há consenso sobre sua conceituação, já que é

entendido, muitas vezes, como uma relação de causa e efeito e, por isso deve permanecer por um bom tempo na pauta da agenda acadêmica. (LIMA NETO, 2007)

D'Araújo (2003) defende a idéia de que o conceito de capital social, se bem utilizado, torna-se um importante instrumento de formulação e implementação de políticas públicas, pois permite revitalizar a sociedade civil e transformar a democracia representativa em democracia participativa.

Três autores são referenciais quando tratamos deste conceito: Pierre Bourdieu (1980), James Coleman (1988; 1990) e Robert Putnam (1993; 2002) elaboraram e difundiram este conceito, cada um sob a sua ótica e com objetivos e temporalidades diferentes, como apresentaremos a seguir.

2.1 Capital Social em Bourdieu

Como já dissemos, o filósofo francês Pierre Bourdieu foi o precursor do termo capital social. A primeira de suas premissas era que o conceito de capital social somente pode ser observado dentro das redes de relações, e, portanto não pode ser atribuído, de forma alguma, às propriedades do agente individual. Para Bourdieu (2007), a existência de capital social está vinculada às redes de relações entre diferentes agentes. Bourdieu (2007) define capital social como:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. (BOURDIEU, 2007, p. 67).

Sendo assim, o capital social para Bourdieu (2007) estaria pautado em três elementos: nos benefícios adquiridos pelos agentes; na construção, manutenção e durabilidade das redes de relações sociais; e principalmente na noção de pertencimento e reconhecimento por parte dos agentes dentro destas relações.

O capital social está relacionado ao inter-reconhecimento do próprio agente dentro das relações sociais que desencadeará numa noção de pertencimento a estas. Para que isso ocorra, é necessário que um determinado agente não somente

seja reconhecido pelo outro, mas também, que ele mesmo se “auto” reconheça dentro deste grupo determinado por estas relações.

A durabilidade e a extensão destas relações é um dos determinantes do estoque de capital social disponível, já que quanto mais duráveis estas forem, mais os agentes o produzem e conseqüentemente o estocam.

Outro determinante é o volume de diferentes tipos de capital que um determinado agente pode acumular, já que para Bourdieu (2007), os diferentes tipos de capitais (econômico, cultural, simbólico e social) são interdependentes no que diz respeito ao seu estoque. Sendo assim, Bourdieu (2007) acreditava na correlação destas formas de capital, ou seja, para aumentar o estoque de capital social é necessário investir nas outras formas de capitais, sejam elas, econômicas, culturais e/ou simbólicas. Deste modo, o aumento ou a diminuição de qualquer um destes afetaria o quantitativo dos demais.

O estoque de um determinado tipo de capital pode advir de qualquer outro já que, para Bourdieu (2007) existia também uma conversibilidade entre eles. Acreditava, portanto, que podemos transformar capital social em recursos econômicos e que através dele também seria possível adquirir capital cultural e/ou simbólico.

A despeito disto, segundo Bourdieu (2007), as redes de relações formadas para que se constitua capital social dependem diretamente do capital econômico, cultural e simbólico possuído pelos agentes. Apesar disso, devemos entender que o capital social não é determinado pelos outros capitais, e sim interdependente, já que as redes de relações sociais que estes agentes participam são instituídas por elas mesmas.

O autor utiliza-se do termo capital social, pois acreditava ser este um constructo teórico capaz de identificar efeitos sociais que os agentes produzem em uma determinada estrutura, já que para o mesmo, o capital social está relacionado tanto aos benefícios obtidos pelas redes, mas também às lutas e conflitos gerados dentro dos campos sociais por diferentes atores.

As motivações que levam os agentes a construírem novas redes de relações podem ser consciente ou inconscientemente orientadas, ou seja, podem elas mesmas serem produtos de estratégias de investimento que permitem transformar relações de vizinhança e parentesco em frutos para a aquisição de capital social.

Assim, a condição para que um agente consiga reproduzir e/ou acumular capital social está relacionada à manutenção incessante do reconhecimento deste pelo grupo. Pautando-se nos benefícios adquiridos em virtude da participação em grupos, na construção de relações sociais e principalmente na noção de pertencimento a determinados grupos, Bourdieu (2007) identifica uma constituição de capital social proporcionada pelas redes de relações estabelecidas.

Portanto, a constituição de capital social está diretamente ligada as redes de relações sociais estabelecidas pelos agentes (indivíduos ou grupos) configurando-se em fenômenos sociais que advêm do trabalho coletivo. Para que essas relações se consolidem, Bourdieu (2007) afirma estarem baseadas no fomento das trocas produzindo redes de relações constituídas pelos laços de confiança. Sendo assim, estas redes de relações, que pressupõem um mínimo de homogeneidade entre os agentes, tornam-se responsáveis pela noção de pertencimento/reconhecimento e gerando benefícios mútuos.

Já no que diz respeito à quantidade e qualidade dos benefícios obtidos pelas relações sociais, Bourdieu (2007) entende que o volume de capital social depende tanto da extensão da rede de relações, ou seja, da quantidade de membros que se envolvem nas redes, como do volume das diferentes formas de capitais (econômico, cultural e simbólico), ou seja, do quantitativo de capitais que cada agente conectado a rede possui.

O que determina o estoque de capital social de cada agente é a posição que ele ocupa dentro desta rede de relações sociais, já que este é reproduzido através dos próprios agentes. Sendo assim, cada membro do grupo acaba por se tornar um agente limitador ou facilitador a partir do momento que é incluído neste grupo. Portanto, cada novo membro modifica o grupo através das relações que estabelece com os demais.

É importante atentarmos para o fato de que o autor acredita que este mesmo capital social que traz benefícios também pode ser usado para fins socialmente negativos, a fim de constituir uma determinada segregação de forma a beneficiar alguns e prejudicar outros, não se limitando às relações formalizadas.

Sendo assim, fica claro que para Bourdieu,

Enquanto não houver instituições que permitam concentrar nas mãos de um agente singular a totalidade do capital social que funda da existência do grupo (família, nação, mas também associação ou partido) e delegá-lo para

exercer, graças a esse capital coletivamente possuído, um poder sem relação com sua contribuição pessoal, cada agente deve participar do capital coletivo (...) (BOURDIEU, 2007, p. 69).

O autor acredita que as ações atribuídas a cada agente refletem diretamente na configuração do capital coletivamente possuído, mas também que cada agente dentro da hierarquia tem um peso maior ou menor nestas ações conforme a sua posição na estrutura social.

Essa hierarquização precisa ser muito bem distribuída para que não haja uma concorrência pelo capital social produzido dentro dos grupos para que este capital coletivo não seja concentrado num agente singular e se torne individualizado, pois assim, este agente passaria a exercer algum tipo de poder sobre o grupo.

2.2 Capital Social em Coleman

James S. Coleman, sociólogo americano, inicia seu artigo publicado na revista Americana de Sociologia, "*Social Capital in the Creation of Human Capital*" (1988) introduzindo a idéia de que o capital social é uma condição da estrutura social. Para Coleman (1998), o capital social é um conceito estritamente relacional, ou seja, pauta-se na idéia de interação dos atores dentro da estrutura social no que diz respeito às relações estabelecidas entre eles.

Coleman (1998) parte de uma dupla crítica onde de um lado estaria a maioria dos sociólogos que acreditavam na teoria de que o ator é socializado e governado por normas sociais, regras e obrigações e de outro lado estaria à maioria dos economistas que viam o ator como um "ser" motivado apenas pelos seus próprios interesses onde suas ações e objetivos seriam independentes do contexto social.

O autor se apropria do princípio da ação racional para explicar sua concepção acerca do capital social mesmo rejeitando a concepção individualista extremista que está embutida nela. Esta teoria baseia-se na individualidade e acredita que os atores agem em benefício próprio no alcance de seus interesses. Os comportamentos são consequências de ações individuais e a interação é dada através de trocas que facilitam as ações dos atores. (FRAGA e LEMOS, 2006)

A concepção de capital social trazida por Coleman (1998) permite analisar o comportamento dos atores sob o efeito da estrutura social e também introduzir a estrutura social no paradigma da ação racional. Coleman (1998) afirma ainda que

esses dois pressupostos não podem ser importados sem críticas, mas que com seu devido cuidado configuram-se em uma nova estratégia para o uso do termo.

O termo capital social é definido através de sua função, ou seja, como um recurso para ação dos atores que gera benefícios. Para isso, o autor utiliza conceitos econômicos que são intrínsecos tanto aos atores individuais quanto aos coletivos dentro da estrutura social.

Portanto, o capital social, é:

(...) uma variedade de entidades com dois elementos em comum: todas elas consistem num certo aspecto das estruturas sociais e facilitam determinadas ações dos atores – pessoas ou atores coletivos – no interior da estrutura (COLEMAN, 1998, p.98).

Coleman (1988) afirma que como outras formas de capital, o capital social é produtivo, o que facilita certas ações as quais não seriam alcançadas ou extremamente difíceis sob a ausência deste. Ainda categoriza o termo como “o menos” tangível dentre os capitais, já que só existe nas relações sociais estabelecidas entre as pessoas e, diferentemente dos outros tipos de capitais, se consolida através de seu uso. Sendo assim, uma determinada forma de capital social que ao mesmo tempo facilita certas ações para uns podem ser inúteis ou mesmo prejudiciais para outros.

Ao contrário das outras formas de capital, o capital social está diretamente atrelado à estrutura de relações entre os atores e é criado através de mudanças das relações entre as pessoas, que acaba por facilitar determinadas ações.

O capital social se constitui tanto numa saída para se chegar a resultados ao nível dos atores individuais como em uma transição “micro-macro” sem elaborar a estrutura social detalhadamente, ou seja, se entendermos e conseguirmos captar o conceito de capital social dos atores é possível entendermos a estrutura organizacional.

O modelo trazido por Coleman (1998) apresenta o modo como o capital social, combinado com outros recursos, torna possível o entendimento da sociedade como um todo e de determinados tipos de organizações.

Assim sendo, Coleman (1998) se propõe a examinar três (três) formas de capital social, são elas: obrigações e expectativas que asseguram a confiança entre os atores; os canais de informação que fornecem base para a ação; e normas sociais.

As obrigações e expectativas podem ser ilustradas pelo seguinte exemplo: Se um determinado ator (A) faz algo para que o segundo ator (B) e confia que B irá retribuí-lo no futuro, então A cria uma expectativa positiva com relação ao comportamento de B que, por sua vez, se sente obrigado a retribuir A. Esta obrigação pode ser concebida como um crédito que A detém em relação a B. Sendo assim, se A detém um grande número de créditos que podem ser utilizados por ele quando necessário, desde que estejamos falando de uma relação de confiança estável, ou seja, uma relação recíproca onde nenhuma das partes deserte de seu compromisso. É importante atentarmos para o fato de que o número de créditos atribuído a cada indivíduo é diferenciado.

Como vimos, esta forma de constituição e manutenção do capital social está baseada nas relações de confiança e lealdade estabelecidas dentro da estrutura social, ou seja, as obrigações têm de ser mantidas e cumpridas. Sendo assim, as estruturas sociais que cumprem com suas obrigações concentram maior estoque de capital social.

Outra forma de capital social está nos canais de informação que são importantes para prover a base da ação, ou seja, facilitar a ação. Podemos entender que, muitas vezes, a aquisição da informação é custosa de modo que estas podem ser adquiridas por meio de relações sociais mantidas para outros fins que não sejam diretamente canais de informação.

Podemos ilustrar esta forma de capital social através deste exemplo: um cientista social que está interessado em atualizar-se sobre a investigação em áreas afins busca interagir todos os dias com os colegas, mas somente estará realmente atualizado se a maioria dos colegas estiver na universidade, pois isso fará com que os próprios colegas estejam atualizados. Assim, constatamos como os canais de informação podem ser objetivamente uma forma de capital social, a partir do momento que estas novas informações adquiridas facilitam a ação dos atores.

A terceira e última forma apontado por Coleman (1998) está atrelada às normas e sanções efetivas. Para ele, quando as normas em vigor são efetivas, estas se constituem uma poderosa fonte de capital social. Estas normas têm como pressuposto facilitar ou inibir determinadas ações dentro das comunidades. Elas surgem como tentativas de limitar os efeitos negativos externos e encorajar os efeitos positivos.

As normas chamadas, por Coleman (1998), de prescritivas são uma forma importante de capital social, já que, através delas, deve abster-se ao auto-interesse agindo pela coletividade. Este tipo de norma está amparado por outras variáveis como: apoio social, status, honra, entre outras que induzem as pessoas a trabalharem pelo bem público.

Algumas dessas normas se tornam internalizadas a partir do momento que são amplamente apoiadas por meio externo para premiar ações altruístas e reprovar as ações egoístas. Portanto, comunidades com fortes e efetivas normas tendem a constituir uma melhor fonte de capital social, mas para isso é preciso primordialmente que a estrutura social seja coesa, o que depende diretamente da rede de confiança e lealdade que permite a proliferação das obrigações e expectativas.

Resumindo, para que a constituição, a manutenção e o aumento do estoque de capital social sejam possíveis é necessário que as relações de confiança e lealdade estejam absolutamente solidificadas, pois um determinado grupo que assume essas condições é capaz de realizar mais e melhores ações positivas.

A função do capital social está no valor de seus aspectos da estrutura social, como recurso que os atores podem usar para atingir os seus objetivos. Os benefícios são obtidos através de aspectos valorativos, inerente aos grupos ou redes sociais, tais como as expectativas de reciprocidade entre seus membros, a execução das normas no grupo, o fechamento das redes sociais e a adequação da organização social.

Assim, a configuração de redes densas resulta na existência de normas rígidas facilitando a realização de transações sem recorrência a processos legais, já que é apropriável por todos os membros da comunidade. Portanto, para Coleman (1998), o capital social nada mais é do que uma possibilidade de facilitar a ação de diferentes tipos de atores na sociedade solucionando os dilemas da ação coletiva.

Tendo como pano de fundo a teoria da ação racional e a estrutura social, o autor acredita que o princípio da ação racional em conjunção com contextos sociais particulares possam, não somente ser responsável pelas ações dos indivíduos nas redes sociais privadas, mas também pelo desenvolvimento da organização social.

No que diz respeito às organizações sociais apropriáveis, o autor consideram-nas como um veículo que pode atingir outros tipos de recursos diferentes dos quais elas foram inicialmente formadas, e assim constituir capital social.

Estas organizações podem ser criadas para um determinado propósito e acabar auxiliando outros. A partir do momento que os atores se relacionam em várias redes, através das organizações sociais, percebemos uma mobilidade que pode ser causa e/ou efeito do capital social disponível nas diversas relações.

No que diz respeito ao acúmulo deste capital social, Coleman (1988) acredita que este pode ser obtido ativamente, de forma intencional ou não, e também pode ser herdado.

O que se torna consenso entre os autores é que a utilização do termo capital social está certamente vinculada à capacidade dos atores de garantirem benefícios através da noção de pertencimento às redes sociais ou às outras estruturas da sociedade.

2.3 Capital Social em Putnam

Atualmente o autor de maior influência no debate sobre Capital Social é Robert Putnam (2002) que, em seu livro “Comunidade e Democracia: a experiência na Itália Moderna” apresentar resultados de uma pesquisa multidisciplinar de 20 anos buscando responder por que sob o mesmo desenho institucional alguns governos democráticos têm bom desempenho e outros não.

Mais especificamente, Putnam (2002) procura delinear a diferenciação entre os desempenhos das instituições democráticas e quais seriam os fatores que influenciaram nesta diversidade. Para isso, Putnam (2002) escolhe a experiência regional italiana por constituir uma oportunidade única de nascimento e desenvolvimento destas instituições já que no ano de 1970 criam-se 15 (quinze) novos governos regionais com instituições políticas rigorosamente idênticas.

Sua questão central estava pautada na diferença de resultados no que diz respeito à vida coletiva nas regiões da Itália, principalmente em relação ao desempenho econômico, político e social.

Seu método de investigação abarca diversos instrumentos e técnicas partindo de uma criteriosa observação de campo e do estudo de caso, mas também se apropria de técnicas quantitativas e análises estatísticas que permitem comprovar as especulações teóricas e fazer comparações entre as diversas regiões.

Tal estudo pretendeu fazer uma comparação entre as 15 (quinze) regiões em diversos aspectos utilizando técnicas como regressão múltipla e análise fatorial, mas

também priorizando as técnicas estatísticas mais simples como: gráficos e tabelas de porcentagem.

A Itália na década de 1970 apresentou um cenário histórico-político que permitiu este tipo de comparação já que passava por um período de reforma onde, o tradicional governo, até então totalmente centralizado, passou a delegar poderes e recursos aos governos regionais.

Continuando sua explanação, Putnam (2002) conclui que alguns governos regionais foram mais bem sucedidos do que outros no que diz respeito ao desempenho institucional. Definindo como categorias sua avaliação, a “continuidade administrativa”; “as deliberações sobre as políticas” e; a “implementação das políticas”, o autor define 12 (doze) indicadores para analisar o êxito e/ou fracasso institucional de cada uma das regiões, comparando-as.

Posteriormente, Putnam (2002) se propõe a compatibilizar o desempenho institucional com a avaliação dos membros destas comunidades. As conclusões tidas afirmam que

Certos governos regionais foram sistematicamente mais bem-sucedidos do que outros - mais eficientes em suas atividades internas, mais criativos em suas políticas e mais eficazes na execução dessas políticas. Essas diferenças no desempenho mantiveram-se estáveis por mais de uma década. São amplamente reconhecidos pelos eleitores, sejam estes cidadãos comuns ou líderes comunitários. (PUTNAM, 2002, p.94)

Sendo assim, o autor identifica uma diferenciação na questão da governança e afirma que há “melhores” e “piores” governos sob a mesma estrutura, recursos econômicos e legislação. Esta variação se dá através da “eficácia institucional” de cada região. (PUTNAM, 2002, p.95)

Partindo deste pressuposto, Putnam (2002) continua sua interlocução tentando explicar o porquê desta diferenciação, ou seja, porque há uma clara discrepância entre os níveis de desempenho institucional das regiões. O autor identifica um forte contraste entre as Regiões do Sul e do Norte. Diante disso, levanta duas possibilidades baseadas na “modernidade sócio-econômica” e na “comunidade cívica”.

A primeira estaria pautada nas conseqüências da industrialização que atingiram diferentemente as regiões da Itália e a segunda atrelada às noções de participação e solidariedade de cada uma delas.

Com relação à modernidade sócio-econômica advinda da Revolução Industrial, Putnam (2002) segue a linha de alguns sociólogos políticos que acreditam que exista uma correlação verdadeira entre modernização e democracia. Sendo assim, quando aplicamos essa teoria à questão italiana, podemos observar que o Norte é muito mais “moderno” que o Sul e, portanto mais “democrático” o que pode estar associada às razões pelas quais se diferencia do Sul no que diz respeito ao desempenho institucional.

Com relação à segunda possibilidade, Putnam (2002) afirma que seria necessária uma “virtude cívica” que estabelecesse uma relação entre a comunidade e o interesse público. Para tal, a participação na comunidade cívica, a igualdade política advinda da noção de cidadania, a solidariedade, a confiança e a tolerância por parte destes cidadãos e a propensão a associação e a cooperação são variáveis determinantes para que se estabeleça este tipo de comunidade.

Assim sendo, é preciso que se estabeleçam relações entre os membros da comunidade que estejam pautadas na horizontalidade da participação e da reciprocidade e não mais na autoridade irrestrita. Portanto, quanto mais igualitária fosse a política, mais próxima do civismo esta comunidade estaria. Apesar disso, Putnam (2002) afirma que estas não estariam longe dos conflitos, mas que os cidadãos estariam “embebidos” numa tolerância que preconizaria um advento às relações de confiança mútua.

Estas relações de confiança estabelecidas entre os cidadãos acabam sendo transferidas para a estrutura social de modo a promover um maior associativismo reforçando as normas e valores da comunidade cívica. Sendo assim, Putnam (2002) afirma que:

Diz-se que as associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. (PUTNAM, 2002, p.103)

Portanto, as associações civis são efeitos das relações de cooperação, solidariedade e reciprocidade. Alguns teóricos acreditam que os membros das organizações possuem um maior espírito “cívico” que reflete diretamente na estrutura social de modo a sustentar uma comunidade que pode ser também chamada de “cívica”.

Em outro momento, Putnam (2002) se atém às origens das comunidades cívicas e após um estudo histórico minucioso e a observação de seus dados quali e quantitativos afirma que há uma grande correlação entre a história dessas regiões e seu desempenho institucional onde as tradições cívicas têm uma relação mais direta que o próprio desenvolvimento econômico.

Segundo Putnam (2002), a Itália, nos últimos 100 anos sofreu grandes transformações de cunho econômico, social, político e demográfico. É constatado que as regiões que tinham “maior” industrialização no século passado não obrigatoriamente eram as mesmas que em 1970, mas as regiões com maior participação cívica correspondiam às mesmas do final do século XX. Isso tudo pode ser explicado, de certa forma, pela resistência das tradições cívicas.

Sendo assim, Putnam (2002) parte para outra fase de seu projeto tentando então delinear quais seriam as explicações para esta rigidez das tradições cívicas que permanecem por todo esse tempo. Para isso, este se utiliza do conceito de capital social segundo as características de comunidade e nações, ou seja, sob a ótica de grandes agregados sociais, na qual se pauta diretamente na noção de civismo.

A definição de capital social empregada por Putnam (2002) se baseia na idéia de que “(...) capital social diz respeito a características da organização social, como confiança e sistemas (de participação cívica), que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. (PUTNAM, 2002, p.177).

Seu entendimento sobre o termo circunda a problemática de que em regiões onde as comunidades podem ser consideradas menos cívicas, a vida coletiva tem passado por uma atrofia devido à falta de cooperação. E seu primeiro dilema está no porquê de tal situação.

Para o autor, a incapacidade de cooperar não está diretamente ligada à irracionalidade e/ou ignorância, mas sim, à falta de confiança entre os indivíduos de uma mesma sociedade, o que acaba por despertar o espírito “egoísta”. Explicando melhor, o que gera a falta de cooperação é o fato de um determinado indivíduo não confiar na recíproca do outro e, portanto acaba não cooperando já que não possui garantias de que o outro fará o mesmo.

Nessa circunstância, se torna irracional cooperar, já que há uma lacuna na punição de quem não corresponder às expectativas do outro e, portanto, não há garantias do cumprimento por ambas as partes.

Portanto, a cooperação voluntária só ocorre onde há confiança mútua e esta é a alavanca para a cooperação de modo que, “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistema de participação cívica”. (PUTNAM, 2002, p.177). Então, quanto maior o estoque de capital social maior a cooperação voluntária entre os indivíduos.

Assim sendo, os dilemas de ação coletiva podem ser resolvidos através das redes de relações sociais que disseminam confiança e geram uma cooperação voluntária que se utiliza do capital social como garantia.

Reafirmando o que foi dito anteriormente, o autor afirma que:

A confiança promove a cooperação. Quanto mais elevado o nível de confiança numa comunidade, maior a probabilidade de haver cooperação. E a própria cooperação gera confiança. A progressiva acumulação de capital social é uma das principais responsáveis pelos círculos virtuosos da Itália cívica. (PUTNAM, 2002, p.180)

Para gerar confiança social contamos com as regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Essas regras de reciprocidade podem advir da socialização e das sanções, já que essas diminuem a possibilidade de deserção facilitando a cooperação.

Existem ainda dois tipos de reciprocidade: a “balanceada” e a “generalizada”. A “balanceada” diz respeito a trocas de igual valor e a “generalizada” pressupõe trocas que podem apresentar desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que esperam ser recíprocas, ou seja, espera-se que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro.

A regra de reciprocidade generalizada é um componente altamente produtivo do capital social. Esta serve para conciliar interesses próprios com interesses coletivos. Portanto, o cumprimento das regras de reciprocidade generalizada promove uma maior confiança e maior intercâmbio social.

Estes sistemas de intercâmbio social podem se dar de duas formas: horizontal ou verticalmente. A horizontalidade significa a reunião de agentes que têm o mesmo status e o mesmo poder, já a verticalidade, ao contrário, associa agentes desiguais hierarquicamente.

Os sistemas de participação cívica representam uma intensa interação horizontal, sendo assim, podem ser vistos como uma forma essencial de capital

social, já que quanto melhor forem estes sistemas em uma determinada sociedade, mais os cidadãos serão capazes de cooperar em benefício mútuo.

Para Putnam (2002), a história de cada sociedade influencia no formato institucional de cada uma delas, ou seja, numa sociedade onde se estabeleceram relações horizontais bem-sucedidas no seu passado, é mais provável que a saída para os dilemas da ação coletiva sejam mais horizontalizadas futuramente.

Portanto, quanto mais horizontalizada for a estrutura de uma organização, mais ela favorecerá o desempenho institucional na comunidade em geral e conseqüentemente favorecerá a criação de capital social.

A diferença essencial entre as relações estabelecidas por laços de parentescos e as estabelecidas pela participação cívica está pautada na idéia de que, apesar de ambas desempenharem um papel essencial na solução dos dilemas da ação coletiva, as relações parentais só abrangem uma cooperação dentro de um determinado grupo e os sistemas de participação cívica englobam diferentes grupos promovendo uma cooperação mais ampla.

Assim como Bourdieu, Putnam (2002) acredita que o uso do capital social aumenta o seu estoque e se esgota se não for utilizado. Além disso, é tido como um bem público e por isso pouco valorizado; além de muitas vezes utilizado de forma inadequada.

Resumindo, para Putnam (2002) o capital social envolve características de organizações sociais, como as redes, as normas e a confiança que facilitam a ação cooperativa e participativa com o propósito de um benefício mútuo. Sua conclusão foi que a existência de uma “comunidade cívica” faria o diferencial entre o Norte e o Sul da Itália.

2.4 Contribuição de Outros Autores

Além dos três principais autores citados anteriormente, é importante destacar ainda dois autores contemporâneos, Alejandro Portes e Francis Fukuyama, que contribuíram substancialmente na discussão sobre Capital Social, tanto na releitura dos clássicos como em contribuições próprias para discussão da temática.

2.4.1 Alejandro Portes

Alejandro Portes, sociólogo cubano-norteamericano, inicia seu artigo “Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea” (2000) com as definições sobre capital social segundo três autores: Bourdieu, Loury e Coleman. Em seguida se propõe a classificar quatro fontes de capital social e nos atenta para o fato não só das conseqüências positivas que envolvem este conceito, mas também para as negativas.

Segundo este autor, o conceito de capital social foi inicialmente definido na esfera individual, mas foi expandido como características das nações e comunidades. Sendo assim, o capital social estaria inserido entre as conseqüências positivas da sociabilidade e, mas que isto, não seria uma idéia nova entre os sociólogos. Portanto, o termo capital social tem a pretensão de reconstruir uma idéia presente desde os primórdios da sociologia.

Portanto, Portes (2000) define capital social como um conjunto de recursos de que os indivíduos são possuidores e pode ser definido através de suas funções. Os recursos têm como características comuns serem constituintes de algum aspecto da estrutura social e facilitarem certas ações dos indivíduos.

O autor procura justificar o motivo pelo qual este conceito permanece pertinente até hoje e elucida duas razões para tal: primeiramente o fato de tratar das conseqüências positivas da sociabilidade, como já foi dito, e em segundo lugar, remetendo-se ao fato de que este termo está atrelado às formas não monetárias que podem constituir fontes de poder e influência dentro da sociedade.

Segundo Portes (2000), é importante distinguir os benefícios obtidos em si mesmo da capacidade de obtê-los, ou seja, distinguir o que é realmente capital social; suas fontes; quais são os benefícios que se pode obter através da

manutenção e ampliação deste tipo de capital e quais as características propriamente ditas do capital social em si.

Os benefícios obtidos através do capital social são para o receptor uma espécie de dívida. É fácil entender as razões que motivam os beneficiários, o difícil é entender quais as razões que motivam os doadores¹. Para isso, Portes (2000) procura distinguir através de um tratamento sistemático do conceito de capital social: os possuidores de capital social; as fontes do capital social e os recursos propriamente ditos.

Sendo assim, para gerar capital social é necessário que estes três agentes estejam numa sociedade em harmonia composta de redes densas, nas quais certo número de pessoas que possuam laços suficientemente densos garanta o cumprimento de determinadas normas de forma que a quebra destas conduzam o indivíduo ao isolamento.

Segundo Portes (2000), os diversos trabalhos publicados sobre o tema acreditam consensualmente que o capital social está pautado diretamente nos benefícios alcançados pelos atores que pertencem a determinadas redes sociais ou a outras estruturas sociais.

Finalmente, Portes (2000) afirma que, para qualquer pesquisador que estude este tema, é importante que: separe a definição do conceito de seus efeitos; demonstre que a presença de capital social é anterior aos resultados obtidos; controle a presença de outros fatores que possam explicar tanto o capital social como seus efeitos e identifique as origens históricas do capital social dentro da comunidade.

2.4.2 Francis Fukuyama

Francis Fukuyama, filósofo e economista político nipo-americano é outro importante autor sobre o tema capital social. Dentre suas publicações sobre este tema destacam-se o livro “Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade” (1996) e o artigo “Social capital and civil society” (1999).

Fukuyama (1999) segue a mesma visão de Putnam (2002) acerca do capital social afirmando que o capital social é importante para o bom funcionamento das

¹ Denominaremos doadores os indivíduos ou grupos que promovem o capital social.

economias modernas e condição *sine qua non* para a democracia liberal. Para o autor, resumidamente, capital social é uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos, podendo essas serem normas de reciprocidade, confiança ou redes de relações da sociedade civil.

Em primeiro lugar, Fukuyama (1999) chama a atenção para o fato de que o conceito confunde as manifestações com o que é o capital social em si mesmo, e que é muito importante que se faça essa diferenciação.

Todos os grupos que possuem capital social estabelecem relações de confiança e normas de cooperação que são efetivas. Assim, podemos entender que quando o capital social do grupo produz conseqüências positivas sua rede de confiança vai além do mesmo grupo. Sendo assim, pode-se entender a sociedade moderna como uma grande rede de relações de confiança que abarcam desde amigos até ONGs e grupos religiosos.

Para o este mesmo autor, as sociedades tradicionais possuem redes de confiança com “laços fortes” já que são partilhados com base em normas cooperativas para atingir fim. As sociedades modernas possuem laços de confiança “fracos” já que consistem em um grande número de grupos sociais que permitem a sobreposição de várias associações e identidades e assim torna-se mais difícil confiar em membros que não façam parte dos círculos estreitos da família e dos amigos.

A função econômica do capital social é reduzir os custos de transações associados aos contratos formais, já que em grupos onde não se possua capital social, estas transações implicarão em custos adicionais para que estes sejam cumpridos. Nenhum contrato pode especificar todos os imprevistos que eventualmente possam surgir entre as partes; mais pressupõem certa confiança que impede as partes de tirar proveito das falhas imprevistas. Contratos que procuram especificar todos os imprevistos acabam sendo muito rígidos e dispendiosos.

Já, a função política do capital social em uma democracia moderna, está pautada no ideal de Alexis de Tocqueville em Democracia na América, que utilizou a expressão da “arte da associação” para descrever a propensão para a associação civil. A “arte da associação” seria a união de indivíduos individualmente fracos para a realização de ações coletivas por meio do associativismo tornando-se fortes.

Segundo Tocqueville (apud FUKUYAMA, 1999), a democracia moderna promove um excessivo grau de individualismo, isto é, uma preocupação com a vida

privada e familiar, e pouca vontade de intervir nos assuntos públicos. Os americanos combateram esta tendência através da sua propensão para a associação voluntária, que os levou a formar grupos. Através do conjunto de associações civis formadas por eles puderam participar diretamente da vida política e serviram como "escolas de cidadania", em que os indivíduos aprenderam os hábitos de cooperação.

Para Fukuyama (1999), um grande estoque de capital social é, provavelmente, o que produz uma sociedade civil densa, que, por sua vez, tem sido quase universalmente considerada como uma condição necessária para a democracia liberal moderna. Esta sociedade civil serve para equilibrar o poder do Estado e para proteger os indivíduos dos excessos deste poder.

Os baixos níveis de capital social conduzem a uma série de disfunções políticas, como a centralização administrativa, a excessiva rigidez do sistema político, a corrupção, entre outras.

Para além de ser uma fonte de grupos organizados, espontaneamente, o capital social é vital para o bom funcionamento das instituições públicas formais.

O capital social é claramente gerado espontaneamente o tempo todo através das redes de relações sociais. Outra forma de geração de capital social está atrelada às normas internalizadas que são transmitidas de uma geração para a outra através de um processo de socialização. A religião e a tradição histórica também podem moldar normas sociais e assim produzir capital social.

Para Fukuyama (1999), existem quatro mecanismos que podem aumentar o estoque de capital social, É importante entender que ações de membros de determinados grupos da sociedade civil podem ter consequências positivas tanto para criar o capital social como para empobrecem sua acumulação. O autor destaca quatro (quatro) formas de acumulação do estoque de capital social.

Primeiramente, os Estados não têm muitos meios para alavancar a criação de capital social. O capital social é freqüentemente um subproduto da religião, da tradição, da experiência histórica e de outros fatores que estão fora do controle de qualquer governo.

Sendo assim, as políticas públicas podem ser pautadas pelas formas de capital social já existentes, como por exemplo, as redes sociais para desenvolver informações para micro empréstimos etc. Políticos também precisam estar cientes de que o capital social, especialmente quando associado com os grupos que possuem estreitas relações de confiança, pode gerar externalidades negativas, e ser

prejudicial para a sociedade como um todo. Em segundo lugar, a área em que os governos provavelmente têm a maior capacidade de gerar capital social é a educação. As instituições educativas não bastam transmitir o capital humano, mas também repercutir sobre o capital social sob a forma de regras e normas sociais.

Em terceiro lugar, para que a criação de capital social se dê de forma eficiente é necessário fornecer bens públicos, especialmente os direitos de propriedade e à segurança pública. As pessoas podem não associar-se se temem pela sua vida ao caminhar pela rua. Perante um ambiente estável e seguro para a interação pública e os direitos de propriedade, é mais provável que a confiança surja espontaneamente como resultado de das relações entre os indivíduos.

Em quarto, os Estados podem ter um sério impacto negativo sobre o capital social, quando eles começam a desenvolver atividades para o setor privado ou a sociedade civil. A capacidade para cooperar é baseada no hábito e na prática, se o Estado começa a atuar diretamente em todos os setores, as pessoas se tornam dependentes e perdem sua capacidade de trabalhar com o outro.

Se olharmos para além do papel do Estado, identificamos, pelo menos, duas fontes adicionais de capital social. A primeira é a religião. Obviamente, nem todas as formas de religião são positivas do ponto de vista do capital social; pois podem provocar intolerância, ódio e violência. Mas a religião também tem sido historicamente uma das mais importantes fontes de cultura, e é provável que se mantenha assim no futuro.

A segunda fonte de capital social nos países em desenvolvimento é a globalização. A globalização tem sido o portador não só de capital, mas de idéias e de cultura também. Sabemos que a globalização, da forma que está colocada, lesiona as culturas indígenas e ameaça as sociedades de longa tradição. Mas não deixa também novas idéias, hábitos e práticas na sua esteira, a partir da implantação de novas práticas de gestão das ONG.

Resumindo, para Fukuyama (1999), capital social é sinônimo de cooperação, e esta, por sua vez, é conseqüência da confiança. Confiança é a condição fundamental para que bons comportamentos sejam compartilhados. Para ele, a produção de capital social inclui virtudes como a reciprocidade e, principalmente, a honestidade, ou seja, não é somente porque determinada atitude torna-se comum dentro de um grupo ou uma comunidade que haverá acréscimo de capital social.

2.5 Fontes do Capital Social

Partindo do pressuposto que o capital social reside na estrutura das suas relações e que para possuir capital social, um indivíduo precisa se relacionar com outros, podemos diagnosticar que as fontes de capital social dos indivíduos são “os outros” e as relações que eles estabelecem. As motivações dos doadores para tornarem-se fontes de capital social podem ser de dois tipos: altruístas e instrumentais. A partir disso, Portes (2000) identifica quatro possíveis fontes de capital social.

A primeira fonte de capital social (altruísta) pode ser apresentada através das normas internalizadas que tornam possíveis comportamentos como pagar dívidas no prazo estipulado, dar esmolas com fim de caridade e obedecer a códigos de estrada. Coleman (apud PORTES, 2000) define este tipo de motivação como “normas que inibam o crime de modo eficiente permitem que se caminhe livremente na rua de uma cidade à noite e que os idosos saiam de casa sem temerem pela sua segurança” (Portes apud Coleman, 2000, p.138). Portanto, estes benefícios são apropriados por terceiros.

A segunda fonte (instrumental) vê o capital social como a acumulação de obrigações para com terceiros, de acordo com a norma de reciprocidade. Essa fonte de capital social funciona quando os doadores concedem o acesso privilegiado a recursos na expectativa de virem a ser totalmente ressarcidos no futuro. Esse ressarcimento pode implicar em duas problemáticas: as moedas que serão pagas às obrigações podem ser diferentes das que foram dadas e; não há prazo estipulado para a devolução.

A terceira fonte (altruísta) está relacionada à questão da identidade e de reconhecimento, ou seja, à questão da solidariedade que emerge do interior de uma determinada sociedade e está confinada a ela, a qual tem sido chamada de solidariedade confinada.

E a última fonte de capital social (instrumental) que se pauta na teoria durkheimiana da integração social e da capacidade de sancionamento da própria sociedade. Portanto, se algum agente não cumprir uma determinada norma de reciprocidade, o doador será ressarcido simplesmente pelo fato de que ambos estão inseridos na mesma estrutura social. Esta pode ter duas conseqüências: a

recompensa do doador pode não ser devolvida pelo próprio beneficiário, mas pela estrutura social que eles pertencem e, a própria coletividade atua de forma a garantir que todas as dívidas contraídas sejam pagas, seja pela aprovação, pela ameaça de sanções ou pelo ostracismo diante da comunidade.

Dentro desta concepção, existe confiança porque as obrigações são impostas, não através de recurso à lei ou à violência, mas através do poder da comunidade. Na literatura recente, este tipo de fonte de capital social é nomeado como confiança exigível e, é um mecanismo de apropriação tanto dos beneficiários, pois facilita o acesso aos recursos, quanto dos doadores, já que facilita as transações e os protege das condutas ilícitas.

Tabela 1: Fontes do Capital Social segundo Portes (2000)

FONTES ALTRUISTAS DE CAPITAL SOCIAL	FONTES INSTRUMENTAIS DE CAPITAL SOCIAL
<p><i>1. Dar recursos através de normas internalizadas pelo processo de socialização, sem ter obrigação moral. (Ex: presentes dos pais aos filhos, esmola com fins de caridade, pagar dívidas no prazo estipulado e obedecer a códigos de trânsito)</i></p>	<p><i>1. Acumulação de obrigações com terceiros que gera uma expectativa de retorno proporcional ao benefício. (norma de reciprocidade)</i></p>
<p><i>2. Dar recursos a outros demandados pela noção de pertencimento e de identidade, ou seja, pela solidariedade de uma determinada sociedade. (solidariedade confinada)</i></p>	<p><i>2. Transações inseridas na estrutura social que geram garantias de retorno por conta do controle comunitário. (confiança exigível)</i></p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Portes (2000)

2.6 Tipos de Capital Social

Procurando distinguir os tipos de capital social existentes na atualidade o Banco Mundial identifica três categorias: a) o capital de “ligação” (*bonding social capital*), que está baseado nas relações entre indivíduos similares, no sentido de que compartilham características demográficas, tais como familiares, vizinhos, amigos e colegas de trabalho; b) o capital de “ponte” (*brinding social capital*) que é caracterizado por ligações entre dois indivíduos situados em grupos distintos e não conectados, ou seja, que não compartilham muitas dessas características, ampliando as relações com outras comunidades; e c) o capital de “conexão” (*linking social capital*) que se caracteriza por laços mantidos com indivíduos que detêm posições de autoridade tais como representantes de instituições públicas e privadas.

Portanto, os capitais de “ponte” e de “ligação” pressupõem uma horizontalidade nas suas relações, ou seja, existem entre indivíduos da mesma classe social; já o de “conexão”, transgride as classes e se estabelece entre as pessoas de classes sociais diferentes e/ou instituições políticas e econômicas, ou seja, entre diferenciais de poder. Devemos também atentar para o fato de que não é a simples presença destas instituições que constituem o capital social, o que importa são os laços sociais estabelecidos por elas. Mas de qualquer forma, cabe ressaltar que o acesso ao capital social de “conexão” é de suma importância para o desenvolvimento social e econômico.

Outra tipologia adotada para o capital social é a distinção entre capital social atitudinal e estrutural que acaba criando certo conflito entre alguns autores. Alguns autores reservam somente a disposição atitudinal individual como atributo do capital social, já outros privilegiam os atributos sócio-estrutural que dependem do contexto e, portanto não são diretamente identificáveis pelo indivíduo como unidade de análise. (REIS, 2003).

Segundo Reis (2003), dentro destes dois “tipos” de capital social podemos encontrar uma variação de posições no que diz respeito a sua variável chave - a confiança. Quando estamos tratando do capital social atitudinal podemos perceber que a confiança entre as pessoas é constituída através da cultura, ou seja, constitui-se uma variável independente já que está predefinida dentro da sociedade.

Já quando nos referimos ao capital social estrutural, que depende do contexto, a confiança interpessoal passa a ser variável dependente, pois está diretamente relacionada à sociedade que operam os indivíduos. Portanto, o reconhecimento da presença do capital social passa a ter importância fundamental, já que facilitaria a realização de objetivos dos atores.

Aceitar a confiança como variável dependente seria acreditar na hipótese de que só motivações pessoais influenciam um determinado indivíduo nas suas atitudes e decisões, que não haveria nenhum componente exógeno que pudesse interferir na possibilidade destes se associarem, por exemplo, se envolverem em entidades da sociedade civil, ou até mesmo, promoverem quaisquer ações em benefício da sociedade como um todo.

Num estudo empírico desenvolvido por Lúcio Rennó (2001) esta perspectiva é questionada. Esse estudo procura operacionalizar os conceitos-chave da teoria do capital social num modelo multivariado. O autor utiliza variáveis tanto atitudinais,

onde se propõe a mensurar os aspectos psicológicos individuais na participação em organizações sociais e políticas; como estruturais, buscando testar os limites e incentivos exógenos que conduzem à participação dos cidadãos em organizações civis.

O autor conclui que, de modo geral, as variáveis relacionadas à idéia de capital social atitudinal (confiança interpessoal, tolerância e otimismo) apresentam resultados menos consistentes do que as variáveis que medem o capital social estrutural, ou seja, as instituições do Estado que ampliam a participação dos cidadãos. (estrutura de oportunidade política).

(...) o arcabouço institucional de cada país, assim como a percepção individual sobre o funcionamento de tais instituições, é um determinante mais forte da participação em associações da sociedade civil do que a internalização de normas sociais como confiança interpessoal ou otimismo. (RENNÓ, 2003, p.80)

Segundo Rennó (2003), o que condiciona a participação dos indivíduos em organizações da sociedade civil é muito mais a existência de aberturas e garantias oferecidas por instituições formais do que indicadores de capital social. Portanto, um Estado que limite as práticas oportunistas, corruptas e desleais têm um importante impacto no fortalecimento da sociedade civil.

Sendo a forma sócio-estrutural a mais aceita entre os autores em geral assim como afirmava Coleman (1988), é importante que percebamos que este pode gerar benefícios e vantagens para seus atores sociais que contribuem para a busca de objetivos, sendo esses moralmente ou socialmente desejáveis ou não.

2.7 Capital Social Negativo

Devemos atentar para o fato de que o capital social pode trazer efeitos negativos de forma que as redes não produzam relações benéficas. Sendo assim, a presença da máfia ou a constituição de uma organização criminosa controlada por traficantes de drogas significam uma expansão do estoque de capital social. Mais genericamente, a presença de assimetrias sociais pode significar que a constituição de determinadas formas de capital social potencialize seus efeitos ao propiciar oportunidades de ação que sejam mal aproveitadas.

Segundo Fukuyama (1999), o capital social não é fácil de ser criado e pode trazer externalidades negativas quando a coesão interna de determinado grupo é bastante ao ponto de prejudicar as relações com os não-membros colocando em situação de exclusão, e muitas vezes, de hostilidade. Como exemplos temos: a Ku Klux Klan e a Máfia Italiana. Estes grupos possuem normas que são compartilhadas, portanto possuem capital social, mas produzem consequências negativas para a sociedade como um todo

Segundo Portes (2000), a literatura recente aponta quatro consequências negativas para o capital social: a exclusão dos não-membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelção descendentes.

A primeira diz respeito à exclusão de atores que não possuem laços fortes dentro de um determinado grupo restringindo o acesso aqueles que lhes são estranhos. Segundo Waldinger (apud PORTES 2000, p.147) “as mesmas relações sociais que reforçam a facilidade e a eficiência das trocas econômicas no seio da comunidade restringem implicitamente aqueles que lhes são estranhos”. Esses grupos utilizam-se do capital social advindos da solidariedade e da confiança confinada.

O segundo efeito negativo é o oposto do primeiro, ou seja, o comprometimento com a ajuda aos outros membros pode ameaçar o sucesso de um determinado empreendimento, visto que se transformariam em empresas assistencialistas. Sendo assim,

(...) relações intergrupais estreitas, do tipo encontradas em comunidades altamente solidárias, podem dar origem a um problema gigantesco de *free-riding*, na medida em que os membros menos diligentes consigam impor aos mais bem sucedidos todo o tipo de exigências apoiadas por uma estrutura normativa partilhada. (PORTES, 2000, p.147)

A terceira consequência diz respeito a restrição da liberdade individual dada pela participação em comunidades e grupos muito “fechados” que cria necessariamente exigências de conformidade devido ao nível de controle social estabelecido. Estas restrições podem ser responsáveis pelas associações negativas, já que reduzem a privacidade e a autonomia dos indivíduos. De acordo com Rumbaut (apud Portes, 2000, p.148) “os laços familiares unem, mas por vezes constroem em vez de facilitarem resultados específicos”.

Por último, entre as consequências negativas do capital social estão as situações onde há uma oposição a tendência dominante e uma nivelção descendente impulsionada pela experiência comum de subordinação. Exemplos desta consequências são: Famílias de Máfia, círculos de jogos e de prostituição, gangues juvenis, assim como, as redes ilícitas.

Michael Schulman e Cynthia Anderson (apud Portes, 2000) apontam para essa possibilidade, ilustrada a partir do estudo do caso de uma comunidade têxtil do sul dos Estados Unidos onde se constituiu o que eles denominam como "capital social paternalista". O ponto relevante aqui é que independente da forma como é constituído a confiança, a solidariedade e a lealdade, ou seja, as características que compõem este tipo de capital social, ele deve ser vistos como tal, mesmo sabendo-se que existe a possibilidade de comprometerem a estrutura social. Essa é uma das problemáticas da concepção estrutural do capital social em seu sentido original dado por seus formuladores iniciais, Pierre Bourdieu (1986) e James Coleman (1988).

2.8 Capital Social, Cultura e Democracia

Putnam (2002) nos atenta para as diferenças culturais existentes entre as sociedades que são determinantes da confiança e do capital social. Em sociedades onde há relações hierárquicas pautadas no clientelismo, paternalismo, patrimonialismo e personalismo tangenciam-se uma ausência de efetiva confiança e de coletividade que inibem a cultura cívica levando a uma menor propensão às fontes de capital social.

Segundo D'Araújo (2003), sociedades que possuem uma cultura que pratica e valoriza a confiança interpessoal e a cooperação voluntária, às quais só são possíveis dentro de uma sociedade que convive com regras de reciprocidade e com sistemas de participação cívica, são mais propícias à produção de capital social.

Sendo assim, o componente cultural de uma determinada sociedade pode influenciar diretamente na construção e/ou ampliação do capital social já que certos padrões culturais possibilitam a presença/ausência de práticas de reciprocidade e cooperação impactando diretamente no desenvolvimento econômico das sociedades.

Tanto para Putnam (2002) como para Fukuyama (1999), confiança é a base para o capital social, e esta está pautada na cultura definida pela "(...) expectativa de

reciprocidade que pessoas de uma comunidade, baseada em normas compartilhadas, têm acerca do comportamento dos outros.” (D’ARAÚJO, 2003, p.33).

A problemática que circunda a teoria sobre capital social toma maior expressão quando a relacionamos à democracia, já que, existe uma necessidade de correspondência entre a cultura de um povo e suas instituições políticas. (BAQUERO, 2003)

Baseado nesta prerrogativa, os desenhos institucionais latino-americanos, não contribuíram muito para a criação de capital social, na perspectiva daquele necessário para a formação da comunidade cívica (PUTNAM, 2002) ou do fortalecimento da estrutura social em seu conjunto (COLEMAN, 1988).

Na América Latina, a falta de credibilidade e de legitimidade dos governos refletem diretamente na sociedade de forma a afastá-la da arena política gerando individualismo e descrença no coletivo por parte dos cidadãos. Conseqüentemente compromete-se a possibilidade de institucionalização de uma democracia mais voltada para a dimensão social. (RENNÓ, 2003)

Diante deste cenário, percebemos uma “brecha” para os movimentos da sociedade civil que procuram preencher espaços alternativos dentro do cenário político-institucional quando não encontram diálogo com as instituições convencionais. (BAQUERO, 2003)

Por fim, o autor afirma que

A hipótese na literatura é que a participação em associações produz capital social relevante, o que significa que promove e facilita o engajamento político. Esse tipo de capital social é produzido como consequência da experiência política e da informação que é regularmente comunicada dentro da rede de relações sociais do indivíduo. (BAQUERO, 2003, p. 99-100).

Esses são os principais fatores que fazem com que as ciências sociais passem a ter um olhar mais cauteloso para questões sociais diante da situação de descontentamento dos cidadãos com as instituições políticas e seus representantes que se encontram principalmente nos países latino-americanos.

2.9 Capital Social e Desenvolvimento Local

Recentemente, percebemos um interesse por este tema no âmbito dos programas e projetos de desenvolvimento local principalmente através dos organismos internacionais como BID, Cepal, PNUD e Banco Mundial. (LIMA NETO, 2007)

Em muitos destes estudos sobre o desenvolvimento encontram-se diferenças entre sociedades que pertencem a um mesmo âmbito geográfico e possuem um desenvolvimento econômico similar. Em algumas sociedades, encontram-se instituições funcionando com eficiência, um alto nível de bem-estar e confiança em seus governantes e entre os cidadãos. (MOYANO ESTRADA, 1999)

Em 1997, o Banco Mundial apresentou o conceito de capital social como ingrediente para o desenvolvimento local, assim como para a provisão de bens públicos e a eficácia das agências públicas. (MOYANO ESTRADA, 1999). Portanto, se o capital social é um fator determinante para o êxito de programas de desenvolvimento, é importante identificar que aspectos das instituições públicas são capazes de promovê-lo. (MONTAYO ESTRADA, 1999 e LIMA NETO, 2007)

Segundo Baquero (2003), para o Banco Mundial o conceito de capital social está sendo considerado como o “elo perdido” do desenvolvimento na promoção da democracia social e na formulação de políticas públicas. Nesse sentido, o capital social é visto como um instrumento de empoderamento dos cidadãos para agirem coletivamente gerando uma democracia mais eficiente e qualificada.

Portanto, para os estudiosos do desenvolvimento a abordagem de Putnam (2002), que a existência de capital social está condicionada há um longo processo histórico que seria capaz de criar e/ou aumentar seu estoque torna-se extremamente ineficaz.

Para esses, a noção de capital social só interessa se ele puder ser construído a partir de ação coletiva dos atores e sua articulação com as políticas públicas, que não tenha precisamente que esperar por uma gestão histórica muito longa (LIMA NETO, 2007, p. 39)

Diversos autores como Evans (1996), Fox (1996) e Durston (1996) (apud LIMA NETO, 2007) acreditam que o capital social pode ser criado desde que esteja

pautado em organizações fortes que possam indicar aos cidadãos outros caminhos diferentes dos políticos convencionais.

Para que este fenômeno ocorra é indispensável uma convergência entre o Estado e os atores sociais, de modo a criar um círculo virtuoso de mudança institucional. Sendo assim, quanto mais se utiliza de atributos positivos como redes de participação e cooperação gera-se, cada vez mais, a disponibilidade dos cidadãos de cooperar de forma recíproca na vida comunitária. (DURSTON, 1999 apud LIMA NETO, 2007)

Portanto, na perspectiva de Durston (apud Silva Júnior, 2007), o capital social seria um dos componentes necessários para a superação dos problemas relacionados aos desenvolvimento como a erradicação da pobreza, entre outros. Outro componente, tão importante quanto, é a presença de instituições formais que sejam capazes de dialogar.

2.10 Mensuração do Capital Social

Assim como a definição conceitual, não existe consenso sobre a mensuração deste conceito, assim uma parte significativa da produção científica está voltada para este propósito.

Pelo menos duas grandes abordagens têm sido tomadas: a primeira, realizar um censo de grupos e associações em uma determinada sociedade, e a segunda, usar levantamento de dados sobre os níveis de confiança e desempenho cívico.

Putnam (2002) desenvolve instrumentos empíricos para verificar em que medida o capital social promove cooperação social e de que forma esta se reflete no desempenho das instituições. Este autor, tenta medir o capital social pela contagem de grupos da sociedade civil, através do número de adesões em clubes desportivos, ligas de boliche, sociedades literárias, políticas em diferentes regiões geográficas.

A outra fonte de dados que tem sido utilizado como uma *proxy* para o capital social é o levantamento de dados sobre a confiança e participação cívica. Há uma série de fontes de dados que são úteis aqui, tais como o *National Opinion Research Council's General Social Survey* (para os E.U.A) e da *Universidade of Michigan's World Values Survey* (para os dados internacionais). Cada uma dessas pesquisas possui uma série de questões relativas à confiança em várias instituições políticas e sociais, bem como outras variáveis como nível de participação em organizações

voluntárias. Existem múltiplos problemas com levantamento de dados, evidentemente, começando pelo fato de que as respostas irão variar de acordo com a forma como a pergunta é feita e de quem é perguntado, portanto há uma falta de dados consistentes para muitos países e em vários períodos de tempo. (FUKUYAMA, 1999)

Diante de toda essa reflexão abordaremos no capítulo seguinte a evolução histórica-política dos movimentos advindos da sociedade civil que desenvolvem um papel fundamental no atual cenário brasileiro. Buscaremos elucidar o surgimento de tais associações e as consequências do desenvolvimento deste fenômeno a partir da década de 30 no Brasil.

3. A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA E SUAS “NOVAS” ORGANIZAÇÕES

Neste capítulo apresentaremos o cenário político-administrativo e a trajetória do Estado Brasileiro a partir dos anos 1930 até os dias de hoje, buscando entender quais mudanças influenciaram na ascensão da sociedade civil e de suas organizações, nosso objetivo principal.

A redemocratização brasileira, o advento da globalização, o surgimento de organizações da sociedade civil, a reforma gerencial e a crise de legitimidade do Estado foram os principais fatores que influenciaram nas mudanças ocorridas nas últimas décadas no Brasil. Como resultado, a sociedade civil reivindicou uma maior inserção na gestão das políticas públicas que provocou um aumento no número de instituições participativas, principalmente nas áreas de saúde, meio ambiente, política urbana e assistência social (AVRITZER, 2007).

Concomitantemente, a falta de credibilidade e de legitimidade das instituições do Estado provocou o afastamento dos cidadãos da arena política, comprometendo a possibilidade de instauração de uma democracia mais voltada para a dimensão social. Estes fatores contribuíram para o surgimento de movimentos advindos da sociedade civil que procuraram preencher espaços alternativos onde o Estado não operava. Portanto, era necessário recuperar o Estado e a sociedade estimulando e motivando o cidadão a participar politicamente em um contexto de fragmentação e crescente desigualdade social (BAQUERO, 2003).

O novo cenário surgido na década de 1990, com a (re)abertura democrática, possibilitou a entrada das organizações advindas da sociedade civil na arena política. Essas transmitiram suas demandas sociais para o Estado e se constituíram, na prática, como instrumento de reivindicação tornando-se novas formas de construção de identidades e participação coletiva (BAQUERO, 2003).

Estas novas formas de participação social e política instituídas a partir da redemocratização recuperam a noção de capital social como fator de integração entre determinados grupos através das organizações civis como, por exemplo, as associações de bairro, ONGs de defesa de direitos, fundações religiosas, culturais e de assistência social, entre outras. Esse conjunto de organizações civis tem como princípio básico a intermediação entre representantes e representados principalmente aqueles os quais não estão sendo devidamente representados, e

tornam-se uma nova instância de intermediação entre a sociedade civil e o poder público.

A crescente participação destas instâncias na formulação e implementação de políticas públicas no Brasil cria não só uma nova instância de barganha institucional, mas também uma nova forma de participação política e social de âmbito democrático.

Esta participação social e política pode ser considerada, causa e consequência do capital social descrito no primeiro capítulo. Este, como já foi dito, é resultado das relações entre os atores sociais que estabelecem, entre si, normas de comportamento cívico pautadas na confiança e na cooperação entre os indivíduos alcançando um alto grau de associativismo e de engajamento nas questões de interesses coletivos.

Para que a participação social e política se tornem efetiva é necessário valorizar a participação cidadã, ou seja, estimulando e motivando o cidadão a participar politicamente da sociedade aumentando o nível de capital social entre estes. Entendemos que o grande desafio é produzir esta aproximação dos indivíduos diante de um contexto de incredibilidade das instituições políticas vigentes no país e crescente desigualdade social, pois somente assim conseguiremos constituir uma “nova” forma de capital social (BAQUERO, 2003).

No que se refere ao tipo de capital social, fica claro que por se tratar de instituições democráticas advindas da sociedade civil podemos categorizá-las como capital social de conexão que estabelece relações entre a sociedade e as instituições públicas e privadas.

3.1 Breve Síntese da Trajetória Sócio-Política Brasileira Pós-30

Apresentamos uma breve síntese da trajetória sócio-política brasileira pós-30 salientando o desenho das instituições políticas e suas mudanças durante as décadas, articulando a isso a evolução dos movimentos advindos da sociedade e o sistema de proteção social vigente segundo autores como, Draibe (1998), Fleury (2004), Montão (2005), Gonh (1995) e Doimo (1995).

A partir dos anos 1930, institui-se uma nova etapa no Brasil. A ascensão do projeto liberal que teve como princípio a modernização baseada na industrialização configurou um novo cenário de forte intervenção estatal na economia e na

sociedade. A participação dos trabalhadores como produtores e consumidores e, principalmente, a transformação destes em cidadãos com alguns direitos sociais e trabalhistas, ainda que parciais e restritos a categorias estratégicas definidas pelo Estado, representou uma mudança extrema nas relações sociais no país. (MONTAÑO, 2005 e GOHN, 1995).

Neste período, entrou em cena o chamado Estado social intervencionista (GONH, 1995) ou Estado de Bem Estar Social (DRAIBE, 1998) respaldado pelo Constituição de 1934 que priorizou medidas de proteção ao trabalhador, reforçando seus direitos, consolidando as leis trabalhistas e formalizando as relações de trabalho. (GOHN, 1995). Esta Constituição, apesar da escassa participação popular, reconheceu os sindicatos e as associações profissionais e também promoveu a nacionalização de indústrias e bancos. (GOHN, 1995)

A partir daí, o Estado de Bem Estar Social prevaleceu no Brasil, em maior ou menor escala, desde os anos 1930 até o final dos anos 1970 e era pautado num sistema de proteção social com grande investimento nas políticas e programas sociais. Apesar disso, este sistema era ineficaz, no que diz respeito às necessidades da população e a equidade social, já que não abarcava os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos do setor informal. Já, os movimentos sociais desta época estavam centrados nas lutas dos trabalhadores por reformas políticas como a defesa da representação popular por meio de voto secreto. (GOHN, 1995 e DRAIBE, 1998)

Em 1937, o Brasil entra num período de ditadura com o golpe do Estado Novo derrubando várias conquistas da Constituição de 1934. Este regime implantou uma nova constituição que acabou com a autonomia dos sindicatos e fechou os partidos políticos vigentes até então. Neste contexto, novas leis trabalhistas foram implementadas atendendo a reivindicações dos trabalhadores como, por exemplo, jornada de trabalho de oito horas, férias remuneradas, estabilidade no emprego e a criação do Instituto de Aposentadoria e Pensões. Com o final do Regime Estadonovista em 1945, novas eleições são convocadas reacendendo os movimentos estudantis, políticos e partidários no Brasil. (GOHN, 1995).

No período de 1945-1964 houve uma forte grande intervenção estatal na economia e na sociedade devido ao período desenvolvimentista instaurado no país. Buscava-se uma reinserção na nova ordem econômica mundial que deu novo fôlego ao “Estado social intervencionista”. (GOHN, 1995)

Impulsionados pelo processo de acumulação de capital baseado na industrialização, os trabalhadores saíram do campo e passaram a ocupar a cidade tendo como exigência novas políticas de controle social que buscaram integrar esta massa de trabalhadores aos grandes centros. Atrelado a isso, o processo de redemocratização instaurado, a partir da queda do Estado Novo, promoveu novas formas de participação social através, principalmente, da criação de inúmeros partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais (GOHN, 1995).

Em 1946, iniciou-se um movimento por uma nova Constituição com grande participação popular. No ano seguinte, foi promulgada então a nova Constituição que reinstaurou um cenário mais liberal, restabelecendo a independência dos poderes e a autonomia dos Estados, além de regulamentar por lei as organizações sindicais, apesar de manter sua estrutura atrelada ao Estado (GOHN, 1995).

A partir das décadas de 1950-1960, devido às necessidades de infra-estrutura das cidades, que recebia migrantes em busca de trabalho a todo o momento, os movimentos contra a carestia de vida e de associações de moradores tomam força impulsionados pela política vigente de barganha do voto pela melhoria urbana e pela própria vontade política das massas em participar da política local (GOHN, 1995).

Em 1964, o golpe militar que acaba com a participação popular e impõe um período de total repressão ocasionou muitas lutas, até mesmo armadas, e movimentos de resistência por todo o país. Foi um período de extrema articulação de forças políticas do movimento esquerdista que operavam, basicamente, na clandestinidade². O processo de acumulação de capital vigorava fortemente, indústrias multinacionais instauram-se no país criando novos campos de trabalho, aumentando a massa de trabalhadores urbanos e provocando um “inchaço” nas periferias das grandes cidades (DRAIBE, 1998 e GOHN, 1995). Em 1967, foi promulgada a Constituição do regime militar que previu, entre outras modificações, a centralização do poder nas mãos dos militares, a votação indireta e a retirada da autonomia dos Estados (GOHN, 1995).

O sistema de políticas sociais, fruto do “Estado de Bem Estar Social”, se consolida nos anos 1970 a partir da instauração do regime militar onde “as políticas sociais recebem tanto suas orientações de modernização autoritária do Estado

² O movimento estudantil foi de suma importância a partir de 1968, já que passou a representar todo o povo brasileiro que estava sofrendo as conseqüências da ditadura militar.

quanto os parâmetros de exclusão de desenvolvimento econômico por ele impulsionado” (DRAIBE, 1998, p. 4).

O desenvolvimento deste sistema, nos anos 1970 e 1980, se deve basicamente a ampliação do acesso e a expansão da cobertura dos principais programas de previdência, educação, saúde e a alimentação além do crescimento populacional e sua estrutura etária (DRAIBE, 1998). Portanto,

A intervenção social do Estado esteve fundada principalmente na capacidade contributiva de trabalhadores formalmente vinculados ao mercado de trabalho, sabidamente baixa, sancionando a distribuição primária de renda e tão somente reproduzindo, no plano dos benefícios sociais, as desigualdades iniciais. (DRAIBE, 1998, p.8).

Neste contexto, há uma emergência dos movimentos sociais atrelada à discussão acerca da derrubada do regime militar articulados principalmente pela união das forças de oposição à ditadura militar como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e algumas alas da Igreja Católica que buscavam a retomada da democracia e uma maior participação social na política (GOHN, 1995).

Esses movimentos ganham visibilidade, já que eram apoiados principalmente pela Igreja Católica com a ajuda de intelectuais e militantes de esquerda diretamente atrelados à luta contra a ditadura militar. A Igreja Católica utilizou suas redes movimentalistas locais e organizações direta e indiretamente ligadas a sua estrutura organizacional e simbólica para disseminar o ideal dos movimentos nas várias regiões e Estados brasileiros alcançando uma abrangência nacional (DOIMO, 1995).

O Movimento das Comunidades Eclesiais de Base da própria Igreja Católica, surgidas primeiramente nas áreas rurais do Nordeste, desempenhou um papel fundamental na disseminação dos ideais dos movimentos, já que as CEBs fizeram parte da nova política das pastorais pregando a intervenção da Igreja no meio popular, voltada principalmente para os pobres e para a melhoria de suas condições de vida (GOHN, 1995).

Em geral, apesar da fragilidade dos movimentos sociais no Brasil, no que diz respeito à sua capilaridade no tempo e no espaço, suas intervenções foram bastante expressivas graças às ações diretas executadas pela Igreja e também através da contribuição dos militantes de esquerda, muitas vezes, representados através das ONGs (DOIMO, 1995).

Dentro deste contexto, surgem os chamados movimentos populares dos anos 1970 reivindicando melhores suas condições de vida e de sobrevivência devido, principalmente, a falta de infra-estrutura urbana e da crise econômica pós-1973 (GOHN, 1995). Estes estavam pautados, principalmente, em ações diretas articuladas por suas redes “movimentalistas” e, eram apoiados principalmente pela Igreja Católica. Também possuíam enraizamento nos intelectuais e grupos de esquerda. Alcançaram repercussão nacional e contribuíram para a reconstrução partidária e o aumento dos movimentos populares, ganhando expressão política capaz de fazer suas reivindicações chegarem ao Estado (DOIMO, 1995).

No final da década de 1970, alguns desses movimento assume um caráter mais político com militantes de partidos de esquerda buscando uma atuação direta junto às comunidades carentes das áreas urbanas. Devido a divergências históricas com os militantes, a Igreja recua cedendo espaço para os militantes, que assumem a frente do projeto, tendendo para uma vertente mais política de luta pela democracia direta, que não representava diretamente o interesse do povo (DOIMO, 1995 e GOHN, 1995).

Nesta mesma época, os outros movimentos, denominados especificamente de “populares” tem como questão central o custo de vida, numa temática mais geral, se decompondo em temáticas como saúde, habitação, alimentação, desemprego, entre outras, dirigidas pelos movimentos reivindicatórios locais.³

A partir de 1975, surgem alguns movimentos feministas reflexo dos movimentos que vinham acontecendo na Europa e nos Estados Unidos. Há também a retomada dos movimentos sindicais e estudantis que desencadearam numa série de greves, manifestações e passeatas (GOHN, 1995).

Nos anos 1980, percebeu-se uma fragilização destes movimentos devido ao desgaste dos impulsos de participação e as conquistas junto ao Estado através de suas reivindicações. Isso não significa dizer que foram sanados os problemas, mas, de certa forma, minimizados por ações efetivas realizadas pelo Estado. As ações desenvolvidas pelo Estado vão desde a elaboração de leis orgânicas estaduais e

³ Os principais movimentos sociais populares no Brasil entre os anos de 1975-1990, segundo Doimo (1995), foram o Movimento do Custo de Vida, o Movimento de Moradia, o Movimento contra o Desemprego, o Movimento de Saúde e o Movimento de Transporte Coletivo. Estes travaram grandes batalhas reivindicatórias pautados pela carência de sobrevivência imediata no espaço urbano impulsionados, mais uma vez, pela Igreja Católica.

municipais, planos diretores, a instauração do seguro-desemprego, a implantação do Sistema Único de Saúde, até a implantação de canais legais de controle e participação em políticas públicas dialogando diretamente com a esfera política institucional, como os conselhos gestores em nível nacional, estadual e municipal principalmente na área da saúde. Paralelamente, houve, por parte dos movimentos sociais, uma empreitada rumo à democratização pautada diretamente pela conjuntura social e política da abertura democrática (DOIMO, 1995).

Apesar dos movimentos sociais populares, muitas vezes, serem entendidos como opositores da institucionalidade política estes não se resumem a meros combatentes do regime militar. Para Doimo (1995),

(...) eles representam uma particular manifestação dos virtuais espaços estruturais de conflito de ação-direta, que podem ser mais ou menos incrementados e potencializados em diferentes conjunturas. (DOIMO, 1995, p.121)

Com tudo isso, ao início da década de 1980, as lutas pela redemocratização do país tornaram-se mais efetiva e isso se refletiu nos movimentos sociais da época. As lutas pela Anistia, pelo pluripartidarismo - que culminou na criação do Partido dos Trabalhadores, na recriação do MDB e de outros partidos nacionais - e a criação da articulação nacional de Movimentos Populares e Sindicais foram indícios de que a redemocratização estava bem próxima (DOIMO, 1995 e GOHN, 1995).

O período posterior foi repleto de movimentos e lutas sociais dada à conjuntura política do país que desencadeou nas eleições diretas para governador em 1982, no acirramento da crise econômica que ocasionou uma onda de desemprego e na luta pelas “Diretas-Já” que buscou restabelecer a democracia no país (GOHN, 1995).

(...) A luta pelas Diretas-Já em 1984 e pela implantação de um calendário político que trouxesse de volta as eleições para a Presidência do país, a luta pela redução do mandato presidencial, o processo Constituinte, o surgimento de inúmeros movimentos sociais em torno do território nacional, abrangendo diversas e diferentes temáticas e problemáticas, como das mulheres, negros, crianças, meio ambiente, saúde, transportes, moradia, estudantes, idosos, aposentados, desempregados, ambulantes, escolas, creche etc., todos, em seu conjunto, revelavam a faze de sujeitos até então ocultos ou com vozes sufocadas nas últimas décadas. (GOHN, 1995, p.126).

Sendo assim, com as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas no final dos anos 1980, instaura-se a crise do “Estado de Bem Estar Social”, sobretudo no aspecto financeiro. Passa a configurar um novo cenário político institucional no Brasil (MONTAÑO, 2005).

As mudanças trazidas pelo processo de redemocratização junto com o período de instabilidade econômica pelo qual o Brasil passou no final dos anos 1980 reformulam as agendas de reformas sociais. Neste período, a política conservadora instaurada até então, produziu severos custos sociais como o aumento da incidência da pobreza e o crescimento exorbitante da taxa de desemprego (DRAIBE, 1998).

A democracia só foi consolidada com a Constituição de 1988. Também chamada de “Constituição Cidadã” foi um instrumento de incentivo para a maior inserção e ampliação da participação dos cidadãos nos processos de decisão na arena política, através da descentralização das políticas públicas na esfera local de poder e da criação dos conselhos gestores, contribuindo para o “empoderamento” de segmentos da sociedade, e questionando a intervenção estatal direta (MONTAÑO, 2005 e GOHN, 1995).

A Constituição de 1988 instaura uma responsabilização do Estado no que diz respeito à questão social, e a ampliação e extensão dos direitos sociais e trabalhistas. Estes fatores pressupõem uma nova concepção de seguridade social pautada na desvinculação da contribuição previdenciária como financiadora direta dos programas sociais; a universalização do acesso e expansão da cobertura (DRAIBE, 1998).

O sistema de proteção social brasileiro segue o mesmo padrão desde a década de 1930 até a Constituição de 1988. Este estava pautado numa combinação de um modelo assistencial para a população sem vínculos trabalhistas formais; e de um modelo de seguridade social na área previdenciária e saúde baseado em uma perspectiva intervencionista e centralizadora (FLEURY, 2004).

O modelo assistencial desenvolvia ações de caráter emergencial voltado para a população mais vulneráveis com base no voluntariado, o que tornava, muitas vezes, o trabalho descontínuo e difuso, já o modelo de seguridade social era voltado para os grupos ocupacionais pois estava condicionado as contribuições previdenciárias (FLEURY, 2004).

A partir da implantação da ditadura militar, há uma inflexão dos sistemas e mecanismos de proteção social que incorporam grupos como as empregadas

domésticas, os trabalhadores rurais e autônomos. Para isso, foram criados fundos e contribuições sociais como mecanismo de autofinanciamento dos programas sociais (FGTS, PIS-PASEP, Finsocial, FAS, salário educação) e ainda, a privatização de alguns serviços sociais (FLEURY, 2004).

Com a Constituição de 1988, há uma profunda transformação no padrão de proteção social brasileiro que atendeu as reivindicações da sociedade por políticas sociais com maior inserção social e redução de desigualdades (DOIMO, 1998 e FLEURY, 2004).

Este novo modelo de seguridade social prevê a universalidade da cobertura, o reconhecimento dos direitos sociais, a (re)afirmação do dever do Estado na regulamentação das ações e serviços públicos e a desvinculação da contribuição como pressuposto do benefício, portanto, os benefícios passam a ser concedidos a partir das necessidades integrando as estruturas governamentais (FLEURY, 2004).

O modelo de Seguridade Social implantado foi entendido como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos à saúde, à previdência e à assistência social” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988).

Duas principais características deste modelo é a descentralização político-administrativa das políticas sociais e a co-gestão governo/sociedade que inclui a participação efetiva da sociedade civil nos processos decisórios através dos conselhos populares (FLEURY, 2004).

Apesar das premissas contidas na Constituição, o financiamento das políticas sociais permaneceu ainda muito dependente de contribuições sociais e não reduziram efetivamente as desigualdades sociais do sistema previdenciário (DRAIBE, 1998).

Portanto, o modelo de seguridade social implantado pela Constituição de 1988 buscou a universalização da cidadania e a garantia dos direitos sociais provocando um enorme endividamento público pois passou a incorporar neste sistema uma série de indivíduos que não eram contribuintes, o que exigiu uma série de reformas (FLEURY, 2004)

Surge então, neste período (1990-1993) um discurso pautado na privatização e na reforma administrativa do Estado através de práticas gerenciais baseadas na lógica do mercado e na minimização da intervenção do Estado no que diz respeito à oferta de serviços (FLEURY, 2004). Esta reforma intitulada de “neoliberal” teve como

propósito retomar os níveis de crescimento social e econômico do país que acarretou na necessidade de reorganização do modelo de seguridade social .(DRAIBE, 1998 e FLEURY, 2004)

Sendo assim, o novo modelo proposto seguia os mesmo princípios da reforma “neoliberal”, redução da intervenção do Estado nas políticas sociais e ampliação dos mercados nos setores sociais, com programas focalizados e pouco eficazes de caráter assistencialista os desvinculado da noção de direitos sociais (FLEURY, 2004)

Segundo Fleury (2004), “(...) esta visão desenvolvimentista é ingênua ao supor que o crescimento econômico propiciará a inclusão social de grande parte da população além daquela que será subsidiada diretamente pelo Estado.” (FLEURY, 2004, p.13).

3.2 O Neoliberalismo e a Reforma Gerencial do Estado

O neoliberalismo se inicia, efetivamente, na década de 1990 como um substituto do Estado social intervencionista trazendo mudanças como o ajuste fiscal, a abertura comercial, as privatizações e a estabilidade do plano real. A partir de 1994 com o governo Fernando Henrique Cardoso, emendas constitucionais determinam a consolidação do neoliberalismo com programas de estabilização, ajustes e reformas institucionais, entre outras. (Montaño, 2005). Segundo Hayek (apud MONTAÑO, 2005, p.81), o neoliberalismo

(...) elimina qualquer possibilidade de planejamento central do Estado na intervenção sobre as seqüelas da “questão social”, pois isto significaria limitar a liberdade, intervir na vida econômica e impedir que as “necessárias” diferenças “naturais” entre os indivíduos mobilizem a concorrência, como motor do desenvolvimento econômico (...).

Portanto, esta nova ordem política instaurada pressupõe a concorrência do mercado e a redução da ação do Estado, retirando dele a responsabilidade pelas questões sociais (MONTAÑO, 2005).

A hegemonia neoliberal estaria voltada para a reestruturação capitalista que acarretaria o combate ao trabalho, ou seja, na modificação de leis trabalhistas (aumentando o processo de terceirização dos serviços) e sociais, no esvaziamento

dos movimentos sindicais e de esquerda; na reestruturação produtiva e na reforma do Estado, o que significaria um boicote à Constituição de 1988 (MONTAÑO, 2005).

Em 1994, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), baseado na premissa de que existia uma “endemia” do Estado que estagnava o seu crescimento, iniciou o processo de reforma. Os argumentos iniciais eram a falta de competitividade das empresas brasileiras, justificada pelo modelo protecionista e a crise econômica agravada pela desestabilização da economia, mas o principal argumento era a burocratização, a ineficiência e a corrupção da administração estatal que se acentuou com o retrocesso burocrático trazido pela Constituição de 1988 (MONTAÑO, 2005 e FLEURY, 2004).

Segundo Montaña (2005, p.29):

(...) a Reforma do Estado está articulada com o projeto de liberar, desimpedir e desregulamentar a acumulação de capital, retirando a legitimação sistêmica e o controle social da “lógica democrática” e passando para a “lógica da concorrência” do mercado. Sendo assim, concebe-se como parte da reforma (flexibilização e precarização) das bases de regulação das relações sociais – políticas e econômicas - , portanto, articulada à reestruturação do capital. É assim, uma verdadeira contra-reforma, operada a hegemonia neoliberal, que procura reverter as reformas desenvolvidas historicamente por pressão e lutas sociais e dos trabalhadores, tendo seu ponto máximo expresso na Carta de 1988.

Para Bresser Pereira, Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, a Constituição de 1988 colocava o Brasil num retrocesso, já que no “(...) momento em que o país necessitava urgentemente reformar a sua administração pública, de forma a torná-la mais eficiente e de melhor qualidade aproximando-a do mercado privado de trabalho, o inverso foi realizado” (Bresser apud Montaña, 2005, p.39-40). Neste momento, era importante o aumento da governabilidade do país e o aperfeiçoamento do ideal democrático representativo (ABONG, 2006).

Propõe-se então, uma Reforma Gerencial que tinha como premissa a retirada do Estado do controle econômico, passando esta responsabilidade para o mercado, como já foi dito, provocando uma desresponsabilização do Estado perante as questões sociais. Esta reforma instituiu-se em três dimensões: a institucional-legal que criaria instituições normativas e organizacionais, como agências executivas e organizações sociais com o propósito de descentralizar a gestão estatal; a cultural que se propunha a modificar valores burocráticos e gerenciais; e a dimensão-gestão

contando com novas idéias gerenciais baseados na premissa de um serviço público de melhor qualidade, na lógica do cidadão-cliente.

Bresser emoldura dois momentos distintos da reforma: o primeiro inicia-se nos anos 1980, na onda neoliberal, e estava voltado para a minimização do Estado, ou seja, seriam reformas orientadas diretamente para o mercado; e o segundo momento, buscava para a eficiência estatal designando instituições e estratégias que pudessem abarcar as áreas sociais e científicas, entre outras, utilizando-se de organizações públicas não-estatais para executar os serviços.

Nesse contexto, a melhor alternativa para a resolução das questões sociais onde nem o Estado (diretamente), nem o mercado estariam engajados em solucionar seria a publicização. Segundo Bresser Pereira, a publicização é “a transformação dos serviços não-exclusivos do Estado em propriedade pública não-estatal e sua declaração como organização social”. (Bresser apud Montaño, 2005 p. 45).

Sinteticamente, a publicização, nada mais é do que a terceirização das políticas públicas e do associativismo brasileiro que contribuiu para otimizar a implementação de políticas públicas, tanto no que diz respeito a burocracia como nos gastos públicos (ABONG, 2006).

Portanto, concretamente, este processo consistia na transferência da responsabilidade das atividades sociais, assistências e científicas para o setor privado, visando à diminuição de custos destas atividades e a formação de parcerias com as instituições privadas de fins públicos. Sendo assim, o Estado repassaria os recursos financeiros e as organizações ficariam encarregadas de desenvolverem de forma focalizada e descentralizadas as políticas sociais. Segundo Montaño (2005, p.47) , na perspectiva dos planejadores,

(...) o crescimento destas entidades, mais o aumento das formas corporativas de associação levariam ao fortalecimento do capital social. (...) Para isso criam-se leis e incentivos para as organizações sociais, para a filantropia empresarial, para o serviço voluntário e outras atividades, e desenvolve-se uma relação de parcerias entre elas e o Estado.

Resumindo, a proposta era dar autonomia ao Estado como esfera exclusivamente pública, autonomia ao mercado como a esfera exclusivamente privada e criar uma articulação entre público e privado na sociedade civil (MONTAÑO, 2005).

Com já foi dito, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 e 2002), a Reforma do Estado na área da seguridade social diferenciou-se do padrão constitucional brasileiro conformado em 1988.

O novo modelo de seguridade centrou-se na expectativa da questão social ser resolvida através da regulação do mercado via crescimento econômico, ou seja, com a geração de empregos que acarretaria na vinculação dos trabalhadores através da contribuição e também na geração de excedentes que permitissem a extensão da cobertura de determinados programas (DRAIBE, 1994 e FLEURY, 2004).

Contudo, a universalização dos programas prevista pela Constituição de 1988 resultou na redução da qualidade do atendimento, principalmente na área de saúde, que acarretou na utilização deste somente pelos mais pobres entre os pobres, já que os assalariados de poder aquisitivo estável optaram por seguros privados (VIANNA, 1998).

Fleury (2004) aponta algumas discordâncias nos programas assistenciais existentes nesta época, como por exemplo: a fragmentação, dispersão e até mesmo a superposição destes; a ausência de direitos sociais e de expectativas de continuidade dos benefícios; a insuficiência de recursos e a incapacidade de superação da condição de pobreza. Ainda segundo esta autora, o que temos neste período é uma substituição da política social por projetos sociais reintroduzindo o princípio da filantropia e afastando a estratégia de universalização da cidadania.

Segundo Vianna (1998), o sistema previdenciário brasileiro se distingue em atendimento público para os pobres e, privado para os que dispõem de alguma renda para obtê-los. Portanto, “o sistema de proteção social brasileiro é universalista em sua concepção, mas substantivamente seletivo.” (VIANNA, 1998, p.14).

Por fim, Vianna (1998) denominou de americanização perversa o atual cenário da seguridade social brasileira, ou seja, os projetos desenvolvidos focaram os mais pobres entre os pobres tornando-se focalizadores ao invés de universalista.

3.3 Movimentos Sociais

A organização política do país passa por diversas transformações, assim como, os movimentos advindos da sociedade que também desenvolvem uma trajetória complexa e tortuosa a partir dos anos 1930. Estes movimentos possuem

diferentes dinâmicas e nomenclaturas que acompanham as décadas seguidas. Apresentaremos algumas dessas dinâmicas e nomenclaturas de forma histórica contextualizando e apresentando suas especificidades.

A expressão movimento social foi criada por volta de 1840 para qualificar o movimento operário europeu e depois utilizada para definir as organizações da classe trabalhadora como os sindicatos e partidos políticos numa vertente marxista. No Brasil, a nomenclatura movimento veio acompanhada do termo social, depois se acrescentou a denominação urbana, mas se consolidou na vertente popular, ou seja, como movimento popular (DOIMO, 1995).

Até início dos anos 1960, falar em movimento social estava associado à idéia de relações de trabalho capitalista, ou seja, movimentos operários criado pelas organizações sindicais e/ou partidárias, os chamados “velhos” movimentos sociais.

Assim, no final dos anos 1970, segundo Torraine (apud DOIMO, 1995), verifica-se a derrocada destes “velhos” movimentos sociais e se instaura uma nova configuração que abrange as temáticas emergentes na sociedade como as perspectivas de gênero, ecológicas, pacifistas e nacionalistas, entre outras. Reproduzindo uma heterogeneidade inerente, contrapondo a rigidez do “velho” movimento operário.

Estes foram chamados pela academia de novos movimentos sociais e abarcaram uma multiplicidade de novas formas de participação causando uma profunda crise na conceituação do termo, que levou à ausência de um consenso. Na falta de consenso sobre o significado dos movimentos sociais, a idéia disseminada é que eles não seriam apenas sujeitos construídos sob a lógica autônoma e independente, mas que se apropriaram de uma nova identidade democrática.

A homogeneidade dos distintos movimentos sociais estava na forma de intervenção, ou seja, a ação direta e seu caráter reivindicatório. Além disso, se instauraram fora da esfera produtiva e em contraposição à política institucional vigente (DOIMO, 1995).

Na década de 1990, houve uma série de mudanças trazidas pela redemocratização como, por exemplo, a consolidação dos partidos políticos, a institucionalização dos direitos sociais, a nova política neoliberal que provoca transformações de cunho político dentro dos movimentos sociais. Este período foi marcado por disputas internas pelos poucos recursos; certa cooptação de lideranças e negociação com o Estado (DOIMO, 1995).

Estes movimentos sociais acabaram se rendendo as parcerias estabelecidas com o Estado, principalmente, no que diz respeito aos recursos financeiros e perderam forças em suas reivindicações. Entende-se então, que os movimentos sociais são formas de organização autônoma da sociedade e não são antagonistas do Estado e do mercado, além disso, devem atuar juntamente com estas duas esferas, tanto no plano institucional e extra-institucional, apoiados ao mesmo tempo nas organizações da sociedade civil e nos partidos e sindicatos. (Cohen e Arato apud Vieira, 2002 e Doimo, 1995).

Os movimentos sociais cumprem a função de defender interesses coletivos que acabam fortalecendo a esfera pública. Estes trazem uma idéia de sociedade civil como:

(...) movimentos democratizantes autolimitados que procuram proteger e expandir espaços para exercícios da liberdade negativa e positiva e recriar formas igualitárias de solidariedade sem prejudicar a auto-regulação econômica. (Cohen e Arato apud Vieira, 2002, p.53).

Apesar do desaparecimento dos movimentos sociais na década de 1990, estes ainda possuem uma extraordinária centralidade, mas também reconhece o surgimento de novos atores no cenário político de modo a configurar novas redes. Além disso, o regime democrático, a retirada das agências financiadoras internacionais, o retorno a vida política dos sindicatos e partidos são fatores que contribuem diretamente para a crise destes movimentos.

Existem ainda outros fatores mais específicos que podem nos ajudar a entender o fracasso ou desaparecimento dos movimentos sociais, como: a) a transição democrática, que promove uma reabertura política facilitando uma interlocução entre as demandas populares e os atores sociais, e transforma cidadãos em atores políticos; b) a incapacidade de estabilização por parte de alguns movimentos devido à falta de institucionalização e c) a cooptação de alguns desses atores que passam a incorporar lógicas corporativas (GURZA LAVALLE ET AL, 2004).

Efetivamente nos anos 1990, os movimentos sociais passam a centrar-se nas questões éticas e de revalorização humana criando movimentos nacionais pautados em organizações de espectro plural ou sustentados por figuras carismáticos, muitas vezes preocupados com a conscientização individual das pessoas apresentando-se como “campanhas” (GOHN, 1995).

Estes movimentos são fortalecidos por duas novas tendências: o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias com os Estados e Municípios que refletem a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo.

3.4 Sociedade Civil como “Novo” Ator Político

Nos séculos XVII e XVIII, Hobbes e Rosseau entendiam a noção de sociedade civil como a diferenciação entre o Estado de natureza e o Estado societal que era regido por leis e dirigida por um corpo político fundamentada no contrato social. Já, para Hegel a sociedade civil “implica simultaneamente determinações individualistas e a procura de um princípio ético que jamais poderia vir do mercado, mas sim das corporações.” (VIEIRA, 2002, p.52).

Gramsci foi o primeiro autor a entender a sociedade civil enquanto interação entre Estado e associações civis, assim como Habermas que a enxerga como esfera simultaneamente pública e política, o que acarreta uma nova percepção que se refere aos movimentos sociais e instituições, localizados tanto na esfera pública quanto na privada (VIEIRA, 2002).

No Brasil, devido ao enfraquecimento das “antigas” formas de organização política, a decadência do Estado de Bem-Estar Social, o surgimento dos novos movimentos sociais e o processo de redemocratização, ressurgiu o conceito de sociedade civil. Este, apesar de estar inserido no debate político e acadêmico desde o fim dos anos 1970, entra em voga na década de 1990 sendo denominada como a revitalização da sociedade civil (VIEIRA, 2002).

O conceito de sociedade civil, segundo Gurza Lavalle et al (2004, p.5), se intitulou como:

(...) uma trama diversificada de atores coletivos, autônomos e espontâneos a mobilizar seus recursos associativos mais ou menos escassos – via de regra dirigidos à comunicação pública – para ventilar e problematizar questões de interesse geral.

A revitalização da sociedade civil impulsionou as redes de associativismo, a emergência dos movimentos advindos da sociedade organizada, a reorganização partidária, e, por conseguinte, reconfigurou sua relação com o Estado buscando uma maior atuação conjunta (DAGNINO, 2002).

Como características, Gurza Lavalle (2004) elucida sua natureza coletiva ou horizontal; o caráter legítimo de suas demandas ou propósitos; a adesão e separação livre e espontânea de seus membros; a importância dos processos de comunicação, na formação da vontade coletiva e nas estratégias para suscitar a atenção pública e seu papel de mediação entre sociedade não organizada e os poderes econômicos e político.

A sociedade civil torna-se um mecanismo essencial deste novo projeto para democratizar, (re)formular e (re)implementar as políticas públicas através das novas formas de participação institucionalizadas no Brasil. Historicamente, o conceito vem sendo interpretado como a expressão teórica da luta dos movimentos sociais contra o autoritarismo da ditadura militar (GURZA ET AL, 2007 e VIEIRA, 2002).

Como nos relatam diversos autores como Avritzer (2007), Lüchmann (2007) e Gurza Lavalle (2006), consolida-se na esfera democrática esse “novo” ator político composto de múltiplas entidades, associações e indivíduos com um grau inédito de autonomia frente ao Estado e frente aos partidos e sindicatos.

Na visão de Cohen e Arato (apud VIEIRA, 2002, p.45),

(...) a sociedade civil é concebida como uma esfera de interação social entre a economia e o estado, composta principalmente pela esfera íntima (família), pela esfera associativa (especialmente associações voluntárias), movimentos sociais e formas de comunicação pública.

Sendo assim, para Vieira (2002), esta sociedade civil deve desempenhar um papel político pautado na atuação direta na esfera pública sempre preservando sua autonomia frente ao Estado e ao mercado e, para isso é sumariamente necessário que ela seja organizada. Portanto, as organizações da sociedade civil são, em sua essência, formadoras da opinião pública nos espaços situados fora do Estado e do mercado e tem o papel principal de criar uma interlocução entre as demandas da sociedade e a esfera pública, defendendo o interesse público.

Na verdade,

(...) o impacto da sociedade civil sobre o desempenho do Estado é uma tarefa que não pode se apoiar num entendimento abstrato dessas categorias como compartimentos separados, mas precisa contemplar aquilo que as articula e as separa, inclusive aquilo que une e opõe as diferentes forças que a integram, os conjuntos de interesses expressos em escolhas políticas: aquilo que está sendo aqui designado como projetos políticos. (DAGNINO, 2002, p. 282).

Portanto, cria-se uma possibilidade real de transformação social através da emergência de uma sociedade civil autônoma e democrática constituída através de uma nova identidade sócio-cultural preconizada por estes novos atores políticos dispostos a provocar uma mudança na estrutura capitalista com base na democracia direta e na autonomia em relação ao Estado (DAGNINO, 2002).

Mas apesar disso, a participação da sociedade civil enfrenta limitações pautadas nas estruturais burocráticas do Estado, na falta de recursos, na ineficiência e na instabilidade dos projetos e, ainda, na exigência da qualificação técnica e política que deveria estar vinculada à manutenção da autonomia e a capacidade de representação efetiva. Complementando essa postura, temos que atentar para o fato de que a própria sociedade civil possui conflitos internos no que diz respeito à projetos políticos, concepções e interesses que acaba dificultando sua representação, já que o grande desafio seria constituir uma hegemonia pautada na busca de seus interesses comuns (DAGNINO, 2002).

3.5 Organizações Não-Governamentais

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990 desponta uma discussão conceitual sobre os novos movimentos advindos da sociedade civil e os novos atores que passam a atuar na arena política (DOIMO, 1995 e MONTAÑO, 2005).

Alguns autores reconhecem o surgimento de um conjunto de fenômenos sociais com a denominação de organizações não-governamentais (ONGs) que contribuíram diretamente para o desaparecimento dos chamados movimentos sociais e foram colocadas na posição de substitutos destes (GURZA LAVALLE ET AL, 2004 e SOBOTTKA, 2002).

Por outro lado, segundo Doimo (1995) as ONGs seriam uma representação direta das articulações destes movimentos, já que apesar de serem pautadas por critérios de representação, se articulam fora dos canais convencionais de participação política. Portanto, as ONGs “comportam-se como redes sociais que congregam pessoas predispostas à participação continuada em movimentos reivindicatórios, como parte de um campo informado por valores comuns” (DOIMO, 1995, p.152). Apesar de não estabelecerem um formato específico, serem extremamente pulverizadas no que diz respeito a sua esfera de atuação e estarem vulneráveis à duração de seus projetos, estas se multiplicaram chegando ao ápice

nos anos 1990. A extensão da denominação reforçou pelo menos, num primeiro momento, a conotação positiva de ONGs (SOBOTTKA, 2002).

Segundo Raschke (1998), Scherer-Warren (1994;1996) e Landim (1988;1993) (apud SOBOTTKA 2002), é importante ressaltar como as ONGs, via de regra, têm sua origem nos movimentos sociais. Na verdade, foram criadas para atender a demanda de mecanismos formais para o repasse de recursos instauravam-se como representantes legais de segmentos da sociedade civil advindos das novas arenas políticas.

Muitas das características ainda hoje atribuídas as ONGs vêm desta origem, ou seja, a proximidade com a base sempre voltada para atendimento de necessidades da população; o alto potencial de mobilização; a participação voluntária em redes; o compromisso e engajamento em processos de transformação estrutural da sociedade, o controle social inibidor de corrupção e certo grau de organização e institucionalidade (SOBOTTKA, 2002 e DOIMO, 1995).

A partir da década de 1990, passaram a buscar uma maior intervenção direta através de diversos fóruns e associações formais constituindo-se em ONGs de desenvolvimento e defesa de direitos especialmente os direitos humanos, econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais (ABONG, 2006).

As ONGs tiveram como suporte alguns organismos de apoio e ONGs estrangeiras atuantes e ainda, contaram com um grande número de intelectuais acadêmicos que contribuíram com o saber-técnico especializado, atingindo uma abrangência nacional e fortalecendo os movimentos sociais no Brasil (DOIMO, 1995).

Muitas dessas ONGs também estabeleceram fortes parcerias com a Igreja, as instituições acadêmicas, os partidos políticos, os sindicatos e até mesmo o próprio Estado. Seus objetivos gerais estavam focados na busca por uma melhor organização, maior participação na esfera política e mais articulação nas suas demandas, reivindicações e lutas (DOIMO, 1995).

Primeiramente, a expressão organizações não governamentais (ONGs) se referia a empresas transnacionais não criadas pelo governo que tinham como função assessorá-los. A popularização do termo acabou fazendo com que organizações tradicionalmente localizadas na ponta receptora da cooperação internacional também assumissem para si próprias a qualificação de ONGs (SOBOTTKA, 2002).

No Brasil, após a Eco-92⁴, houve uma disseminação indiscriminada da denominação ONGs. Hoje, existem ONGs atuando no plano local, nacional, regional e internacional. Esta relação que se coloca em várias esferas territoriais possibilitam um interligação aumentando a eficácia e campo de atuação destas organizações. As ONGs podem ter como função ajudar a formular políticas públicas; fiscalizar projetos, bem como denunciar arbitrariedades do governo, desde violação de direitos humanos até omissão no cumprimento de compromissos públicos, nacionais e internacionais (VIEIRA, 2002).

Nos anos 1990, as ONGs ganharam autonomia e hoje são vistas como menos politizadas que os movimentos sociais, mais empresariais, voltadas para a obtenção de fundos, o que lhes exige maior eficiência. Portanto, percebemos uma transformação dos movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, tidos como mais ideológicos na busca por direitos e cidadania, para organizações mais dedicadas a intermediar as relações entre elas e o Estado a fim de formar parcerias (SOBOTTKA, 2002). Essas parcerias se estabelecem, prioritariamente, no repasse de recursos para as instâncias privadas tendo o Estado como o grande subsidiador e promotor destas organizações. Para Montaño (2005, p.149),

(...) os movimentos e organizações do terceiro setor desenvolveriam uma prática não-política, mas harmônica, integradora, de parceria, visando o bem comum, e não aos interesses de classe – assim, as ONGs cidadãs, as empresas cidadãs ou participativas, os indivíduos (cidadãos) solidários, o Estado parceiro.

Identificamos a perda da autonomia dos movimentos sociais quando estes são substituídos pelas ONGs, já que estas estabelecem parcerias, a fim de obterem financiamento, com o Estado, empresas e/ou fundações internacionais e, estes passam a demandar as áreas de interesses e as ações que antes eram demandadas pela sociedade (DOIMO, 1995).

Ultimamente muito se discute sobre o papel das ONGs. Muitos as entendem como um espaço privilegiado de participação democrática; outros defendem um controle político sobre as ações destas e há ainda quem afirme que as ONGs

⁴ A Eco-92 foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) que contou com a participação de inúmeras ONGs inclusive com um encontro paralelo no Aterro do Flamengo. Desde esta época surgiram muitas organizações de “oportunidade”, criadas especificamente para usufruir de benefícios disponibilizados estas organizações naquele momento. (SOBOTTKA, 2002)

deveriam prestar serviços públicos substituindo o papel do Estado nas políticas públicas (ABONG, 2006).

A partir dos anos 2000, as ONGs tornaram-se peças-chave não só na execução de políticas públicas e no controle social como na realização de parcerias entre as esferas pública e privada através de consultorias, estudos e desenvolvimento de novos projetos e metodologias.

Portanto,

A transformação de uma ONG em uma organização prestadora de serviços ao Estado pode estimular uma perspectiva de atuação institucional não combativa e de parceria com governos, gerando uma dependência institucional com relação aos recursos públicos repassados ameaçando, afinal, a autonomia da organização. (ABONG, 2006, p. 22).

Hoje, a questão das ONGs pauta-se na discussão de como estas organizações podem desempenhar o papel atribuído a elas a partir da Constituição de 1988, ou seja, a co-gestão das políticas públicas, mantendo sua autonomia política em relação aos governos. E ainda, como traçar uma política de fortalecimento da sociedade civil que incentive projetos autônomos (ABONG, 2006).

Com relação a denominação destas organizações como não-governamentais e não-lucrativas houve muita polêmica a partir do momento que foi constatado que muitas delas recebiam financiamento tanto governamental quanto privado para gerir seus projetos, criando assim, uma contradição (SOBOTTKA, 2002).

Concomitantemente, é importante atentar para o fato de que algumas ONGs são criadas espontaneamente como associações civis de base, outras são criadas de cima para baixo, pelo Estado ou empresas de mercado que pode comprometer, de certa forma, a autonomia destas organização, a não ser que elas consigam captar as verdadeiras reivindicações da sociedade.

Fica claro a dificuldade de se encontrar uma definição objetiva para as ONGs, já que são abarcadas nesta nomenclatura todas as organizações que não são governamentais e nem lucrativas deixando um rol imenso de organizações que acabam sendo restringidas de forma arbitrária, variável e não específica (SOBOTTKA, 2002).

Para Landim (apud SOBOTTKA, 2002, p.85), as ONGs tem por obrigação

(...) estar voltada para o atendimento de necessidades da base popular, ter ações financiadas por agências de cooperação internacional, contar com trabalhos voluntários, estar vinculada a processos de transformação estrutural da sociedade.

Além disso, a terminologia não tem nenhuma representação jurídica, já que não consta na legislação brasileira, como veremos mais adiante. Segundo a ABONG (2006, p.11),

(...) é uma expressão carregada de identidades e revestida de um manto simbólico repleto de significados contraditórios, que foi ganhando sentidos a partir da década de 1990 por meio das dinâmicas sociais e políticas da sociedade brasileira.

3.6 Terceiro Setor

A denominação terceiro setor surge nos Estados Unidos através de estudos sobre o voluntariado como provedor de bens e serviços, mas já há bastante tempo, nas ciências sociais, é praxis separar a economia da política e ambas de um terceiro âmbito que normalmente é tratado como residual. Para Sobottka (2002), é neste setor que se articula a sociedade civil da qual fazem parte os movimentos sociais e as ONGs. O conceito de terceiro setor abarca tudo que não é nem estatal nem lucrativo e sim como complemento do Estado e do mercado.

Define-se então, segundo Salamon (apud SOBOTTKA, 2002, p.87), o terceiro setor como as organizações que têm características como:

(...) não integrar o aparelho estatal, não distribuir lucros a acionistas ou investidores nem ter tal finalidade, autogerenciar-se e ter alto grau de autonomia interna, e possuir um nível de significado de participação voluntária.

Em contrapartida, autores como Jerez e Revilla Blanco (apud SOBOTTKA, 2002) apresentam distinções na definição do termo. A academia norte-americana está mais voltada para uma definição restritiva enquanto os latino-americanos são mais abrangentes buscando captar as diversas formas de sociabilidade presentes.

Segundo Jerez e Revilla Blanco (apud SOBOTTKA, 2002) este setor inclui organizações que podem ser de agrupadas em cinco grupos: formas tradicionais de ajuda mútua, movimentos sociais, associacionismo civil, ONGs e fundações e centros de pesquisa ligados ao mundo empresarial.

Já, Thompson (apud SOBOTTKA, 2002, p.87) vai mais a fundo e afirma que:

(...) os europeus tendem a enfatizar mais o caráter não estatal, porquanto vêem nele um complemento ao estado de bem-estar que enfrenta determinadas limitações para universalizar a garantia de direitos. Já na tradição estadunidense, a referência é o mercado e a ênfase está no voluntariado, no aspecto não-lucrativo das organizações.

A maioria dos defensores deste conceito incluiria todos os tipos de organizações ditas anteriormente, como movimentos sociais e ONGs, e ainda fundações como igrejas, clubes de lazer e organizações de caridade, que provêm de movimentos da sociedade civil, apesar de não chegar a uma definição precisa (SOBOTTKA, 2002).

Para Montaño (2005), a perspectiva hegemônica do uso do termo terceiro setor pretende o isolamento dos setores, sendo o primeiro o Estado, o segundo o mercado e o terceiro, a sociedade civil. Como o primeiro estaria em crise, e o segundo tem sua lógica lucrativa, nem um nem outro poderia dar conta das demandas sociais. Então, este setor seria uma ligação direta entre o público e o privado, sendo entendido como “o público porém privado” (BRESSER PEREIRA apud MONTAÑO, 2005, p. 64), ou seja, as atividades públicas desempenhadas pelo setor privado através das organizações da sociedade civil.

Ainda segundo Montaño (2005) identificam-se grandes debilidades conceituais tanto na origem, na composição e também nas características dentro da bibliografia hegemônica do termo. Uma das problemáticas utilizações deste termo é que se o chamado terceiro setor representaria a sociedade civil, diante de um modelo político democrático, historicamente ela deveria aparecer no primeiro setor já que é a sociedade quem produz suas instituições.

Outra deficiência, como já foi dito, está na definição das entidades que a compõem. Alguns autores consideram como terceiro setor: as ONGs, as fundações, as associações comunitárias, os movimentos sociais e etc. Na verdade, existe uma enorme discordância sobre a inclusão apenas de organizações formais ou também de atividades informais e ainda sobre as fundações empresariais, os sindicatos, os partidos políticos, entre outras.

O que é consenso entre os diversos autores é que todas elas atendam aos critérios de privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas e de associação voluntária. Sendo assim, esta falta de definição torna o setor um “guarda-chuva” que abarca todas as entidades com certa igualdade nas atividades, mas com interesses diversos.

Uma terceira limitação do termo é seu caráter não governamental e autogovernado. Como vimos até agora, hoje muitas organizações são, de alguma forma, financiadas pelo Estado para desempenhar funções que seriam de responsabilidade deste. E também seu caráter não-lucrativo, já que algumas fundações são de responsabilidade social com a finalidade de beneficiar suas empresas através da isenção de impostos e/ou a melhoria da imagem de seu produto. Portanto, devemos atentar para o fato de que em muitas organizações despendem grande parte de seus recursos para o pagamento de altos salários de seus funcionários e dirigentes.

Portanto, para Sobottka (2002) e Montaña (2005), o uso da denominação terceiro setor, não é capaz de se firmar como uma definição minimamente consistente do fenômeno social a que ela se refere.

Finalmente, é importante atentarmos para o fato de que o terceiro setor, diferentemente dos movimentos sociais, visa a formalização que se expressa na profissionalização e na eficiência dos serviços desempenhados, se sobrepondo ao lado ideológico e mobilizador dos movimentos sociais (SOBOTTKA, 2002).

3.7 Organizações Civas

Neste presente trabalho, utilizaremos conceitualmente o termo organizações da sociedade civil (OSC), ou simplesmente, organizações civis (OC), pois consideramos mais abrangente e não definidas pela negação como os demais termos. Seu conceito está baseado na definição de Scherer-Warren (apud Sobottka, 2002, p.89) como

(...) um conjunto de fenômenos que assumem a forma de organizações e que as denominações ONGs e terceiro setor não conseguem definir sem ancorar-se em categorias residuais e sem acudir-se em delimitadores aleatoriamente escolhidos.

Podem ser considerados OSC as organizações não governamentais, grupos comunitários organizados como igrejas, clubes de lazer e organizações de caridade, entidades do setor privado, entre outros que desempenham a principal função de garantir, de certa forma, a transparência e a boa governança por parte do governo e obrigá-los a prestar conta à sociedade das medidas adotadas (MONTAÑO, 2005).

Segundo Hegner (apud SOBOTTKA, 2002), as organizações civis que são conformadoras da sociedade civil na esfera pública se estruturam em torno de objetivos definidos a partir da solidariedade como mecanismo de coordenação e cobrem uma gama de tipos segundo a forma de solidariedade que assumem.

As organizações civis se dividem em três tipos, segundo as formas específicas de solidariedade que as fundamentam. A solidariedade altruísta se refere às organizações civis de fins públicos, que prestam apoio, ajuda ou serviço para o bem-estar alheio sem esperar contrapartida; é prestada a membros externos ao grupo social e pode ser materialmente apoiada por terceiros. Como exemplos temos: a maioria das ONGs de serviço, ONGs de movimentos sociais defensores de direitos difusos ou de ações representativas, algumas fundações e parte importante da filantropia empresarial, eclesial e privada (SOBOTTKA, 2002).

A solidariedade que se refere à lealdade orienta as organizações civis de fins coletivos coordenadas por ações voltadas para o coletivo independentemente de possíveis motivações específicas que se estabelecem na relação da lealdade entre seus membros e entre grupos. São elas determinadas formas de cooperativas, sindicatos, associações de classes, grupos formalizados de interesses e ONGs de movimentos sociais reivindicatórios.

E a última forma de solidariedade definida através da idéia de reciprocidade orienta as organizações civis de fins mútuos e de auto-ajuda e é baseada em relações de trocas, possivelmente não igualitárias e não imediatas. Estas podem ser configuradas como grupos de auto-ajuda, associações mutualistas, associações recreativas e boa parte da filantropia empresarial e eclesial, na medida em que estas últimas projetem sobre os destinatários a expectativa de atitudes responsivas.

Cabe ressaltar contudo que vários são os autores que pretendem delimitar uma classificação para estas organizações. Segundo Gurza Lavalle (2004), a maioria dos conceitos que visam conectar formas específicas de ação coletiva com reflexões teóricas apresenta problemas em suas definições, não excluindo os casos de movimentos sociais, organizações não governamentais, terceiro setor, organizações sociais, entre outras.

As organizações civis são vistas como sendo mais flexíveis e efetivas do que as instituições do Estado. Assim, em virtude das deficiências da democracia representativa, um número crescente de pessoas parece depositar confiança na ação da sociedade civil no processo de regeneração política (BAQUERO, 2003). Por

isso, estas organizações são consideradas como um importante meio de resgate do cidadão para a esfera pública e de promoção da discussão política, conseguindo mobilizar os cidadãos marginalizados socialmente para pressionar o Estado a responder às suas demandas.

Para Montaño (2005), a participação nestas organizações levaria a uma democratização da sociedade civil propiciando o desenvolvimento da democracia e ainda os laços de solidariedade local e voluntária entre os cidadãos, criando-se espaços de participação política e social.

As organizações civis alavancam, de certa forma, uma noção de solidariedade voltada para o respeito às diferenças nas demandas populares impulsionando a criação de uma nova cultura democrática, estimulando a participação cidadã e resgatando a noção de civismo nas comunidades.

3.8 Organizações Civis na atualidade

Diante destas inúmeras denominações usadas para as organizações da sociedade civil na atualidade, torna-se bastante importante diferenciar o que são entidades sem fins lucrativos que possuem sua atuação voltada para fins públicos das demais formas de associação existentes no Brasil.

Além de diferenciar estas organizações das que são pautadas pelo lucro e de caráter governamentais é importante diferenciá-las também das de interesses privados. Portanto, é importante esclarecer em que formato jurídico estas organizações se baseiam e como este processo se desenvolveu ao longo dos anos.

3.8.1 Marco legal das organizações civis brasileiras

As organizações da sociedade civil estão representadas juridicamente no Código Civil - Lei nº. 10.406, de janeiro de 2002, que aborda a questão das pessoas jurídicas de direito privado, onde se inserem as associações e das fundações privadas. Todas as organizações da sociedade civil estão formalmente constituídas, sob o formato jurídico de uma associação ou uma fundação privada, que são pessoas jurídicas de direito privado, sem finalidade lucrativa (ABONG, 2006).

As associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos imediato, o que não impede, contudo, que determinados serviços que preste sejam remunerados desde que os lucros advindos de qualquer trabalho realizado pelas fundações não se voltem para seus associados. Estas podem ter várias finalidades, como por exemplo, beneficente, literária, científica, artística, recreativa, desportiva ou política e, podem desenvolver atividades de interesse coletivo ou particular, ou seja, não obrigatoriamente objetivam uma finalidade pública.

Já, as fundações privadas surgem através da constituição de uma dotação especial de bens livres, por escritura pública ou testamento, que servirá para um determinado fim de utilidade pública ou em prol da sociedade, sendo necessário constituir-se apenas para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. As fundações privadas nunca podem ser constituídas para administrar interesses, especialmente econômicos, particulares e, portanto não admite a figura do associado.

Em síntese, as associações caracterizam-se como uma união de pessoas naturais ou jurídicas que se organizam para um determinado fim, enquanto na fundação o que se organiza é o conjunto de bens, caracterizando um patrimônio destinado a um determinado objetivo.

Por necessitar de ato causa mortis para sua constituição, poucas organizações da sociedade civil são constituídas sob a forma de fundação; a maior parte opta por constituir-se como associação.

Até meados dos anos 1980, as associações e fundações privadas desempenhavam um papel muito voltado para a filantropia, a caridade e a benemerência, ou seja, para a prestação de serviços públicos por organizações sem fins lucrativos, especialmente na área de Educação, Saúde e Assistência Social ligadas às Igrejas. Neste tempo, a legislação passou a incentivar certos segmentos associativos por meio de incentivos fiscais e tributários (ABONG, 2006).

Com a Constituição de 1988 estabeleceu-se um novo papel político às associações e fundações privadas, mas constatou-se que a legislação brasileira que regia as organizações da sociedade civil não acompanhou as grandes mudanças ocorridas na forma e na perspectiva de atuação dessas organizações. Portanto, a partir da instauração da política neoliberal brasileira, procurou-se criar uma nova regulamentação que permitisse uma maior flexibilização, com menor burocracia e

maior controle, para que as associações e fundações sem fins lucrativos assumissem maiores responsabilidades na execução das políticas públicas.

Foram criados então, alguns certificados e qualificações que podem ser pleiteados ao Poder Público, desde que cumpridos alguns requisitos exigidos em lei, tais como: Organização Social; Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Certificado de Entidade (Beneficente) de Assistência Social:

Tabela 2: Títulos e Certificados das Organizações da Sociedade Civil

	Lei	Objetivo	Condições
Título de Utilidade Pública (mais antigo entre os títulos e certificados concedidos)	Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935	Nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flâmulas, bandeiras ou distintivos próprios, devidamente registrados no Ministério da Justiça e a da menção do título concedido.	A organização precisa comprovar que promove a educação ou exerce atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, ou filantrópicas.
Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS (Antigo certificado de fins filantrópicos)	Lei n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993	Este certificado garante as entidades imunidade tributária como: CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), Contribuição Previdenciária Patronal, PIS (Programa de Integração Social) e Confins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)	Prestar serviços à população nas áreas de saúde, educação e assistência social.
Organização Social - OS	Lei n.º 9637, de 15 de maio de 1998	Estabelecer parcerias com o Estado através do contrato de gestão para fomento e execução de atividades não exclusivas do Estado, através do repasse de recursos orçamentários e bens públicos.	Desenvolver atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP	Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999	Formar vínculo de cooperação (contratos e convênios), através do repasse de recursos - termo de parceria -, com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) para a execução das atividades de interesse público.	Executar projetos e programas ou ainda prestar serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins. ⁵

Fonte: www.presidencia.gov.br/legislacao

⁵ O princípio fundamental da qualificação está na diferenciação entre as associações e fundações de interesse público daquelas de benefício mútuo e de caráter comercial. Também permite que empresas privadas realizem doações que podem ser descontadas no imposto de renda.

A relação jurídica entre Estado e as entidade de direito privado pode ser contratual ou convenial. Tanto o contrato como o convênio são acordos que criam obrigações para ambas as partes. A diferença entre eles reside no objetivo buscado pelas partes: no contrato os objetivos são contraditórios, ao passo que no convênio os objetivos são coincidentes. Outro aspecto que diferencia o contrato do convênio é a questão da transferência de recursos: no caso de um contrato, o pagamento é feito após o recebimento do produto ou serviço; já nos convênios, o valor transferido para a entidade sem fins lucrativos é feito previamente e como requisito para que ela possa exercer a atividade de interesse público.

É importante ressaltar que nenhum desses títulos e certificados modifica a forma jurídica das organizações da sociedade civil, que continuará a ser uma associação civil ou uma fundação privada.

Com relação a legislação atual que trata da parte jurídica das organizações da sociedade civil, observa-se diversas lacunas ou normas excessivamente permissivas, que podem levar a uma atitude de favorecimento de repasse de recursos financeiros públicos a determinadas organizações. São exemplos⁶:

Tabela 3: Legislação Jurídica das Organizações da Sociedade Civil

Legislação	Objetivos
Art. 150, VI, da Constituição Federal	Veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos.
Art. 55 da Lei nº. 8.212, de 24 de junho de 1991 e Medida Provisória nº. 446, de 7 de novembro de 2008	Isenta de determinadas contribuições sociais as entidades beneficentes de assistência social que preencherem os requisitos especificados.
Art. 116 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das licitações),	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Art. 13, parágrafo 2º da Lei nº. 9249/95	Versa sobre as doações efetuadas por pessoas jurídicas a entidade que possua título de Utilidade Pública Federal. Estas poderão ser abatidas do Imposto de Renda até o limite de 2% sobre o lucro operacional. Tal dispositivo foi estendido às OSCIPs, por força da Medida Provisória de número 3113-31, de maio de 2001
Art. 23 do Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999	Refere-se aos critérios que devem nortear a escolha das entidades com a qual o Poder Público repassará verbas públicas para suas

⁶ O artigo 17, parágrafo 2º da Constituição Federal trata os partidos políticos como associações civis, assim como faz a Lei nº 9.096/95. Apesar disso, não abordaremos este grupo já que a base de dados que utilizaremos neste trabalho exclui os partidos políticos das fundações privadas e associações sem fins lucrativos (FASFIL).

	atividades. A escolha da OSCIP com a qual será celebrado termo de parceria poderá (e não deverá) ser feita por meio de edital de concursos de projetos. Essa regra foi repetida pelo art. 4º do decreto nº. 6.170, de 2007, que trata dos convênios em geral.
Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007, Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº. 127, de 29 de maio de 2008	Estabelece regras relativas às transferências de recursos da União mediante convênios, contratos de repasse e outros acordos para entidades sem fins lucrativos. Esta Portaria incorporou demandas do Tribunal de Contas da União vindas da segunda CPI das ONGs.
Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008 (Lei de Diretrizes Orçamentárias),	Estabelece diversas regras referentes às transferências efetuadas pelo Poder Público a entidades privadas, sem fins lucrativos.

Fonte: <http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>

A legislação atual não prevê a existência de mecanismos eficazes de controle das entidades que recebem recursos: não possuem regras detalhadas para a elaboração e aprovação de plano de trabalho, meios de fiscalização da execução do objeto conveniado, sanções para a má utilização de recursos públicos, bem como meios efetivos para a recuperação das verbas indevidamente utilizadas. Portanto, a fiscalização e a verificação da efetividade das políticas públicas implementadas por estas parcerias ficam bastante comprometidas. (MATTOS E SILVA, 2009)

Legalmente são tidas como associações e fundações privadas, organizações totalmente distintas tanto no que diz respeito aos perfis como nas suas finalidades, como por exemplo: associações de bairros, hospitais (Santa Casa de Misericórdia) e universidades católicas, ONGs de todos os tipos, orfanatos, creches, asilos, entidades religiosas, espaços recreativos e culturais e até mesmo comerciais, no caso específico das associações, entre outros.

Finalizando, percebemos que estas modificações sócio-políticas geraram inúmeras leis, decretos, portarias e resoluções no âmbito das organizações da sociedade civil que são complexas, desordenadas e, muitas vezes, contraditórias e nunca se pautou numa perspectiva democrática ampliada, de fortalecimento da organização autônoma de grupos sociais diversos e de ampliação da esfera pública.

3.8.2 A polêmica acerca das organizações civis na atualidade

A primeira CPI das ONGs foi instaurada no Senado Federal em 19 de fevereiro de 2001 e teve como objetivo principal apurar algumas denúncias veiculadas na imprensa que alegavam atuação irregular destas, principalmente as que atuavam nas questões ambientais e indígenas, mais especificamente na região amazônica.

Com o prazo de finalização de 180 dias, foi prorrogada duas vezes e teve como conclusão: “esse universo é enorme e variado, em sua maioria esmagadora, atua legalmente, de boa fé e presta bons serviços.” (ABONG, 2006, p. 24).

O resultado efetivo desta CPI foi um Projeto de Lei nº. 07 de 200310 que dispõe sobre o registro, a fiscalização e controle das ONGs. O projeto foi aprovado no Senado, em 29 de junho de 2004 e encaminhado para a Câmara dos Deputados sob o número 3877/2004. (ABONG, 2006)

A segunda CPI das ONGs foi instaurada no dia 03 de outubro de 2007 no Senado investiga a aplicação de recursos destinados pelo governo federal e o possível desvio de dinheiro público envolvendo as entidades sem fins lucrativos como ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP).

Estima-se que existam mais de 200 mil ONGs no Brasil, mas apenas 1% delas conta com recursos transferidos pela União, ou seja, aproximadamente 34 bilhões no período de 1999 a 2006. O Senador Heráclito Fortes, do partido Democratas (DEM) do Piauí, autor da proposta da CPI, acredita que possa estar havendo um descontrole nesta transferência. Como estas entidades não estão sujeitas à Lei das Licitações, a fiscalização deveria ser extremamente severa.

Dados do Tribunal de Contas da União mostram que entidades consideradas inaptas e sem condições de executar convênios receberam mais da metade (54,5%) das verbas federais destinadas ao chamado terceiro setor, ou seja, aproximadamente 12 bilhões de reais que foram liberados para entidades que não prestaram contas ou não foram auditadas pelo governo.

A CPI que estava prevista para terminar no final de novembro de 2008 foi prorrogada, pela segunda vez, até abril de 2009, por conta da MP nº. 446. Esta comissão será novamente instaurada para colaborar com a investigação.

3.8.2.1 Medida provisória nº. 446

A polêmica em torno da Medida Provisória (MP) iniciou-se no dia 10 de novembro de 2008 quando o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a medida provisória nº. 446 que prevê a mudança nas regras para a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), documento que isenta de impostos cerca de 7 (sete) mil organizações registradas em todo o país – a um custo de 4,4 bilhões por ano.

Este certificado garante às estas entidades imunidade tributária desde que prestem serviços à população nas áreas de saúde, educação e assistência social, a fim de dar continuidade aos serviços públicos que a estrutura governamental não consegue oferecer.

Portanto, estas entidades são dispensadas de pagar impostos como CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), Contribuição Previdenciária Patronal (20% da folha de pagamento), PIS (Programa de Integração Social) e Confins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - 9,25% do faturamento). Sendo assim, extinguiram-se todos os processos que corriam no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) questionando as renovações, inclusive os recursos apresentados pelo próprio governo contra as entidades certificadas pelo conselho e também, aprovaram-se todos os pedidos que já haviam sido negados, mas estavam sendo questionados por estas entidades.

Esta MP instaurou a renovação automática dos pedidos de certificados de filantropia pendentes no CNAS, inclusive aquelas que têm pendência na Justiça e tiveram seus pedidos negados anteriormente. O presidente renovou de uma só vez o contrato filantrópico de 4.100 entidades por meio da resolução do CNAS.

Algumas entidades filantrópicas que atuam nas áreas de assistência social, saúde e educação estavam sendo analisadas por pendências de cerca de R\$ 2 bilhões com a Receita Federal ou com o INSS, portanto, a partir de agora, essas investigações serão desconsideradas.

Além disso, a MP retira do CNAS a atribuição de conceder os certificados de Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) e repassa esta responsabilidade aos Ministérios da Educação, Saúde e Desenvolvimento Social que darão a chancela de acordo com as especificidades de trabalho de cada entidade.

Segundo Zavalla (2009), a destituição do Conselho foi um dos pontos positivos para os governistas, pois a Operação Fariseu, da Polícia Federal que investigou durante quatro anos um esquema de pagamento de concessão fraudulenta de certificados de filantropia, revelou, em março de 2008, que integrantes do conselho se ligaram a advogados de entidades para fraudar estes processos e obter os certificados. O conselho só foi destituído depois de concedida a anistia e, portanto, beneficiou as entidades filantrópicas ameaçadas de perder o direito a isenção fiscal por suspeitas de irregularidade.

Já para a sociedade civil, esta setorialização prejudicará muito pequenas organizações, já que normalmente estas atuam em diversos campos e podem ter suas atividades limitadas a seguir as políticas de governo para manter o CEBAS, além de burocratizar mais ainda o sistema.

Três dias depois da publicação da MP, o então presidente do Senado, Garibaldi Alves, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro do Rio Grande do Norte, recusou-se a examinar o assunto e devolveu o projeto para o Executivo, mas logo depois, devido a recursos apresentados por líderes governistas, a MP passou a tramitar na Câmara.

Em fevereiro deste ano, os líderes partidários da Câmara rejeitaram o texto da MP e apresentaram um projeto de lei (PL 3021/08), com alterações na concessão dos Certificados das Entidades Benéficas de Assistência Social (CEBAS) às filantrópicas, mas sem a anistia para as organizações suspeita de fraudes.

No mês de abril, a Juíza Isa Tânia Cantão, da 13ª Vara Federal, suspendeu a anistia travando uma batalha entre o governo e o Ministério Público Federal. Sua decisão foi pautada em relatórios do Tribunal de Contas da União que revela falta de fiscalização sobre as entidades filantrópicas, portanto, a partir de então, todas as instituições que estavam sob investigação ou aguardavam a renovação dos certificados passarão a pagar as isenções às quais as entidades filantrópicas têm direitos.

4. FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Buscando responder às questões que abordam as instituições da sociedade civil como seu grau de organização, quais as atividades que estas desempenham na formulação, controle ou execução de políticas públicas, e quais as suas características, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) através de uma parceria firmada com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) realizaram a pesquisa intitulada “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos do Brasil” (FASFIL).

Neste capítulo investigaremos o perfil destas organizações da sociedade civil utilizando as bases de dados da pesquisa descrita acima, nos anos de 2002 e 2005. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir dos dados contidos no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE, para os respectivos anos, que abrange as entidades empresariais, os órgãos de administração pública e as instituições privadas sem fins lucrativos.

Este cadastro é atualizado anualmente e tem como fontes a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e as Pesquisas Anuais de Indústria, Construção, Comércio e Serviços conduzidas pelo IBGE. Portanto, abarca o universo das organizações inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda, que no ano de referência declararam exercer atividade econômica.

As instituições privadas sem fins lucrativos são selecionadas a partir do código de natureza jurídica. Esta identificação é feita a partir da Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE) e considera somente a atividade principal de cada organização.

A definição das FASFIL, especificamente, é feita a partir da metodologia elaborada pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas em conjunto com a Universidade John Hoppinks chamado “*Handbook on Non-profit Institutions in the System of National Accounts*” (Manual sobre as instituições sem fins lucrativos no sistema de contas nacionais), portanto, foram consideradas FASFIL somente as instituições que atendessem aos critérios de privadas, sem fins lucrativos, institucionalizadas, auto-administradas e voluntárias.

Diante destas seleções são consideradas FASFIL as seguintes categorias: Organizações Sociais; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; Outras Mantidas com Recursos Privados; Filiais, no Brasil, de Fundações ou Associações Estrangeiras; Organizações Religiosas; Comunidade Indígena e Outras Formas de Associação. Entre estas entidades selecionadas também foi feito um filtro por meio de ligações telefônicas e excluídas as que não se adequavam aos cinco critérios apontados acima.

Devemos sempre atentar para o fato de que esta pesquisa é proveniente de um cadastro, e como todo cadastro pode haver problemas na coleta de dados, gerando uma imprecisão entre as informações recolhidas e a realidade. Estes problemas podem ocorrer por inúmeros motivos como a dificuldade de identificar o nascimento ou a mortalidade de entidades; a auto-declaração da informação e a fonte de dados que abastece o Cadastro de Empresas pertence a diferentes sistemas de informações. Apesar disso, consideramos que esses problemas não desqualificariam o mapeamento das organizações, pois acreditamos que os critérios utilizados para a seleção das instituições privadas sem fins lucrativos foram bastante rigorosos.

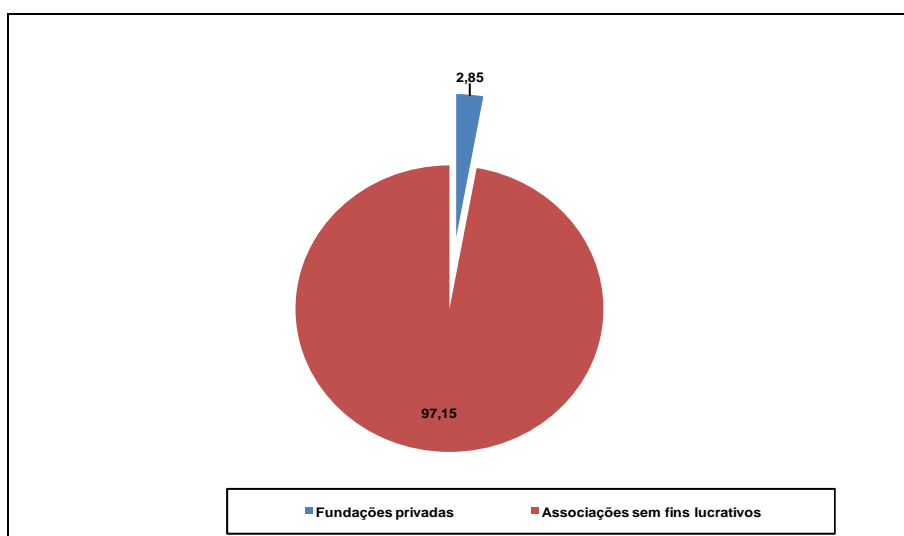
Nossa proposta é demonstrar como estão distribuídas estas organizações civis por tipo, por ano de fundação, por Grandes Regiões, por UF, e por classificação das entidades sem fins lucrativos e ainda uma breve comparação entre os anos de 2002 e 2005, a fim de verificar as possíveis mudanças ocorridas nestes anos.

4.1 Fasfil 2002

Faremos primeiramente uma análise descritiva dos dados da pesquisa intitulada “Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos” com relação ao ano de 2002. Dentre todas as organizações públicas e privadas, lucrativas ou não que compunham o Cadastro Central de Empresas, ou seja, 5,3 milhões de empresas, as FASFIL (como chamaremos as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil) representavam 5% de sua totalidade. Entre as entidades categorizadas apenas como sem fins lucrativos, as FASFIL representavam 55% das 500 mil constantes no CEMPRE.

Neste ano, as Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos somam aproximadamente 276 mil entidades, sendo dessas, 97,15% associações

sem fins lucrativos e somente 2,85% fundações privadas conforme verificado no Gráfico 1.



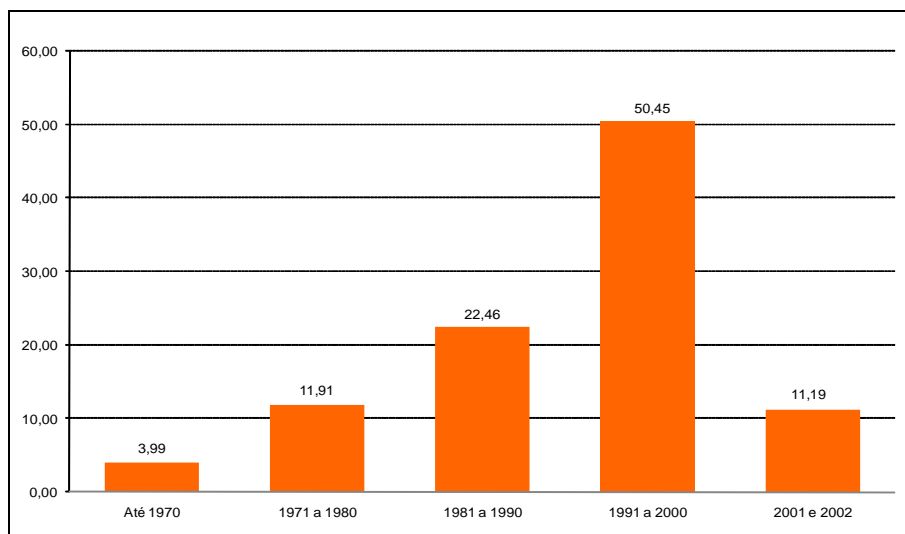
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 1: Distribuição das FASFIL segundo tipo (%) – Brasil 2002

Quanto ao ano de fundação das FASFIL (Gráfico 2), podemos verificar que a maior parte surge a partir da década de 1990; 61,64% das FASFIL que existiam até 2002 foram criadas a partir de 1991, ou seja, nos últimos 11 anos reiterando o que já afirmamos no capítulo anterior sobre o “boom” de criação de ONGs (Organizações da Sociedade Civil), OSs (Organizações Sociais) e OSCIPs (Organizações Civil de Interesse Público) a partir desta década, movidas pelo “ressurgimento” da sociedade civil.

O ritmo de crescimento do número de FASFIL acelera a cada década. Até 1970, existiam apenas 4% das FASFIL que acreditamos ser prioritariamente as fundações e organizações de saúde e educação. Na década de 1970 e 1980, este número aumenta para aproximadamente 12% e 22% respectivamente, e pode ser justificado pelo surgimento de alguns movimentos sociais como os movimentos pela redemocratização e contra a carestia de vida.

Segundo a análise dos resultados da pesquisa produzida pelo IBGE, podemos observar que as organizações sediadas no Norte e no Nordeste são de criação bem mais recente que as do Sul e Sudeste. Das criadas nas duas primeiras regiões, mais de 70% surgiram depois da década de 1980, enquanto nas demais regiões este percentual ficam em torno de pouco mais de 55%.



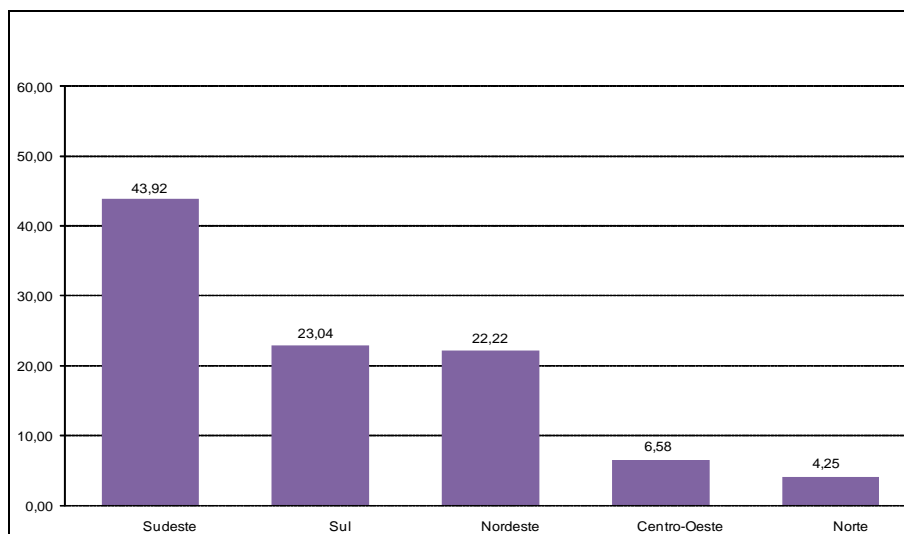
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 2: FASFIL segundo ano de fundação (%) – Brasil 2002

Quanto à distribuição das FASFIL nas Grandes Regiões (Gráfico 3), percebemos que 43,92% estão concentradas na Região Sudeste e acompanham a distribuição populacional brasileira.

No Sul e Nordeste, há uma similaridade no quantitativo das FASFIL, ambas possuem aproximadamente 60 mil organizações (23,04% e 22,22%), respectivamente estão alocadas nestas regiões. Apesar disso, há uma grande diferença com relação à distribuição da população, no Sul encontra-se 15% dos brasileiros, ou seja, proporcionalmente mais entidades.

A Região Centro-Oeste possui apenas 6,58% das organizações e o Norte 4,25%. Com relação à proporcionalidade das organizações diante da distribuição populacional, as Regiões Norte e Nordeste abrigam 4% e 22% do total de FASFIL, respectivamente, sendo estes percentuais inferiores aos da população com 8% e 28%.

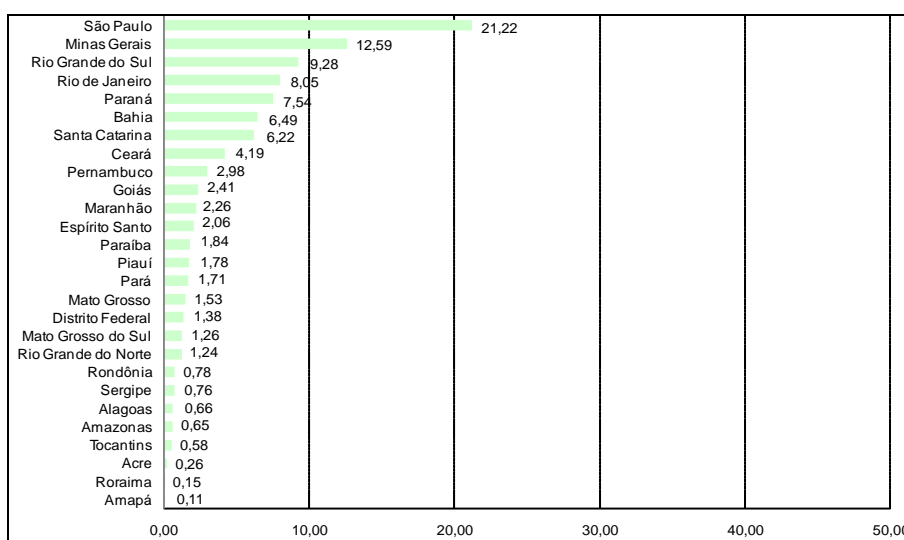


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 3: FASFIL segundo Grandes Regiões (%) - Brasil 2002

A distribuição por UFs também segue a divisão por Grandes Regiões destacando São Paulo (21,22%) e Minas Gerais (12,59%) que reúnem juntos um terço de todas as FASFIL existentes. Esse percentual é equivalente à quantidade de habitantes de tais Estados.

Todos os Estados que possuem mais de 5% das FASFIL estão nas Regiões Sudeste e Sul, com exceção da Bahia, o que justifica os 22,22% que se concentram na Região Nordeste (Gráfico 4).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 4: FASFIL segundo UFs (%) - Brasil 2002

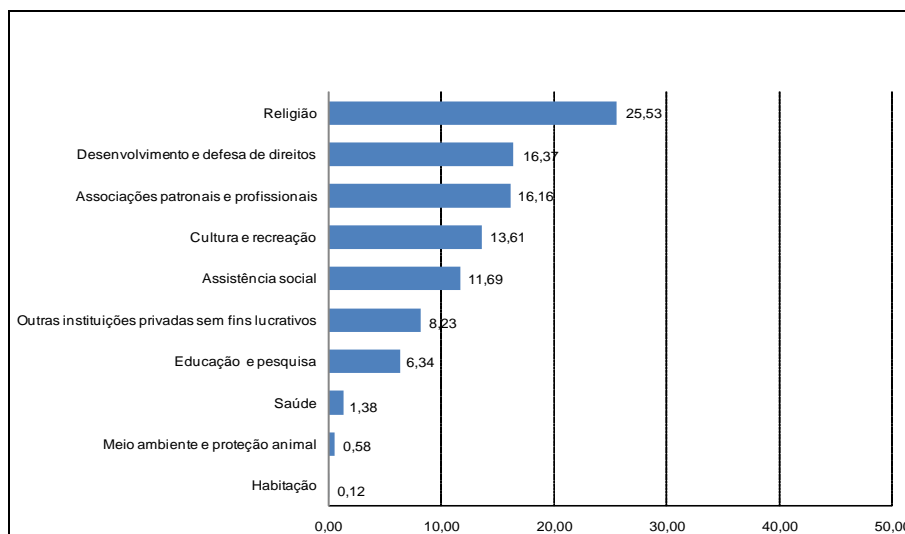
A classificação das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos se baseou no agrupamento pelas finalidades da atuação destas organizações, para isso, foi utilizado a chamada “*Classification of the Purpose Of Non- Profit Institutions Serving Households*” - COPNI (Classificação Dos Objetivos das Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias). Para a adequação da pesquisa definiu-se uma COPNI “ampliada” buscando incluir não somente as instituições privadas sem fins lucrativos, mas também as entidades sem fins lucrativos como um todo.

Para obter a informação da finalidade da atuação de tais organizações foi necessário um reordenamento a partir da interpretação da CNAE nas categorias da COPNI, o que se tornou um trabalho quase que artesanal.

Dentro da classificação proposta existem 10 grupos e 21 subgrupos temáticos que buscam diagnosticar a finalidade de atuação das FASFIL. Neste trabalho nos limitaremos a demonstrar graficamente somente os 10 grupos destacando os subgrupos textualmente quando acharmos relevante.

Os grupos principais são categorizados como: habitação; saúde; cultura e recreação; educação e pesquisa; assistência social; religião; associações patronais e profissionais; meio ambiente e proteção animal; desenvolvimento e defesa de direitos e outras instituições privadas sem fins lucrativos não especificadas. Como já foi dito, em alguns desses grupos existem subgrupos específicos como, por exemplo, na saúde há uma subdivisão entre hospitais e outros serviços de saúde; na categoria educação e pesquisa há uma separação entre as entidades de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação superior, estudos e pesquisas, educação profissional e outras formas de educação/ensino. Entre as associações patronais e profissionais a divisão se dá entre as associações empresariais e patronais, associações profissionais e associações de produtores rurais.

E finalmente, entre as organizações que desenvolvem e defendem os direitos há segmentação entre as associações de moradores, centros e associações comunitárias, as que têm por finalidade o desenvolvimento rural, as que se destinam ao emprego e treinamento, as que defendem os direitos de grupos e minorias e finalmente outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 5: FASFIL segundo área de atuação (%) – Brasil 2002

Sendo assim, quando analisamos a classificação das entidades sem fins lucrativos para o Brasil como um todo, percebemos que as FASFIL estão mais concentradas no grupo religioso (25,53%), ou seja, ordens religiosas, templos, paróquias, pastorais, centros espíritas, dentre outros, isto é, organizações que cultivam crenças religiosas e administram serviços religiosos ou rituais. Segundo, a análise de resultados da pesquisa produzida pelo IBGE, estas organizações estão mais concentradas na Região Sudeste (59%)

Organizações de cunho religioso, mas que desenvolvem atividades em outras áreas como hospitais e colégios católicos não estão classificados nesta categoria, mas nas categorias de seus campos de atuação.

Em segundo lugar, aparecem as entidades que atuam no campo do desenvolvimento e defesa de direitos (16,37%), e em terceiro, as associações patronais e profissionais (16,16%), como observamos no Gráfico 5.

As organizações voltadas para a promoção do desenvolvimento e defesa dos direitos expandiram-se recentemente, pós 1990. Com relação aos subgrupos, 51% correspondem a centros e associações comunitárias; 32% são associações de moradores e 10% são organizações que defendem direitos de grupos específicos e minorias. Estas estão mais concentradas na Região Nordeste (39%), com destaque para o subgrupo das organizações de desenvolvimento rural.

As associações patronais e profissionais também experimentaram um grande desenvolvimento a partir dos anos 1990 com destaque para as associações de

produtores rurais. Também é na Região Nordeste que se encontra a maior parte destas entidades (38%). Portanto, temos um crescimento muito grande, a partir da década de 1990, das associações de base ocupacional e empresarial chegando 68 mil organizações até 2002.

As organizações que atuam no campo da cultura e recreação correspondem a 14% do total das FASFIL e concentram-se mais no grupo das atividades esportivas e de recreação. Das entidades encontradas na Região Sul, 21% são de atividades culturais e recreativas. É também no Sul que se encontra a maioria das organizações da área de assistência social que correspondem a 12% do total.

Em contrapartida, as que menos aparecem em âmbito nacional, são as entidades que atuam no campo da educação, saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação, com percentuais bem baixos como 6,34%; 1,38%, 0,58% e 0,12%, respectivamente.

Nas áreas de saúde e educação, se destacam os subgrupos relacionados a hospitais e educação fundamental, média e ensino superior. Neste aspecto é importante destacar que muitas destas organizações apesar de cadastradas como sem fins lucrativos atuam como empresas privadas cobrando pelos serviços prestados, obtendo lucros e altos salários para seus diretores. Estas também são identificadas como as mais antigas, aproximadamente 70% foram criadas antes de 1990.

É importante observar esta classificação para cada um dos Estados separadamente, a fim de identificar a diversidade das áreas de atuação destas organizações. Faremos então uma análise geral da distribuição das FASFIL para as Grandes Regiões e nos Estados que de cada uma destas abarca separadamente buscando mapear suas especificidades, no que diz respeito, a classificação das entidades sem fins lucrativos.

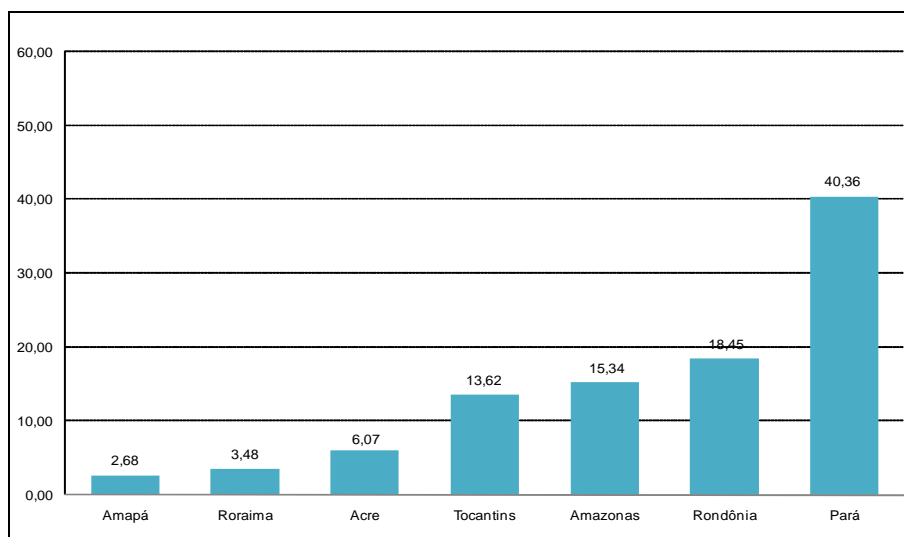
Portanto, neste momento, qualquer tentativa de análise mais aprofundada poderia incorrer de imprecisão e seria até mesmo precipitada, já que ainda estamos executando uma análise descritiva dos dados.

4.1.1 Região Norte

Na Região Norte (Gráfico 6), podemos perceber que o Estado do Pará detém a maior parte das FASFIL com mais de 40% delas, seguido pelo Estado de Rondônia com 18,45%, Amazonas com 15,34% e Tocantins com 13,62%, o que nos dá uma diferença de mais de 20% entre a quantidade de FASFIL existentes no Pará com relação aos outros Estados.

Com relação à classificação temática das entidades dentro de cada um dos Estados que compõe a Região Norte, a maior parte das FASFIL está dividida entre os grupos das associações patronais e as entidades religiosas. Dos 7 (sete) Estados que pertencem a Região Norte do país, 4 (quatro) deles como Rondônia, Acre, Roraima e Pará detêm a maior parte das FASFIL no grupo das associações patronais e profissionais religioso enquanto que, nos outros 3 (três) Estados, Amazonas, Amapá e Tocantins a situação se inverte, de modo que, a maior parte das FASFIL estão inseridas no grupo religioso.

Dentro do grupo das associações patronais e profissionais o subgrupo que contém a maior parte destas organizações é o das associações de produtores rurais.

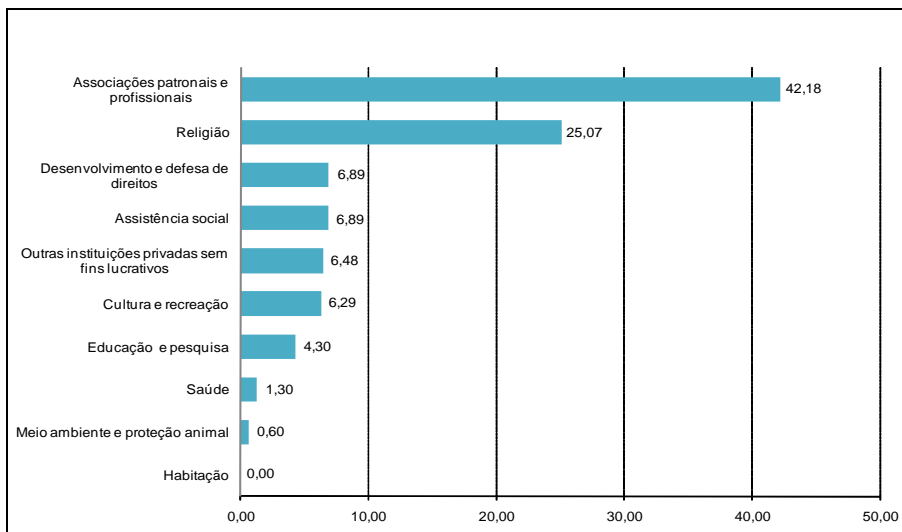


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 6: FASFIL segundo Estados da Região Norte (%) – Brasil 2002

No Estado de Rondônia (Gráfico 7), encontramos 42,18% das entidades classificadas como associações patronais e profissionais e 25,07% como de cunho religioso, seguindo a dinâmica regional. Apesar disso, há uma diferença de mais de 15 pontos percentuais entre as duas categorias. Todas as outras categorias

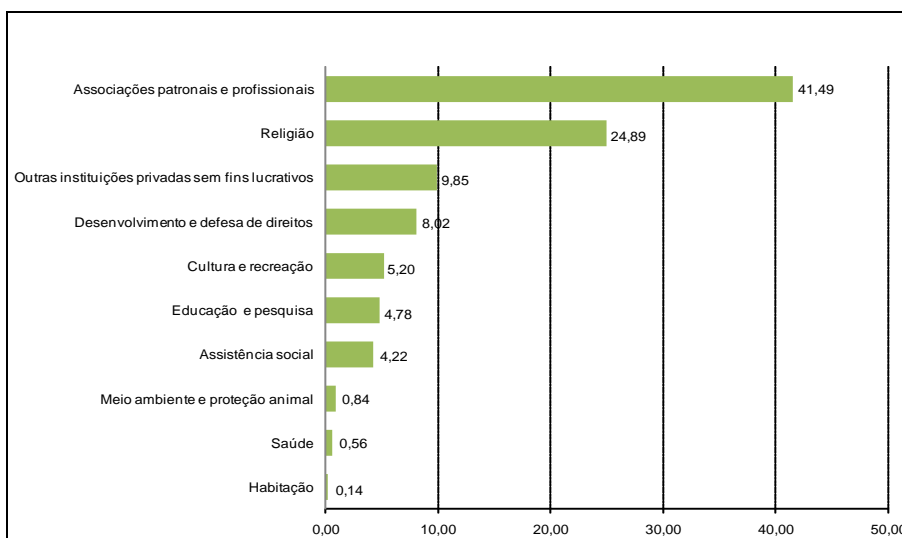
aparecem com menos de 7% no número total de entidades neste Estado, destacando-se as áreas de saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação que aparecem com menos de 2%, seguindo o cenário nacional.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 7: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Rondônia (%) - Brasil 2002

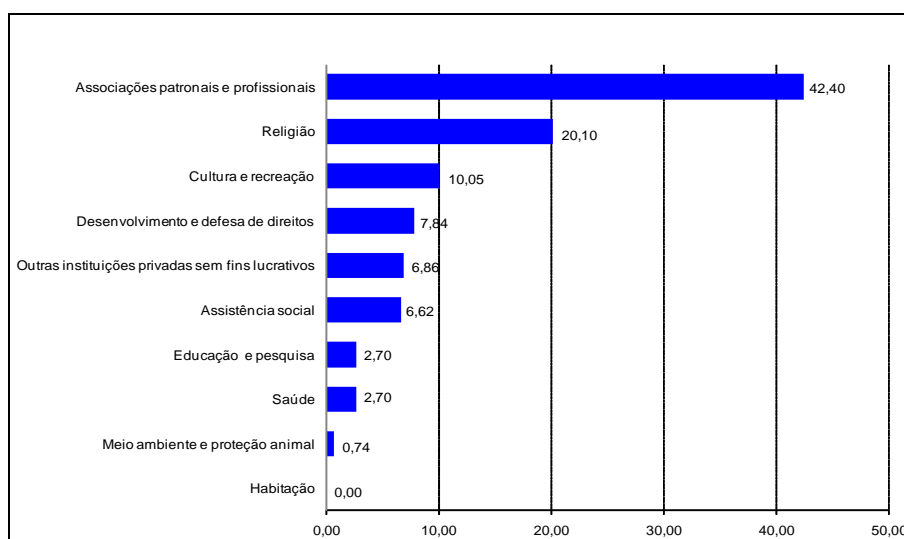
No Estado do Acre (Gráfico 8), 41,49% das entidades estão classificadas também como associações patronais e profissionais enquanto que 24,89% estão na religião. Assim sendo, temos assim como em Rondônia uma diferença de mais de 15% entre o primeiro e o segundo grupo, todas as outras categorias possuem menos de 10% do total das FASFIL.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 8: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Acre (%) - Brasil 2002

Em Roraima (Gráfico 9), a situação se mantém com as associações em primeiro lugar (42,40%) e as instituições religiosas em segundo (20,10%) aumentando a diferença entre os grupos para mais de 20%. Em terceiro lugar, aparece o grupo das organizações que atuam no ramo da cultura e recreação com 10,05% do total das FASFIL. As categorias educação e pesquisa, saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação aparecem com menos de 5% das FASFIL.

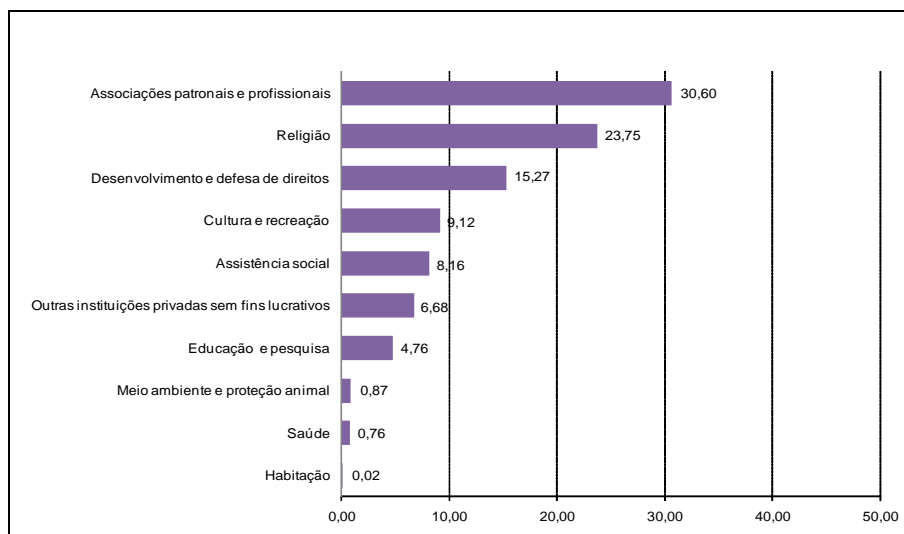


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 9: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Roraima (%) - Brasil 2002

No Pará (Gráfico 10) a maior parte das FASFIL se mantém no grupo classificado como associações patronais e profissionais (30,60%) apesar de em percentuais muito menores do que os 3 (três) Estados anteriores que detinham cerca de 40% das FASFIL.

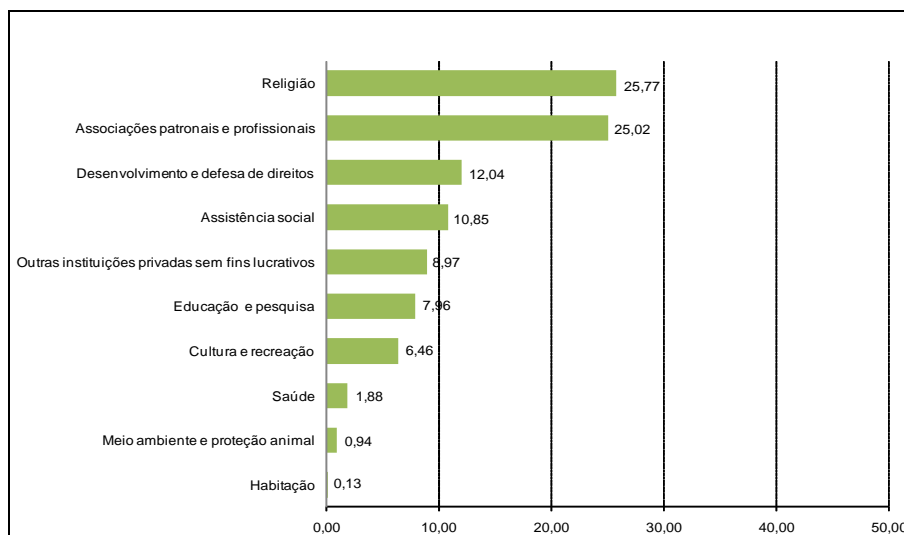
O grupo religioso possui 23,75% das FASFIL diminuindo consideravelmente a diferença entre o primeiro e o segundo grupo com relação aos três Estados anteriores. Essa diferença soma apenas 7% das FASFIL a mais para o grupo das associações. O terceiro grupo aumenta seu percentual para 15,27% sendo neste Estado o grupo que atua no desenvolvimento e defesa de direitos. Os grupos saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação possuem menos de 1% do total das FASFIL.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 10: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Pará (%) - Brasil 2002

No Estado do Tocantins (Gráfico 11), especificamente, as entidades religiosas e as associações patronais e profissionais têm percentuais bem próximos, em torno de 25%. As organizações ligadas ao desenvolvimento e a defesa de direitos aparecem logo abaixo com 12,04% seguidas das que atuam diretamente na assistência social com 10,85%. Os grupos saúde, meio ambiente e proteção social e habitação aparecem com menos de 2%.



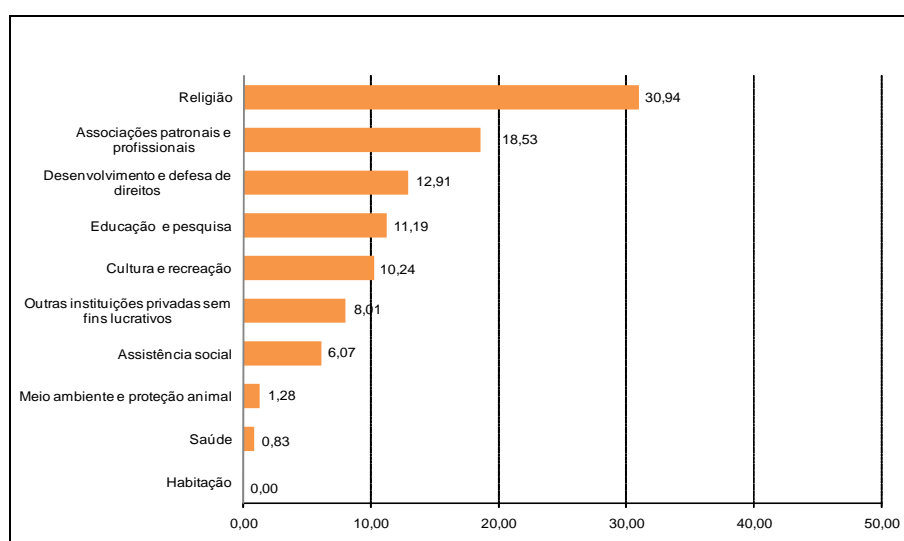
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 11: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Tocantins (%) - Brasil 2002

Já, nos demais Estados da Região Norte, como Amazonas (Gráfico 12) e Amapá (Gráfico 13) a maior parte das FASFIL estão classificadas nos grupos da

Religião como no âmbito nacional, seguidas das associações patronais e profissionais.

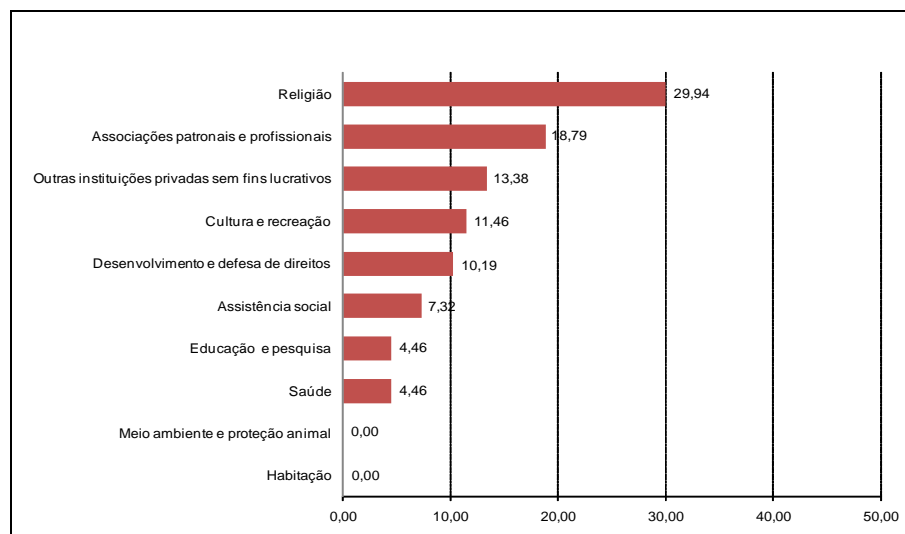
No Amazonas, a diferenciação entre o primeiro (30,94%) e o segundo grupo (18,53%) é de aproximadamente 12% enquanto que entre o segundo, das associações patronais, e o terceiro, das organizações de desenvolvimento e defesa de direitos, é de pouco mais de 5%, seguida de bem perto pelas que atuam no campo da educação e pesquisa e também das de cultura e recreação. Aqui também os grupos focados no meio ambiente e proteção animal, saúde e habitação aparecem com as menores porcentagens.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 12: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Amazonas (%) - Brasil 2002

O Amapá segue o mesmo formato do Amazonas quanto aos dois primeiros grupos com valores bem próximos e diferença entre um e outro também. Só passa a diferenciarem-se nos demais grupos subsequentes tanto na sua ordem quanto nos valores percentuais, como pode ser verificado no Gráfico 13. Constatamos que os grupos que atuam na área de habitação e meio ambiente e proteção animal não possuem nenhuma entidade neste Estado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 13 - FASFIL segundo área de atuação no Estado do Amapá (%) - Brasil 2002

4.1.2 Região Nordeste

Na Região Nordeste (Gráfico 14), o Estado da Bahia é o que se destaca na quantidade de FASFIL contando com 29,23% e, portanto, contém mais de 10% que todos os outros Estados. Em seguida temos o Ceará com 18,87%, Pernambuco com 13,41%, Maranhão com 10,18% e todos os outros Estados abarcam menos de 10% das organizações da Região Nordeste.

Na classificação destas entidades, a Região Nordeste observamos que em 4 (quatro) Estados prevalecem as associações patronais e profissionais assim como no Norte. São eles os Estados do Maranhão (Gráfico 15), Piauí (Gráfico 16), Pernambuco (Gráfico 17) e Bahia (Gráfico 18).

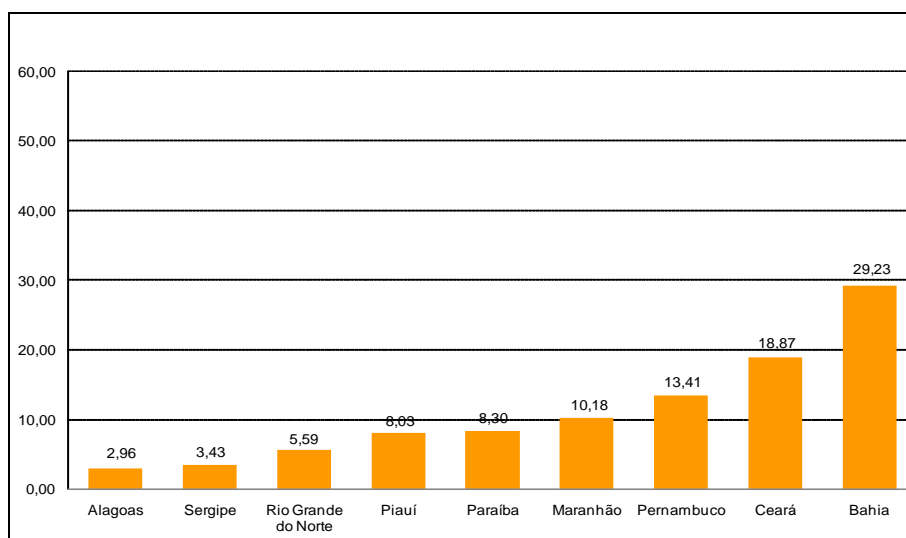
Nos Estados do Ceará (Gráfico 19), Rio Grande do Norte (Gráfico 20) e Sergipe (Gráfico 21) a prevalência se dá no grupo classificado como de desenvolvimento e defesa de direitos.

Apesar disso, há uma diferenciação no que diz respeito ao segundo colocado. Nos dois primeiros Estados é o grupo de associação patronais e profissionais que ocupam este lugar, já no Sergipe o grupo religioso se sobre põem a este passando a ocupar o segundo lugar.

O Estado da Paraíba há aproximadamente 30% de associações patronais e profissionais e 30% de organizações que atuam no desenvolvimento e defesa de direitos dividindo a primeira colocação como constatamos no Gráfico 22. O Estado

do Alagoas (Gráfico 23) é o único do Nordeste onde o maior número de FASFIL está classificado no grupo religioso.

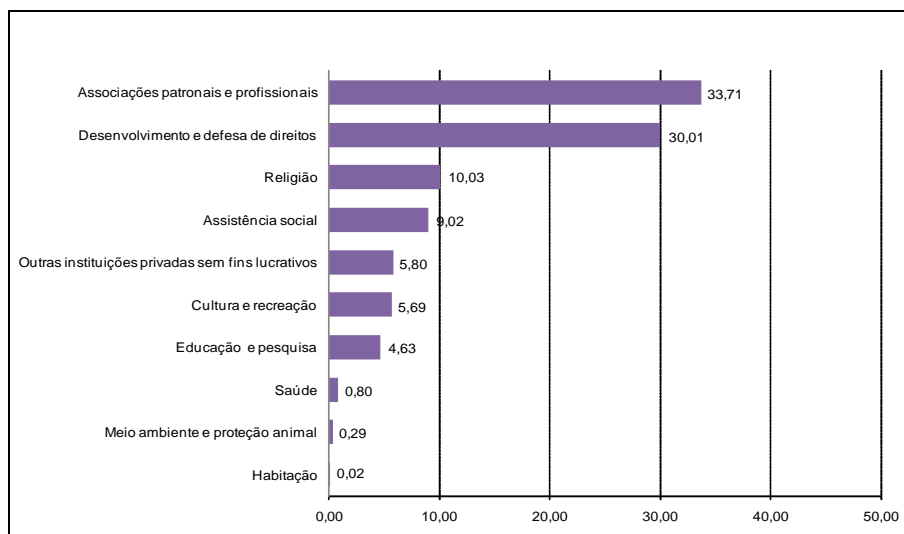
Assim como no Norte, dentro do grupo das associações patronais e profissionais, o subgrupo com maior volume de organizações é o das associações de produtores rurais. Já dentro do grupo de desenvolvimento e defesa dos direitos, o subgrupo que prevalece é o que se enquadra na categoria de centros e associações comunitárias.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 14: FASFIL segundo Estados da Região Nordeste (%) – Brasil 2002

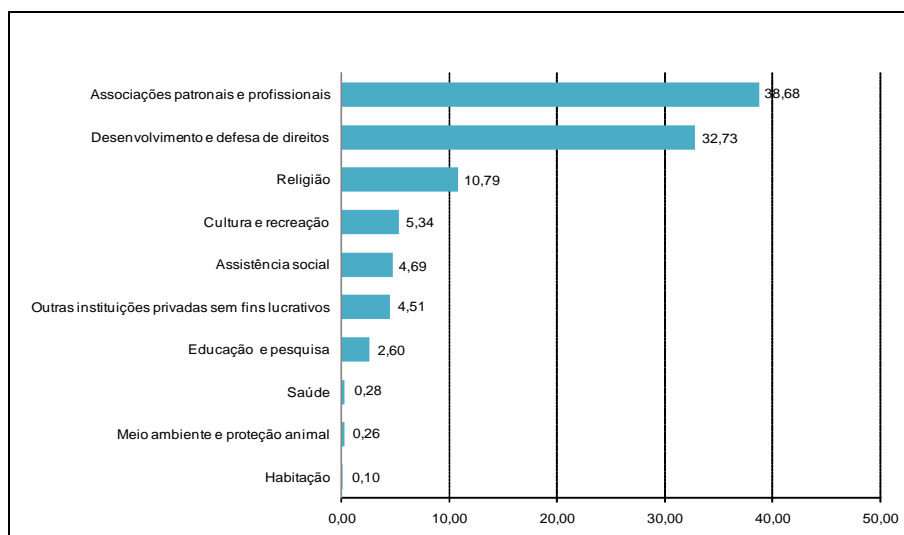
No Estado do Maranhão (Gráfico 15), os valores quantitativos das associações patronais e profissionais são bem próximos as que atuam na área de desenvolvimento e defesa dos direitos com uma pequena diferença de pouco mais de 3 (três) pontos percentuais. Todas as outras categorias aparecem com menos de 20% no número de organizações em relação às duas primeiras posições. Devemos observar que assim como nos Estados do Norte, no Nordeste as áreas de saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação são as que menos possuem instituições deste tipo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 15: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Maranhão (%) - Brasil 2002

No Piauí, assim como no Maranhão, a diferença entre o número de organizações categorizadas como associações patronais e profissionais e as de desenvolvimento e defesa de direitos é bastante pequena, pouco menos que 6%. Em seguida temos o grupo da religião com 10,79% e, todos os outros aparecem com menos de 6%. Os grupos com menos instituições continuam sendo saúde, meio ambiente e proteção social e habitação, que neste Estado não chegam a atingir 1%.

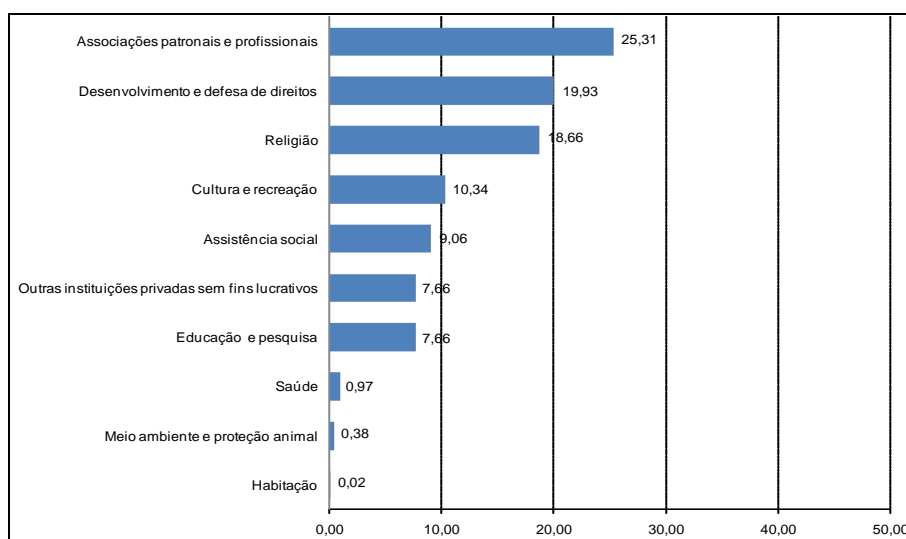


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 16: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Piauí (%) - Brasil 2002

Em Pernambuco, mantém-se o panorama dos dois primeiros Estados com as associações patronais e profissionais em primeiro lugar (25,31%), seguidas bem de perto pelas de desenvolvimento e defesa de direitos (19,93%) e também pelas

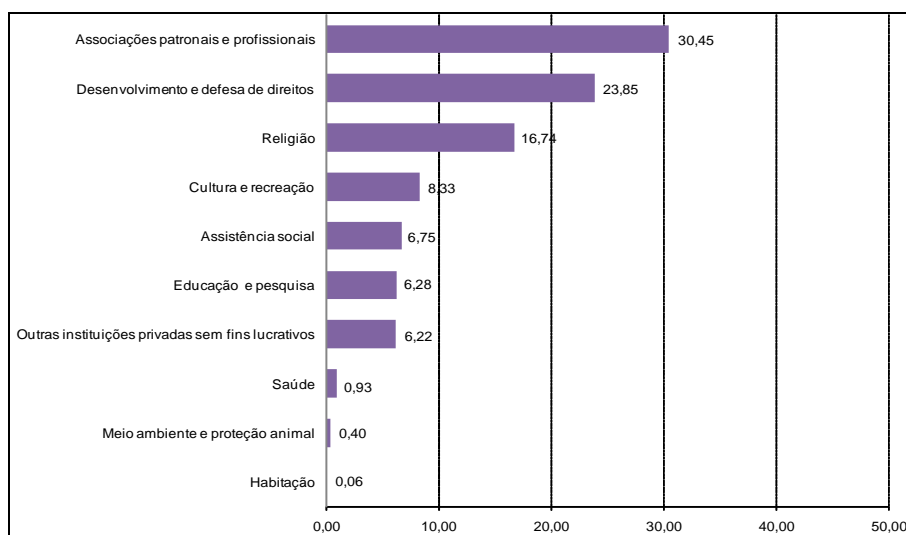
entidades religiosas que possuem um percentual bem próximo as anteriores (18,66%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 17: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Pernambuco (%) - Brasil 2002

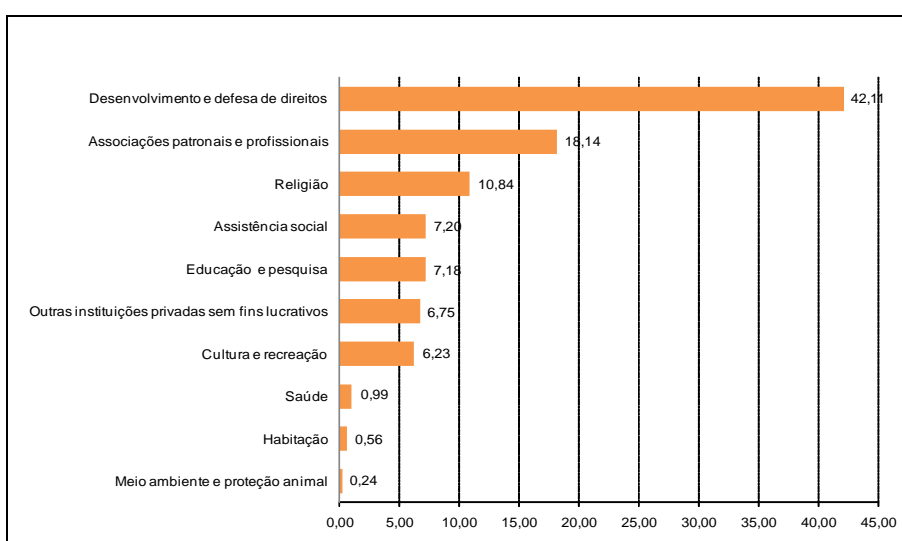
Na Bahia, como podemos verificar na Figura 18, a diferença entre o primeiro (30,45%) e o segundo (23,85%), que continuam os mesmo que todos os outros Estados da Região Nordeste, é de pouco menos de 7 (sete) pontos percentuais seguidos pelas organizações religiosas com 16,74%. Permanecem as três últimas colocadas com menos de 1% do total das entidades.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2002

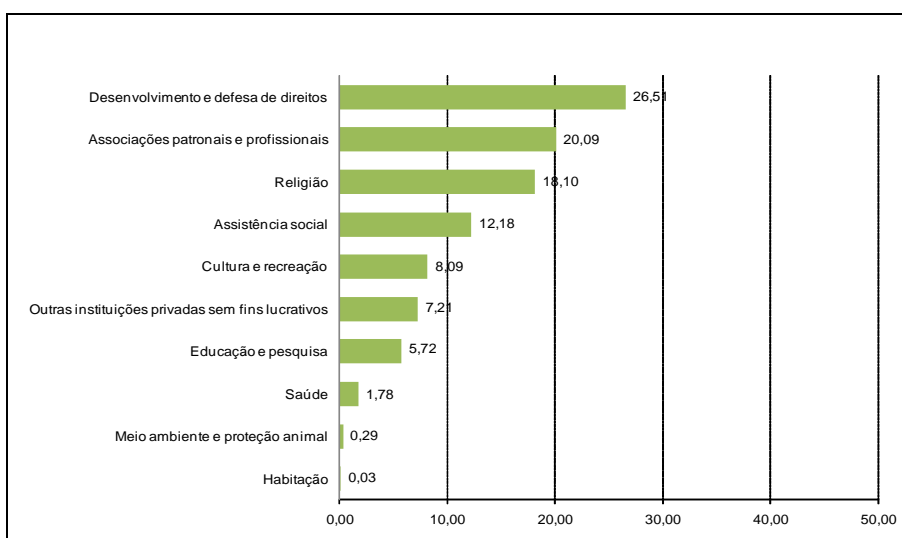
Gráfico 18: FASFIL segundo área de atuação no Estado da Bahia (%) - Brasil 2002

No Estado do Ceará (Gráfico 19), a situação se inverte passando as entidades que tem como campo de atuação o desenvolvimento e a defesa de direitos aparecerem em maior número (42,11%), na frente das associações patronais e profissionais (18,14%). Além disso, a diferença entre eles é bastante significativa mais de 20%. Em terceiro lugar permanecem as instituições religiosas com 10,84%. Este mesmo perfil é encontrado no Rio Grande do Norte (Gráfico 20) apesar de possuírem uma diferenciação percentual muito menor entre os dois primeiros colocados, aproximadamente 6%. Em ambos os Estados os três últimos colocados se mantêm igual a todos os outros Estados da Região.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

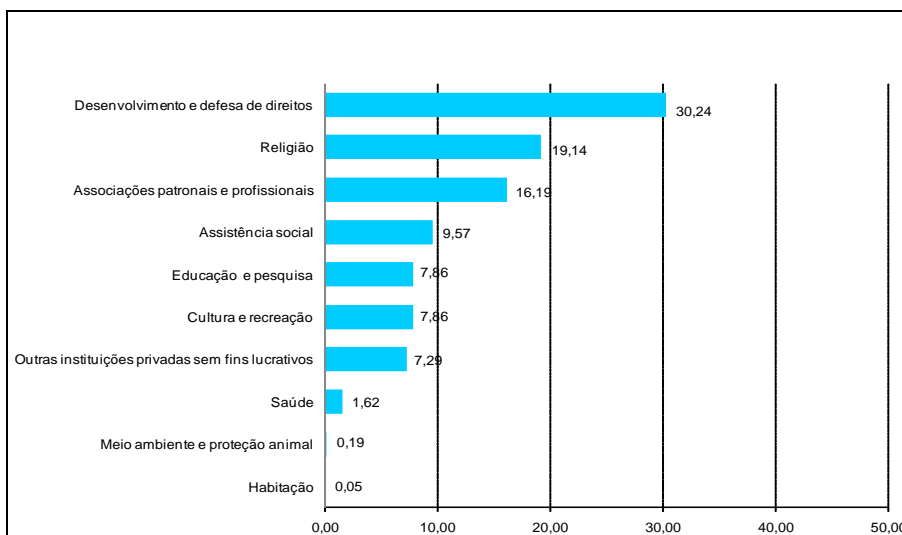
Gráfico 19: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Ceará (%) - Brasil 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

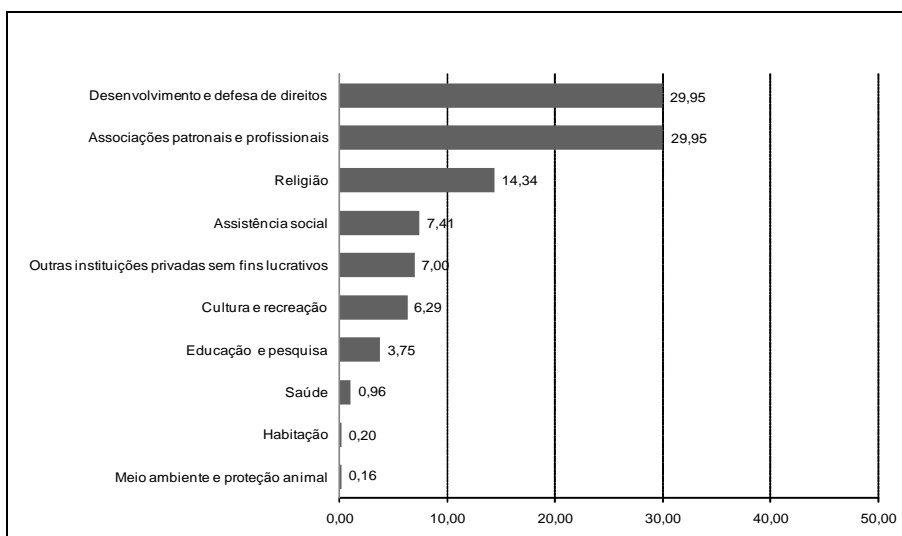
Gráfico 20: FASFIL segundo área de atuação no Rio Grande do Norte (%) - Brasil 2002

No Estado do Sergipe, encontramos uma inversão no segundo colocado, que passa a ser o grupo religioso com 19,14%. Em primeiro temos as organizações de desenvolvimento e defesa de direitos (30,24%), e as associações patronais e profissionais passam a ocupar a terceira posição (16,19%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

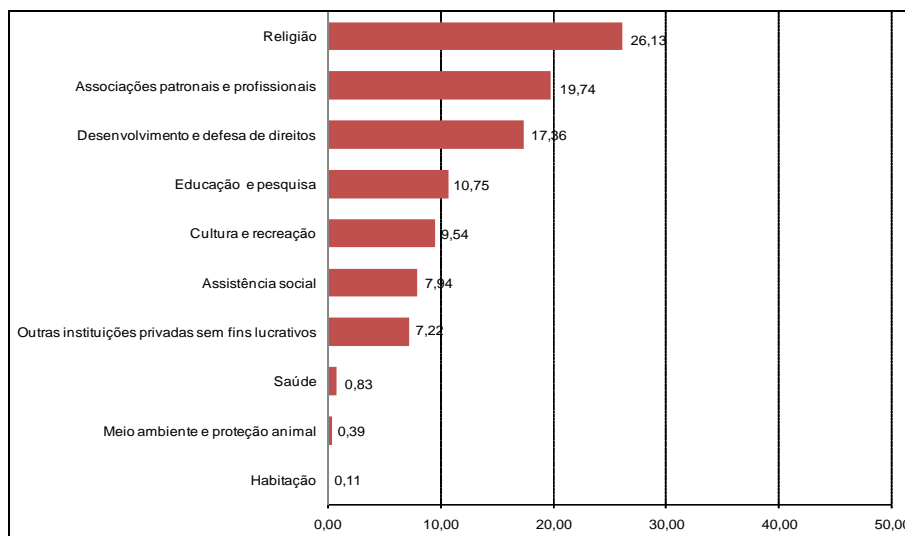
Gráfico 21: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Sergipe (%) - Brasil 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 22: FASFIL segundo área de atuação no Estado da Paraíba (%) - Brasil 2002

E por último, no Estado de Alagoas o grupo religioso, que apareceu em terceiro lugar em quase todos os Estados desta Região, se coloca em primeiro lugar com 26,13%, seguido pelas associações patronais (19,74%) e o grupo de desenvolvimento e defesa de direitos (17,36%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

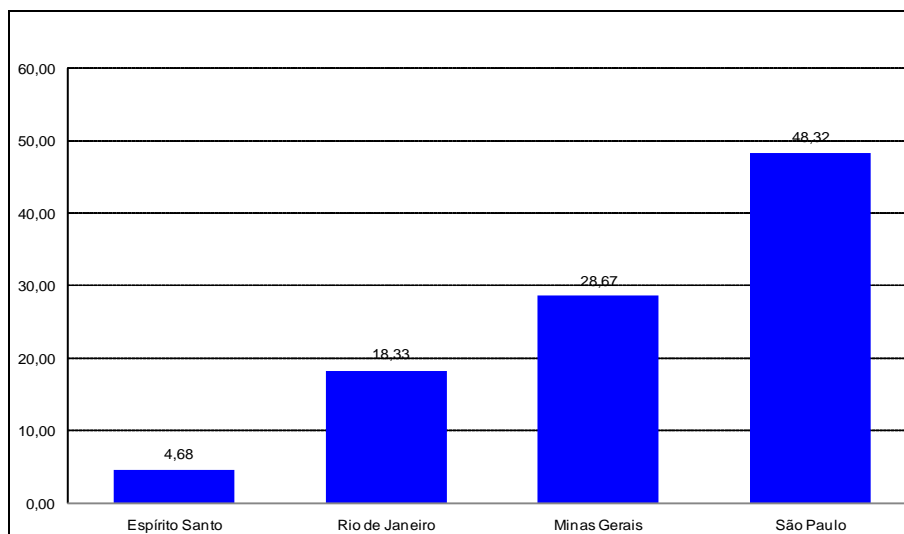
Gráfico 23: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Alagoas (%) - Brasil 2002

4.1.3 Região Sudeste

A Região Sudeste é a que detém o maior número de FASFIL no Brasil com destaque para São Paulo (48,32%) e Minas Gerais (28,67%) que agregam juntas cerca de 80% das FASFIL da Região Sudeste (Figura 24). O Estado do Rio de Janeiro aparece com 18,33% das FASFIL da Região, seguida do Espírito Santo que conta com apenas 4,68% das FASFIL da região.

Com relação à classificação temática das FASFIL dentro de cada Estado, na Região Sudeste, todos os Estados têm a maior parte das FASFIL dentro da categoria religião. Isto explica o fato de no Brasil a maior parte das instituições estarem classificadas como de cunho religioso, já que, a região Sudeste concentra o maior número de FASFIL o que acaba refletindo na dimensão nacional.

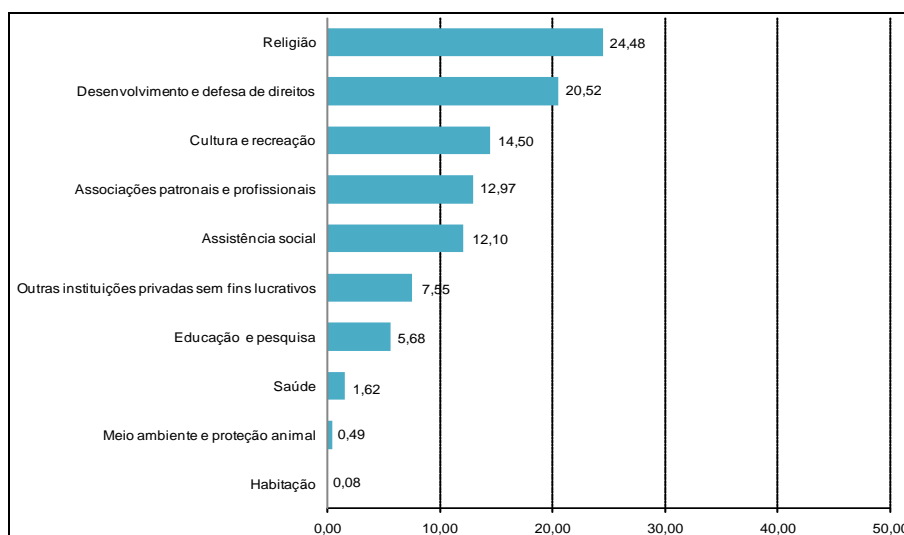
O segundo grupo que mais aparece é diversificado, variando de Estado para Estado como veremos abaixo. Já, os grupos saúde, meio ambiente e proteção social e habitação são os que possuem menos organizações em todos os Estados, assim como nas Regiões Norte e Nordeste e no Brasil.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 24: FASFIL segundo Estados da Região Sudeste (%) – Brasil 2002

Em Minas Gerais (Gráfico 25), como já foi dito, o grupo religioso aparece em primeiro lugar com 24,48% das FASFIL seguido pelas organizações de desenvolvimento e defesa de direitos que contém 20,52%, ou seja, 4 % a menos que a primeira.

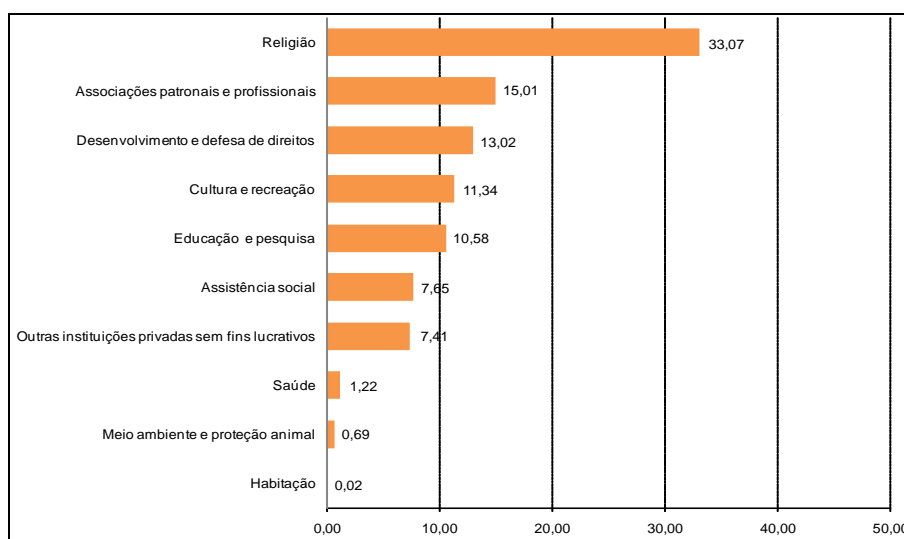


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 25: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Minas Gerais (%) - Brasil 2002

No Espírito Santo, como podemos verificar na Figura 26, temos as organizações religiosas com 33,07% seguidas pelas associações patronais e profissionais com 15,01% das FASFIL, ou seja, uma diferença de mais de 15 pontos percentuais. Em terceiro lugar, aparecem as organizações de desenvolvimento e

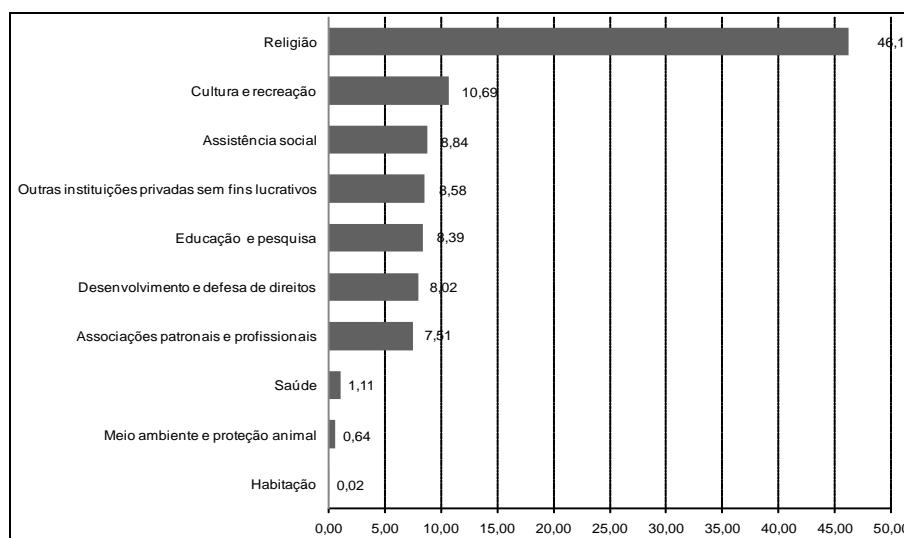
defesa dos direitos com 13,02%. Percebe-se então que a diferença entre o primeiro e o segundo e bem maior que entre o segundo e o terceiro.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 26: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Espírito Santo (%) - Brasil 2002

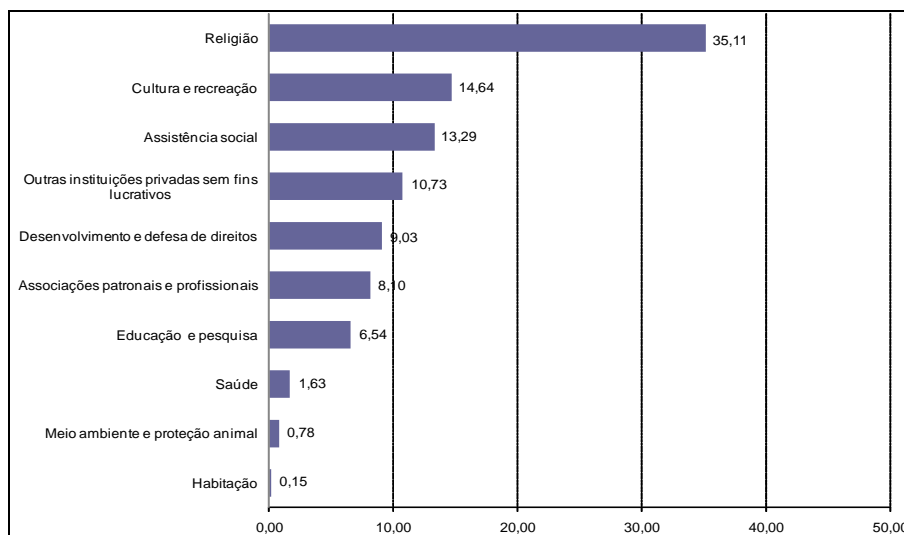
No Rio de Janeiro (Gráfico 27), as entidades religiosas aparecem com a maior porcentagem entre os Estados do Sudeste, 46,19% das FASFIL estão concentradas neste Estado, seguido pelas associações que atuam no campo da cultura e recreação (10,69%). Sendo assim, a diferença entre os dois é mais de 35% o que prova uma prevalência muito grande do grupo religioso.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 27: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Rio de Janeiro (%) - Brasil 2002

Por fim, em São Paulo (Gráfico 28), há um predomínio das organizações religiosas (35,11%) como já foi dito seguido também, assim como no Rio de Janeiro pelas entidades atuantes no campo da cultura e recreação (14,64%) juntamente com os grupos de assistência social (13,29%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

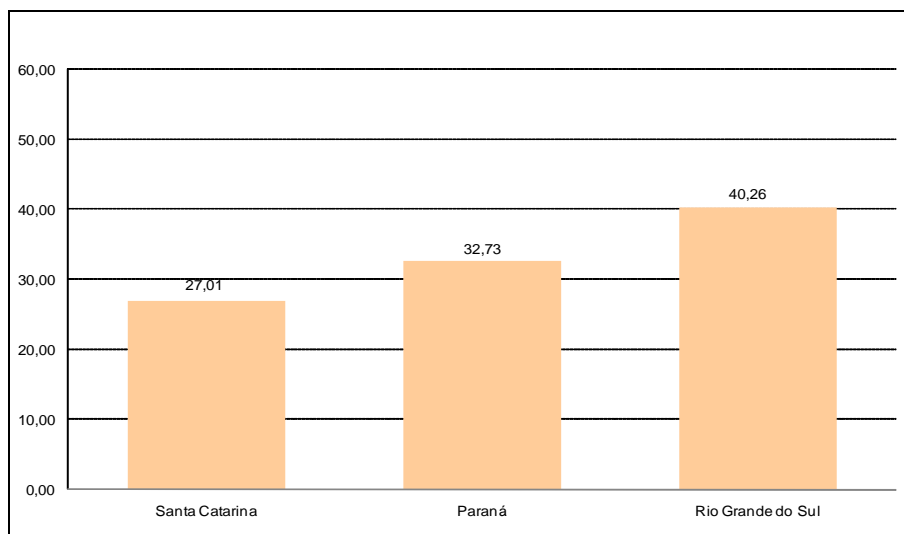
Gráfico 28: FASFIL segundo área de atuação no Estado de São Paulo (%) - Brasil 2002

4.1.4 Região Sul

Na Região Sul (Gráfico 29), o Estado do Rio Grande do Sul detém pouco mais de 40% das FASFIL seguido pelo Estado do Paraná com 32,73% das instituições e de Santa Catarina com 27,01%.

Nesta Região, dos três Estados que fazem parte desta, dois (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) possuem a maior parte de suas FASFIL classificadas como instituições que atuam no campo da cultura e recreação com destaque para o subgrupo de esporte e recreação. O Estado do Paraná encontra a maioria de suas FASFIL na categoria religiosa. Já, no que diz respeito ao segundo colocado a configuração é diferente em cada um dos Estados, portanto exploraremos mais adiante.

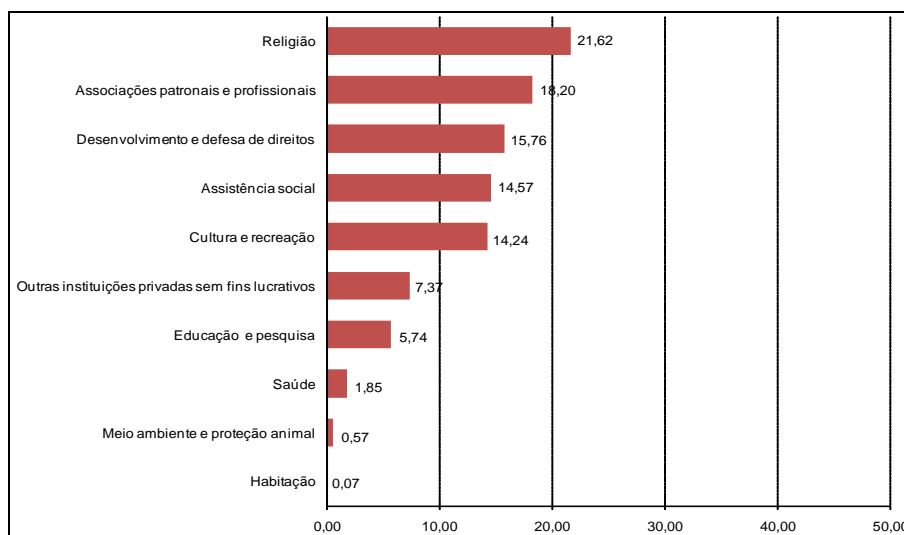
Assim como em todas as Regiões descritas anteriormente, os grupos de saúde, meio ambiente e proteção ambiente e habitação permanecem como os que possuem menos FASFIL.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 29: FASFIL segundo Estados da Região Sul (%) – Brasil 2002

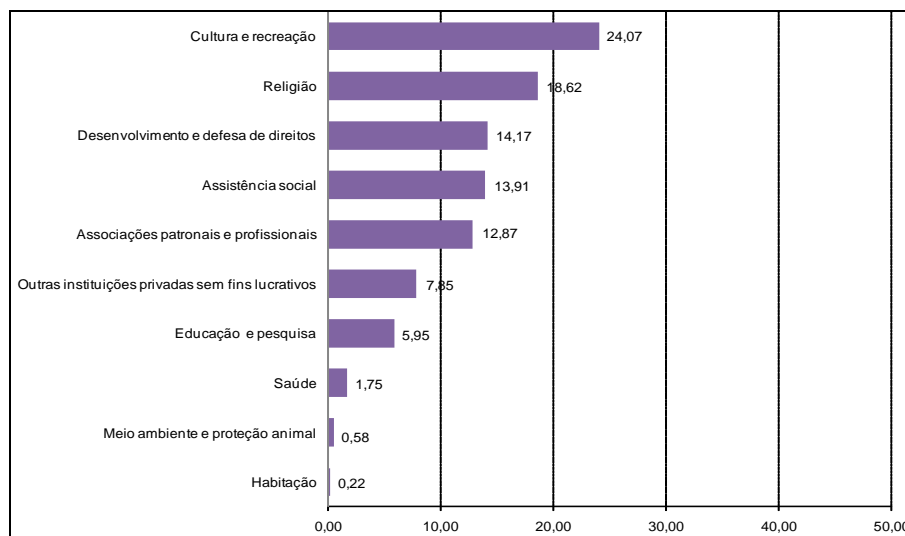
No Paraná, conforme Gráfico 30, como já foi dito, encontramos a maioria das FASFIL no grupo religioso com 21,62%. Em segundo lugar aparecem as associações patronais e profissionais com 18,20%, ou seja, uma diferença de pouco mais de três pontos percentuais do primeiro.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 30: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Paraná (%) - Brasil 2002

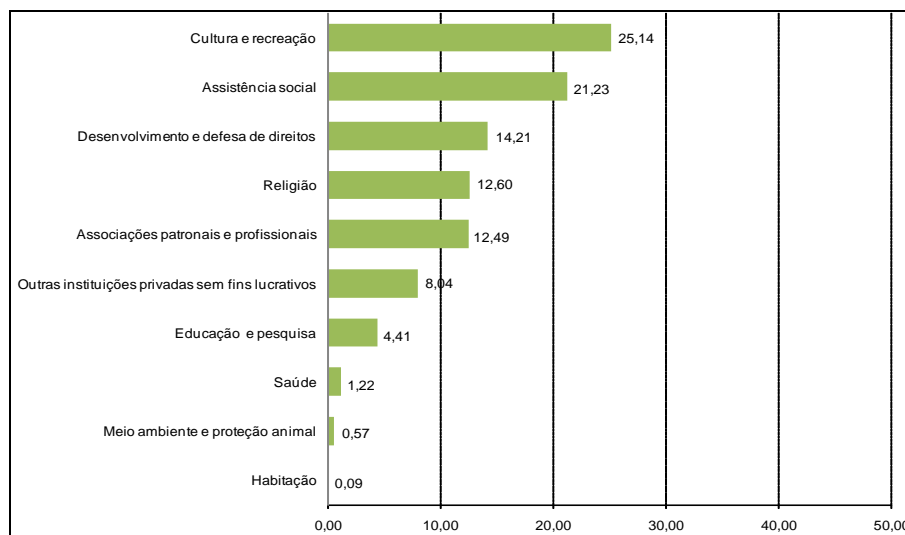
No Rio Grande do Sul, primeiramente aparecem às organizações que atuam na área de cultura e recreação (24,07%), seguidas pelo grupo religioso com 18,62%, ou seja, uma diferença de aproximadamente 6 pontos percentuais. (Gráfico 31).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 31: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Rio Grande do Sul (%) - Brasil 2002

Em Santa Catarina, as organizações de cultura e recreação também aparecem em primeiro lugar (25,14%), assim como no Rio Grande do Sul. Já o segundo colocado fica com as associações que atuam no campo da assistência social (21,23), a diferença entre o primeiro e o segundo é de menos de 4 pontos percentuais. (Gráfico 32)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

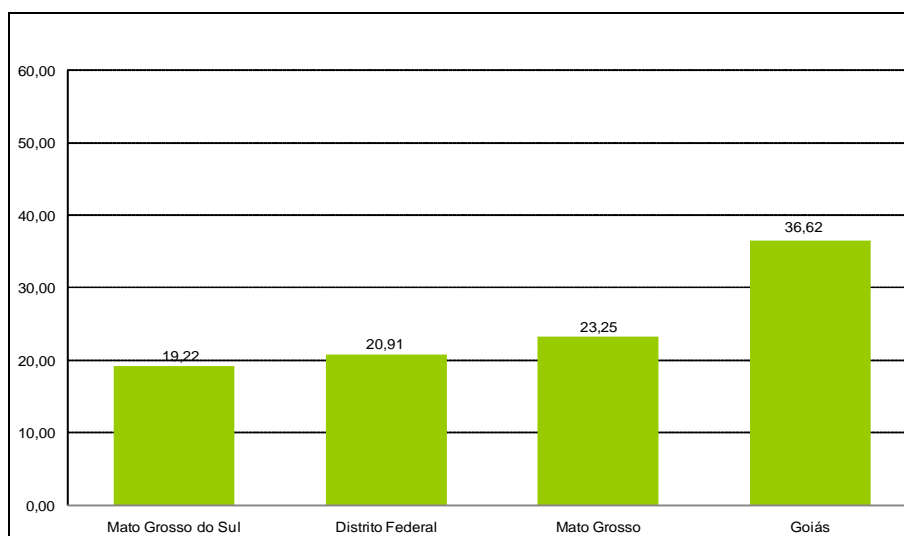
Gráfico 32: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Santa Catarina (%) - Brasil 2002

4.1.5 Região Centro-Oeste

Na Região Centro-Oeste (Gráfico 33), o Estado de Goiás é o que detém o maior número de FASFIL com 36,62% seguido de Mato Grosso com 23,25%. O Distrito federal e Mato Grosso do Sul possuem cerca de 20% das FASFIL cada um.

Em relação aos grupos temáticos que as FASFIL foram inseridas, com exceção do Estado do Mato Grosso, os demais também contam com as FASFIL no âmbito religioso. O Estado do Mato Grosso é o único onde os grupos religiosos aparecem em segundo lugar prevalecendo a categoria associações patronais e profissionais em primeiro, com destaque para o subgrupo das associações de produtores rurais.

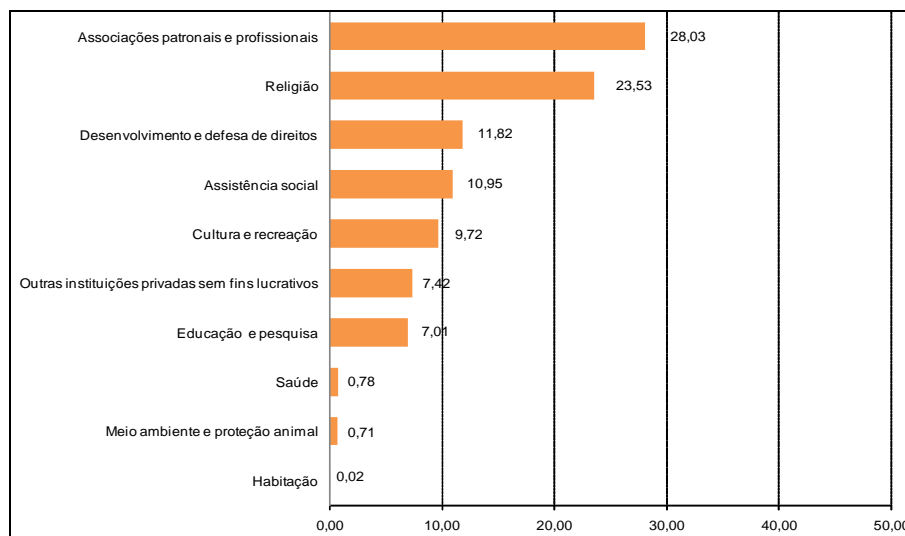
Em Goiás e no Mato Grosso do Sul as associações patronais aparecem em segundo lugar, já no Distrito Federal as outras instituições privadas sem fins lucrativos se destacam em segundo. Os grupos de saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação continuam sendo os últimos colocados para todos os Estados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 33: FASFIL segundo Estados da Região Centro-Oeste (%) - Brasil 2002

No Mato Grosso temos as associações patronais e profissionais em primeiro lugar com 28,03% seguida pelas instituições religiosas com 23,53%, uma diferença de aproximadamente 5 %.

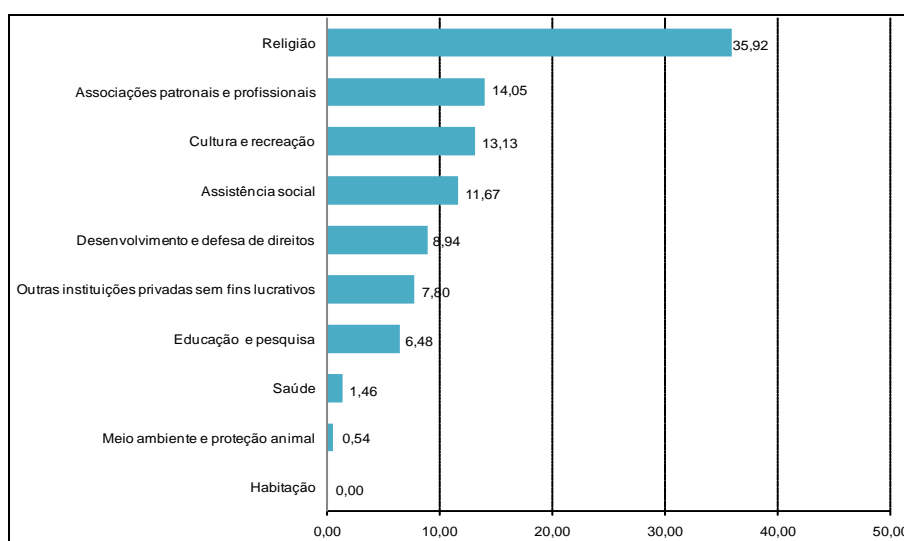


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 34: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Mato Grosso (%) - Brasil 2002

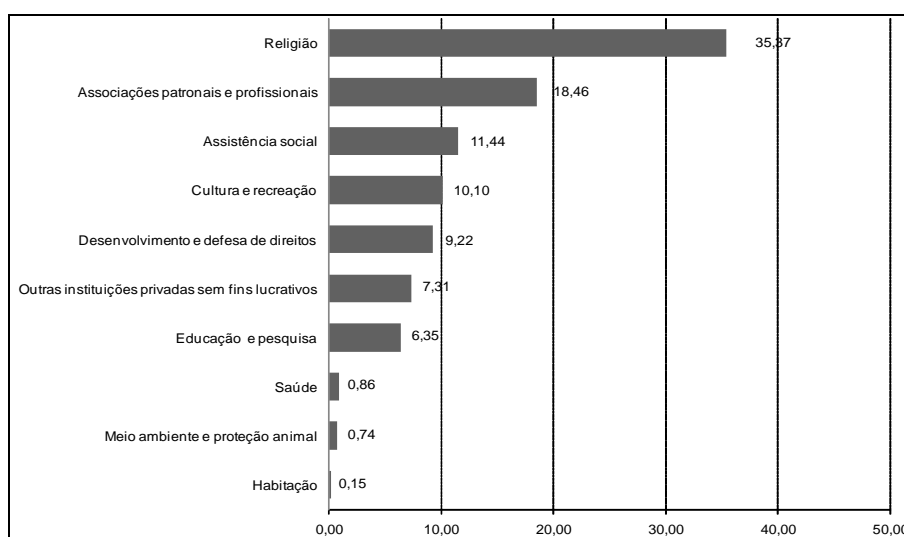
No Mato Grosso do Sul, as entidades religiosas se destacam com 35,92% seguidas das associações patronais que possuem apenas 14,05% do total de FASFIL deste Estado, portanto, há uma grande diferença de quase 20 pontos percentuais entre um e outro, assim como no Estado de Goiás apesar das porcentagens do segundo colocado ser um pouco maior. Neste Estado, o grupo religioso aparece com 35,37% enquanto as associações patronais e profissionais com 18,46%, ou seja, uma diferença de quase 17%.

Em terceiro lugar e quarto lugar há uma inversão neste dois Estados, No Mato Grosso do Sul o grupo da cultura e recreação aparece em terceiro com 13,13%, seguido pela assistência social com 11,67%. Já em Goiás, o terceiro colocado são as organizações de assistência social (11,44%) e o quatro as voltadas para cultura e recreação (10,10%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

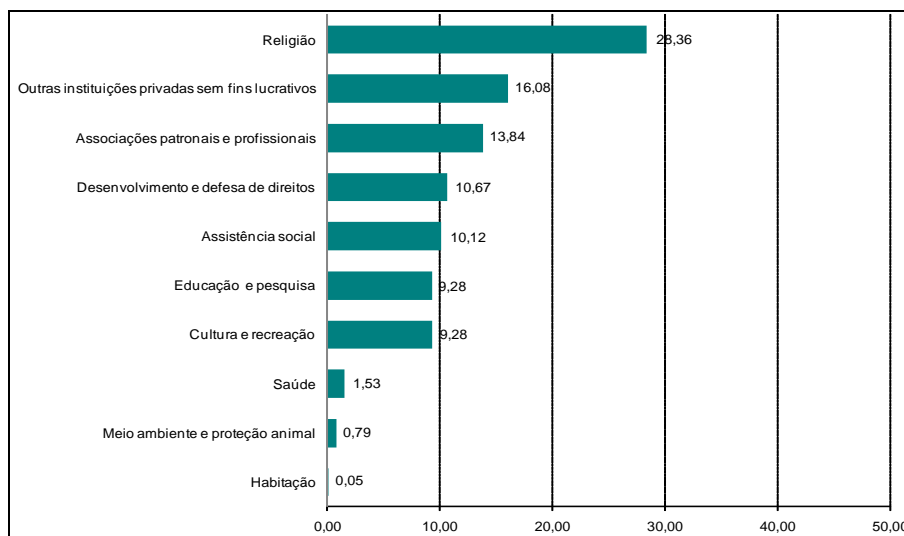
Gráfico 35: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Mato Grosso do Sul (%) - Brasil 2002



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 36: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Goiás (%) - Brasil 2002

E por fim, no Distrito Federal, as entidades religiosas prevalecem com 28,36% seguidas pela categoria outras instituições privadas sem fins lucrativos, ou seja, organizações que não foram enquadradas em nenhuma das outras categorias. (Gráfico 37)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

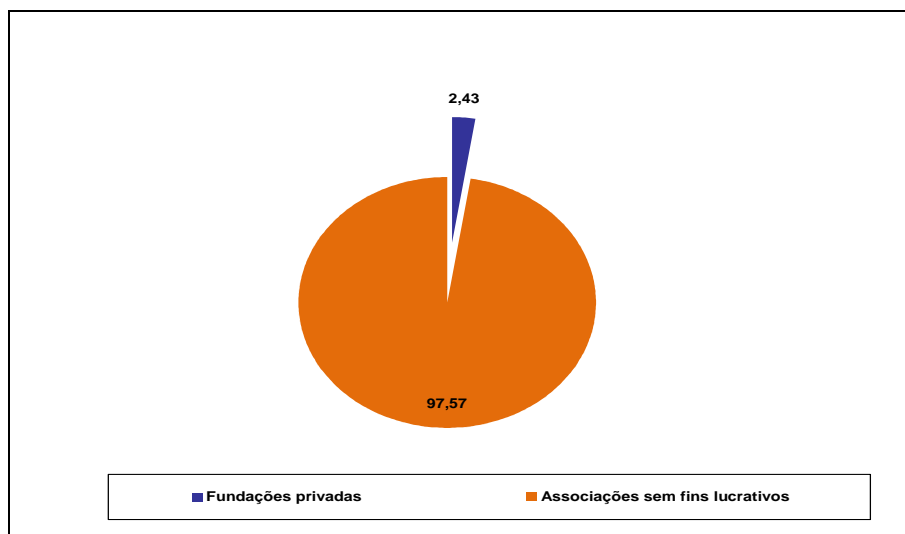
Gráfico 37: FASFIL segundo área de atuação no Distrito Federal (%) - Brasil 2002

4.2 Fasfil 2005

Dando continuidade a pesquisa intitulada “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos” o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) apresenta os resultados da evolução destes dados no ano de 2005.

A metodologia utilizada é a mesma da pesquisa realizada em 2002, pois somente assim é possível a comparação entre estas duas pesquisas. Portanto, faremos uma análise descritiva dos dados referentes ao ano de 2005. As FASFIL representam mais da metade (56,2%) das entidades sem fins lucrativos e também 5,6% do total de entidades públicas e privadas, lucrativas e não-lucrativas, do Brasil no ano de 2005.

Neste ano, o número de FASFIL somam 338.162 sendo dessas, 329.934 categorizadas como associações sem fins lucrativos e 8.228 como fundações privadas, ou seja, 97,57% das FASFIL são associações sem fins lucrativos e 2,43% são fundações privadas (Gráfico 38).



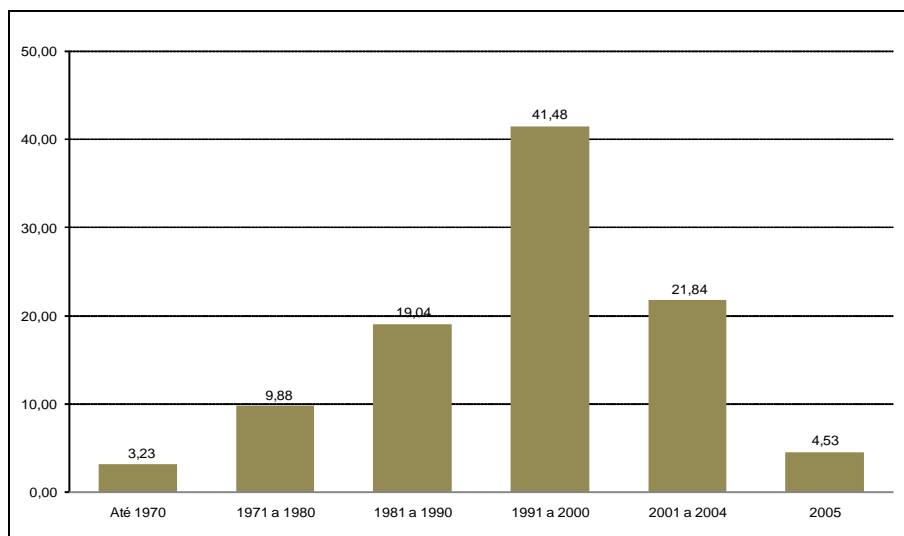
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 38: Distribuição das FASFIL segundo tipo (%) – Brasil 2005

Quanto ao ano de fundação das FASFIL (Gráfico 39) identificamos que a maior parte delas (41,48%) surge a partir da década de 1990, entre os anos de 1991 e 2000. Também podemos perceber que os 5 (cinco) anos posteriores (2001-2005) acumularam pouco mais de um quarto (26,37%) destas instituições, acompanhando o crescimento do número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos.

Este crescimento acelerado, como já foi justificado anteriormente, se deve ao fortalecimento da democracia reiterado pela Constituição de 1988 que abre as portas para a participação direta da sociedade civil.

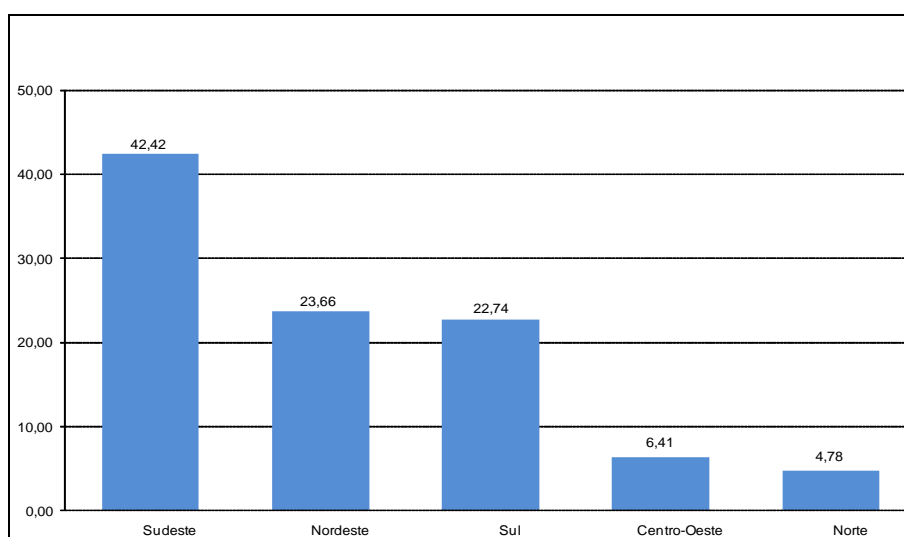
Segundo o relatório de análise dos resultados da pesquisa, a idade média das FASFIL é de 12,3 anos. Identificamos também que as entidades mais antigas, criadas até 1980, representam 13,1% e que a grande maioria das instituições (81,0%) encontram-se nas Regiões Sul e Sudeste.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 39: FASFIL segundo ano de fundação (%) – Brasil 2005

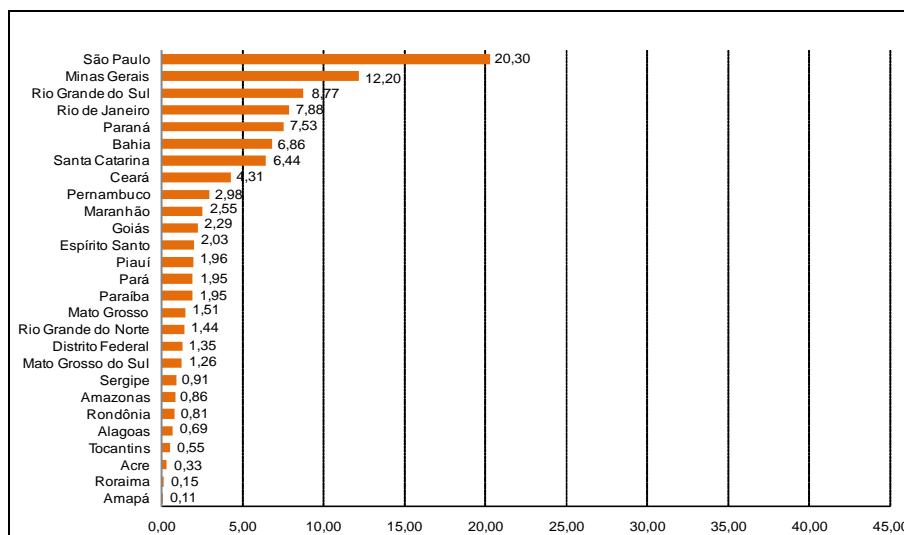
Quanto à distribuição das FASFIL pelas Grandes Regiões do país (Gráfico 40), estas seguem a distribuição populacional colocado a Região Sudeste em primeiro lugar com 42,42% das organizações, seguidamente estão as Regiões Nordeste (23,66%) e Sul (22,74%). Na Região Sul, constatamos um distanciamento com relação ao percentual populacional evidenciando uma maior concentração de FASFIL. Na Região Centro-Oeste encontramos 6,41% do total de FASFIL do país, enquanto o Norte abriga 8,0% dos brasileiros e apenas 4,8% das FASFIL.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 40: FASFIL segundo Grandes Regiões (%) - Brasil 2005

No que diz respeito aos Estados brasileiros (Gráfico 41), São Paulo desponta com 20,30% do total de FASFIL existentes, seguido por Minas Gerais (12,20%), Rio Grande do Sul (8,77%) e Rio de Janeiro (7,88%). Assim como em 2002, todos os Estados que possuem mais de 5% do total de FASFIL estão nas Regiões Sul e Sudeste com exceção da Bahia.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 41: FASFIL segundo UFs (%) – Brasil 2005

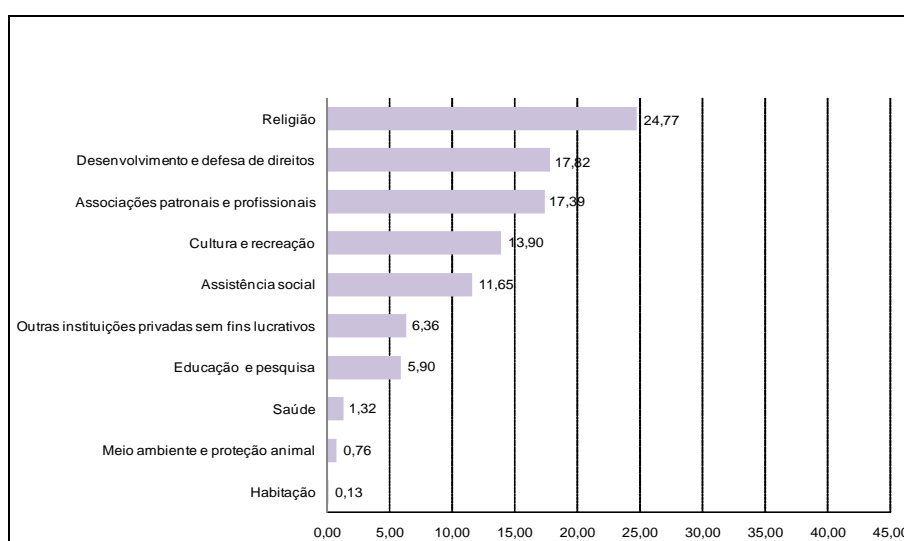
Entre as 10 (dez) classificações que se enquadram as FASFIL a que mais se destaca quando estamos falando do país como um todo é o grupo religioso com 24,77% do total, as quais as atividades confessionais representam um quarto do total das FASFIL. (Gráfico 42)

Em segundo lugar aparecem as FASFIL voltadas para a atuação na defesa de direitos e as associações patronais e profissionais que juntas somam mais de 1/3 das entidades (35,21%). Nestes grupos estão classificadas as associações de moradores, centro e associações comunitárias, organizações de defesa de direitos de grupos e minorias, grupos que atuam no âmbito do desenvolvimento rural, emprego e treinamento, associações empresarias e patronais, associações profissionais e associações de produtores rurais e outras formas de desenvolvimento e defesa de direitos e, segundo o relatório, estas organizações estão concentradas na Região Nordeste.

Na quarta posição aparece o grupo que atua na cultura e recreação (13,90%) localizada em sua maioria nas Regiões Sudeste e Sul e principalmente no grupo de esportes e recreação. E por fim, o grupo da assistência social ocupa 11,65% das

FASFIL representando as organizações que realizam trabalhos voltados para os grupos da população mais vulneráveis como crianças e idosos, adolescente em conflito com a lei, pessoas com deficiência, população em situação de rua, entre outros.

As áreas de educação, saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação são as que possuem menor número de FASFIL em todo o país (Gráfico 42). Sendo assim, buscaremos observar a distribuição do percentual das FASFIL nos Estados que compõem cada Região do Brasil e a classificação destas dentro de cada um dos Estados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

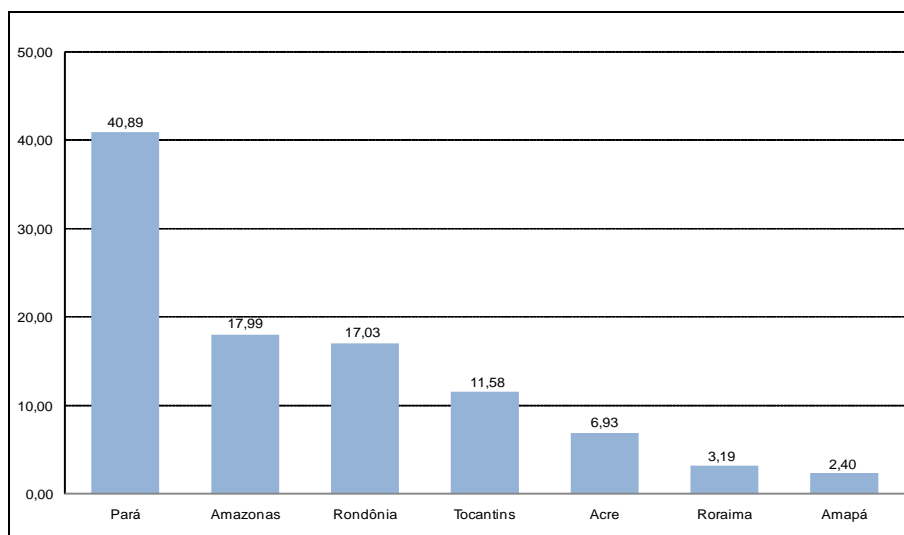
Gráfico 42: FASFIL segundo área de atuação (%) – Brasil 2005

4.2.1 Região Norte

Seguido pelo Estado do Amazonas (17,99%) e de Rondônia (17,03%), o Pará detém a maior parte das FASFIL (40,89%) com uma diferença de mais de 20% dos demais Estados. Nos Estados do Amapá (2,40%) e de Roraima (3,19%) encontra-se a menor quantidade de entidades sem fins lucrativos.

Na classificação das entidades destacamos na Região Norte as associações patronais e profissionais que ocupam a primeira posição em 5(cinco) dos 7(sete) Estados, são eles: Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Tocantins. Nos outros 2(dois) Estados (Amazonas e Amapá) o grupo religioso se sobrepõem a estas associações.

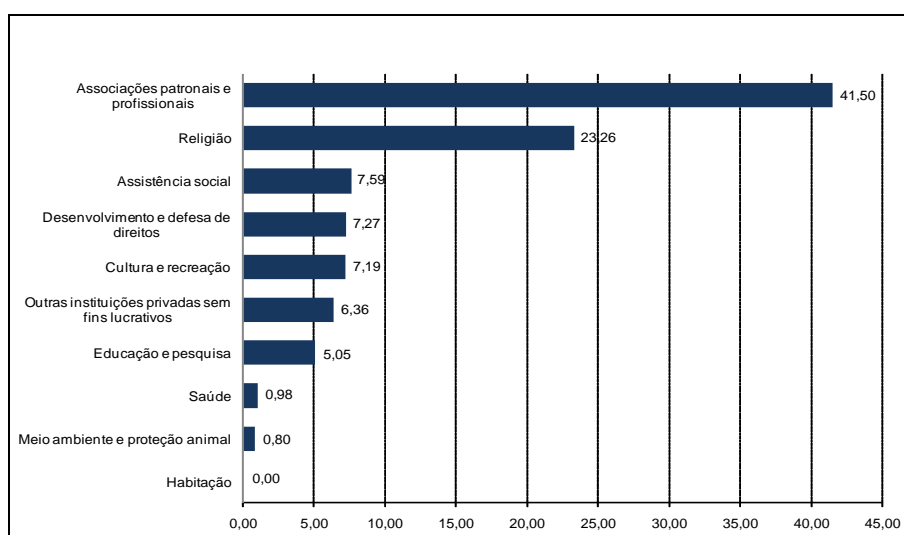
Em todos os Estados os grupos que possuem a menor quantidade de FASFIL são: saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação, não chegando a 2% em nenhum destes Estados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 43: FASFIL segundo Estados da Região Norte (%) – Brasil 2005

Em Rondônia (Gráfico 44), as associações patronais e profissionais atingem 41,50% seguida pelas associações de cunho religioso que agregam 23,26%, uma diferença de aproximadamente 18 pontos percentuais. Todas as outras categorias parecem com menos de 8% do total de FASFIL do Estado

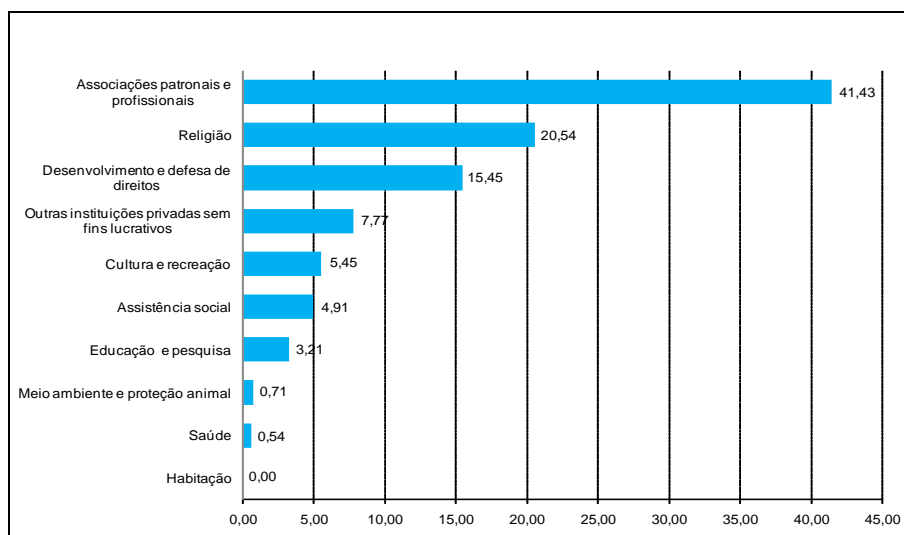


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 44: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Rondônia (%) - Brasil 2005

O Estado do Acre (Gráfico 45) segue a mesma lógica da Região Norte como um todo, tendo em primeiro lugar as associações patronais e profissionais (41,43%)

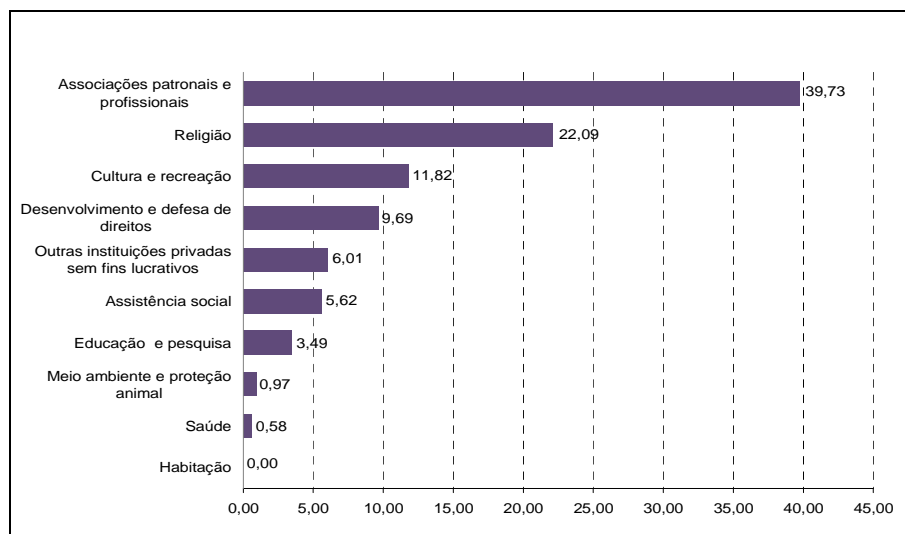
seguidas das organizações religiosas (20,54%). Percebemos ainda que a diferença entre as duas primeiras categorias é bem grande, em torno de mais de 20%. Destacam-se ainda em terceiro lugar as entidades de desenvolvimento e defesa de direitos com 15,45%. Todas as outras categorias aparecem com menos de 8% do total de FASFIL no Estado com destaque novamente para as entidades de saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação que aparecem com menos de 1%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 45: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Acre (%) - Brasil 2005

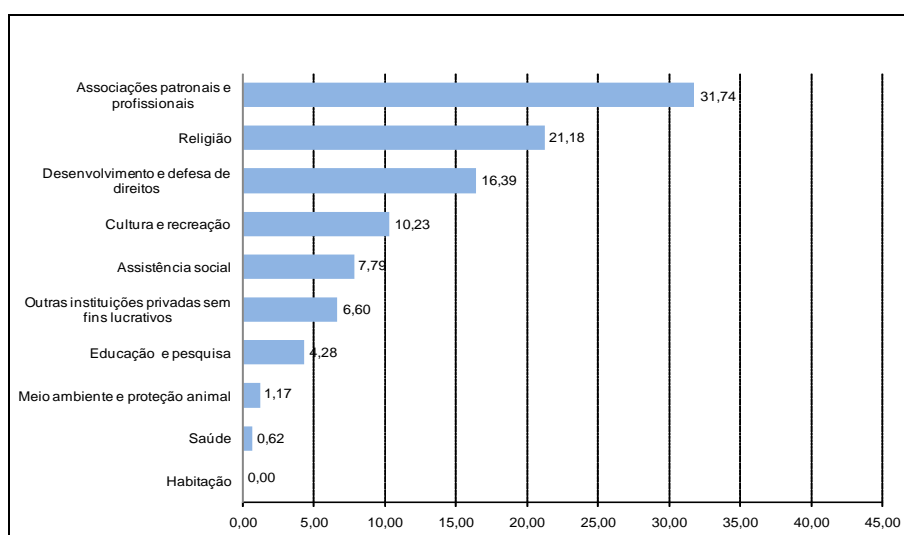
O Estado de Roraima é mais um dos que segue a lógica da Região Norte tendo como primeira categoria a das associações patronais e profissionais. Contudo, a diferença entre a primeira (39,73%) e a segunda categoria (22,09%) diminui para aproximadamente 17 pontos percentuais. Em terceiro lugar aparecem as organizações que atuam no campo da cultura e recreação com 11,87%. Todas as outras categorias aparecem com menos de 10% do total de FASFIL deste Estado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 46: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Roraima (%) - Brasil 2005

O Estado do Pará (Gráfico 47) também apresenta a mesma configuração no que diz respeito as principais categorias, ou seja, associações patronais e profissionais em primeiro lugar (31,74%) e grupos religiosos em segundo (21,18%). O que podemos perceber é que a diferença entre as categorias diminuem bastante com relação aos outros Estados. Essa diferença passa a ser de pouco mais de 10%. Seguidamente, aparecem as organizações de desenvolvimento e defesa de direitos (16,89%) com uma diferença de 5% das entidades religiosas.

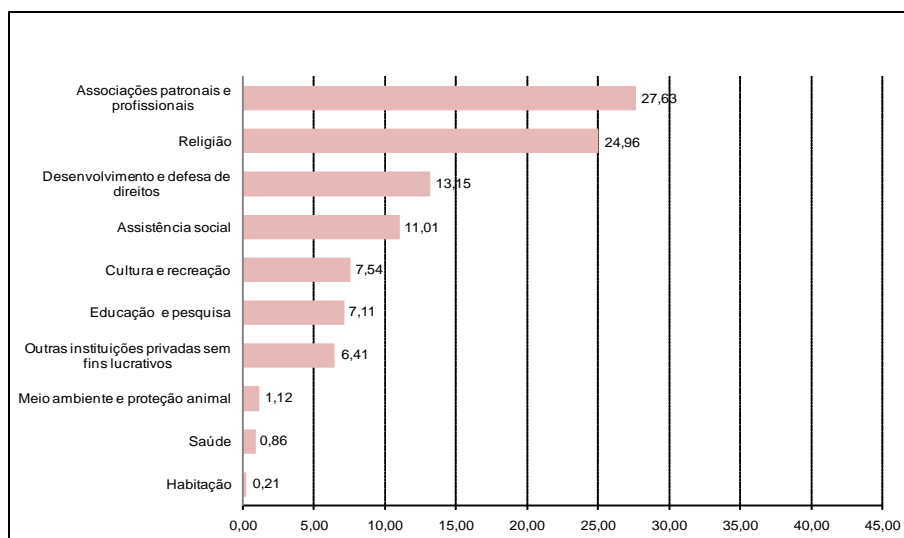


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 47: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Pará (%) - Brasil 2005

Em Tocantins (Gráfico 48), a primeira e a segunda colocada permanecem as mesmas dos Estados anteriores, mas a diferença entre o primeiro e o segundo

colocado é de menos de 3 (três) pontos percentuais. Em terceiro lugar aparecem as entidades de desenvolvimento e defesa de direitos (13,15%) e em quarto, bem próximo a anterior, as organizações de assistência social (11,01%).

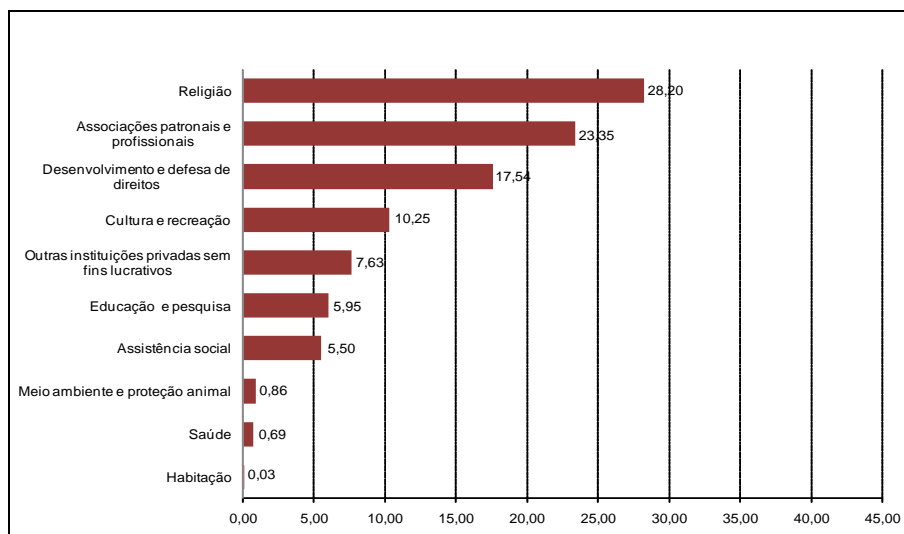


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 48: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Tocantins (%) - Brasil 2005

Nos dois Estados restantes, Amazonas (Gráfico 49) e Amapá (Gráfico 50), o grupo religioso se sobressai ante os demais, assim como no âmbito nacional, em segundo lugar aparecem as associações patronais e profissionais.

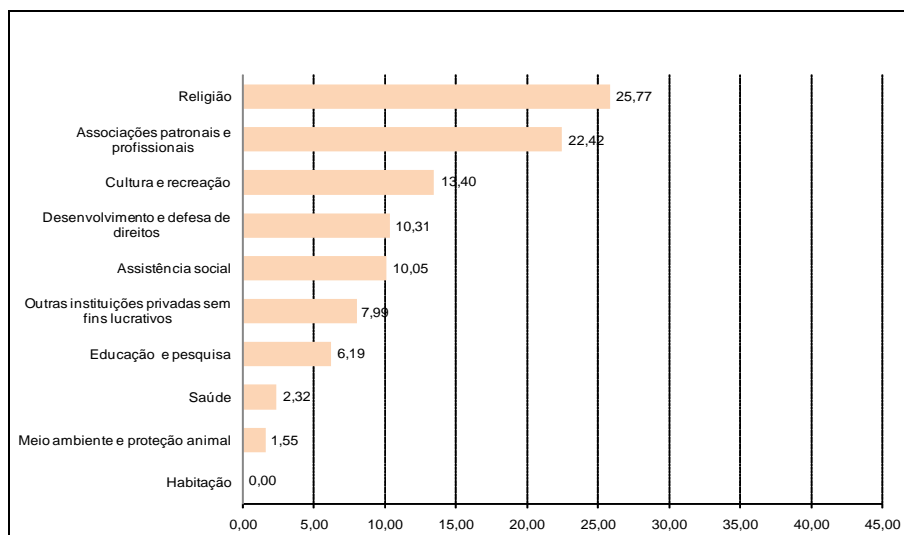
No Estado do Amazonas, 28,20% das FASFIL são formadas por entidades religiosas enquanto as associações patronais e profissionais aparecem com 23,35%, ou seja, uma diferença de pouco mais de 5%. Em terceiro lugar, se coloca as entidades de desenvolvimento e defesa de direitos que alcançam 17,54% do total de FASFIL do Estado, também com uma diferença de 5 pontos percentuais com relação ao segundo lugar.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 49: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Amazonas (%) - Brasil 2005

No Amapá, o grupo religioso aparece com 25,77% seguido das associações patronais e profissionais com 22,42%, uma diferença de pouco mais de 3(três) pontos percentuais. Em terceiro lugar aparecem as associações que atuam nas áreas de cultura e recreação com 13,40%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 50: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Amapá (%) - Brasil 2005

4.2.2 Região Nordeste

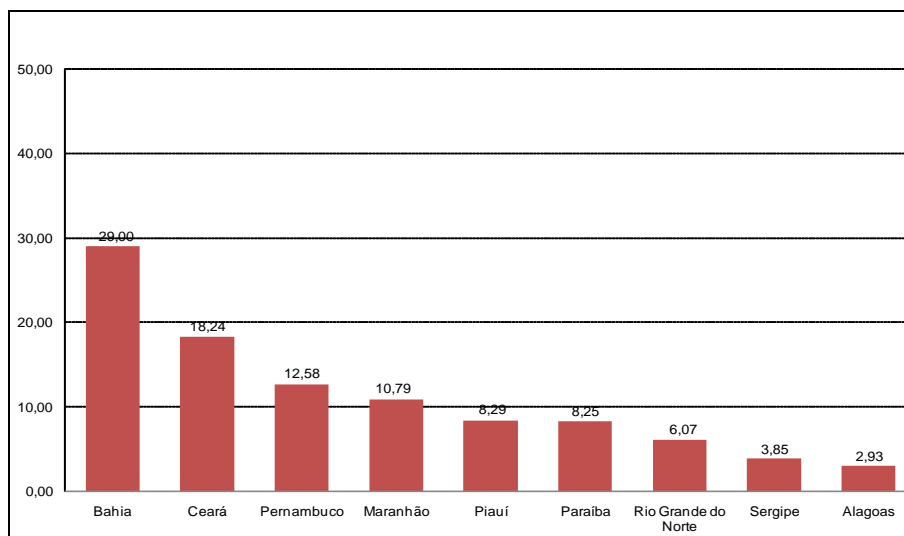
Dos Estados que compõem a Região Nordeste (Gráfico 51), a Bahia é o Estado que possui o maior número de FASFIL da Região com 29% delas, contando com mais de 10% do número total de FASFIL de todos os outros Estados. Em seguida temos o Estado do Ceará (18,24%), Pernambuco (12,58%) e Maranhão (10,79%), todos os outros Estados aparecem com menos de 10% do número de FASFIL desta região.

Quanto à classificação destas organizações, dos 9(nove) Estados que a compõem, em 5(cinco) deles prevalecem as associações patronais e profissionais, em outros 3(três) prevalecem as que atuam no campo do desenvolvimento e defesa de direitos e em apenas 1(um) os grupos religiosos ocupam a primeira posição.

Portanto, nos Estados do Maranhão (Gráfico 52), Piauí (Gráfico 53), Paraíba (Gráfico 54), Pernambuco (Gráfico 55) e Bahia (Gráfico 56), a maior parte de suas FASFIL se encontram no grupo das associações patronais e profissionais, enquanto que no Ceará (Gráfico 57), Rio Grande do Norte (Gráfico 58) e Sergipe (Gráfico 59), as organizações que atuam no desenvolvimento e defesa de direitos estão em maior parte. Enquanto que somente no Estado do Alagoas (Gráfico 60) os grupos religiosos ocupam a primeira posição.

Em todos os Estados que têm o maior número de FASFIL concentrado na categoria associações patronais e profissionais possuem em segundo lugar a categoria desenvolvimento e defesa de direitos. Dos outros 3(três) Estados que possuem a maior parte das FASFIL concentrada na categoria desenvolvimento e defesa de direitos, Ceará e Rio Grande do Norte detêm a categoria associações patronais e profissionais em segundo lugar, já o Sergipe aparecem os grupos religiosos ocupando a segunda posição.

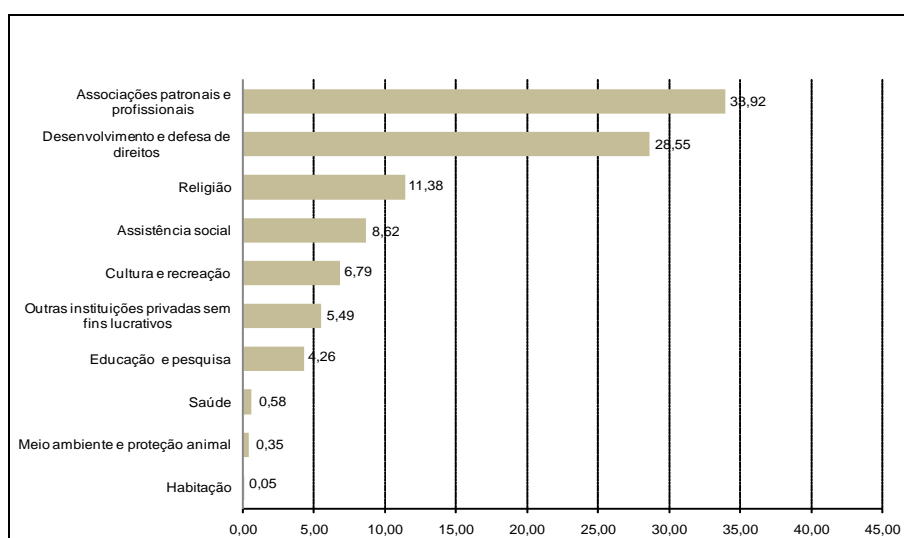
Em Alagoas os grupos religiosos são seguidos quase que empatados pelas entidades de defesa e desenvolvimento de direitos e associações patronais e profissionais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 51: FASFIL segundo Estados da Região Nordeste (%) – Brasil 2005

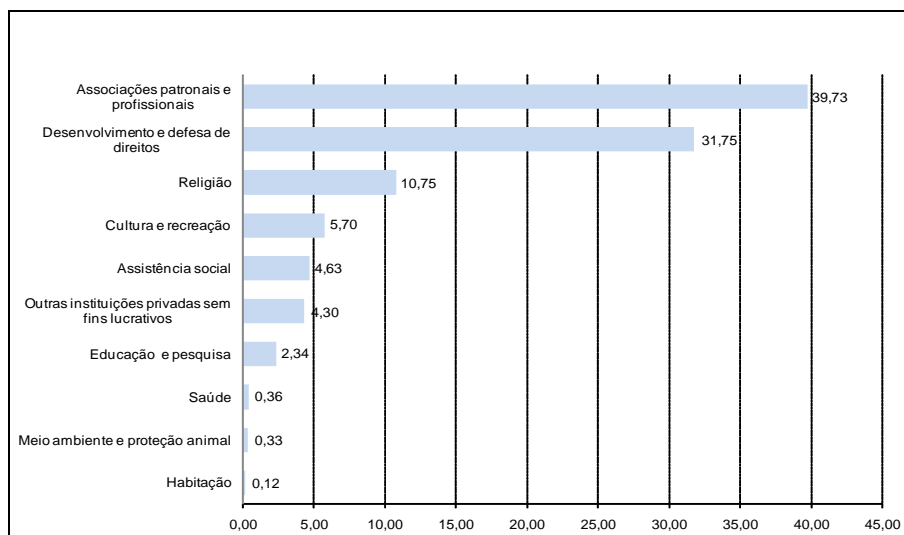
No Estado do Maranhão, as associações patronais e profissionais se destacam com 33,92% do total de FASFIL do Estado, seguida pelas entidades que atuam no desenvolvimento e defesa de direitos com 28,55%, ou seja, uma diferença de aproximadamente 5 (cinco) pontos percentuais. Em terceiro lugar, os grupos religiosos, aparecem com 11,38% apresentando uma diferença de mais de 27%. Todas as outras categorias aparecem com menos de 10% do total de FASFIL no Estado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 52: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Maranhão (%) - Brasil 2005

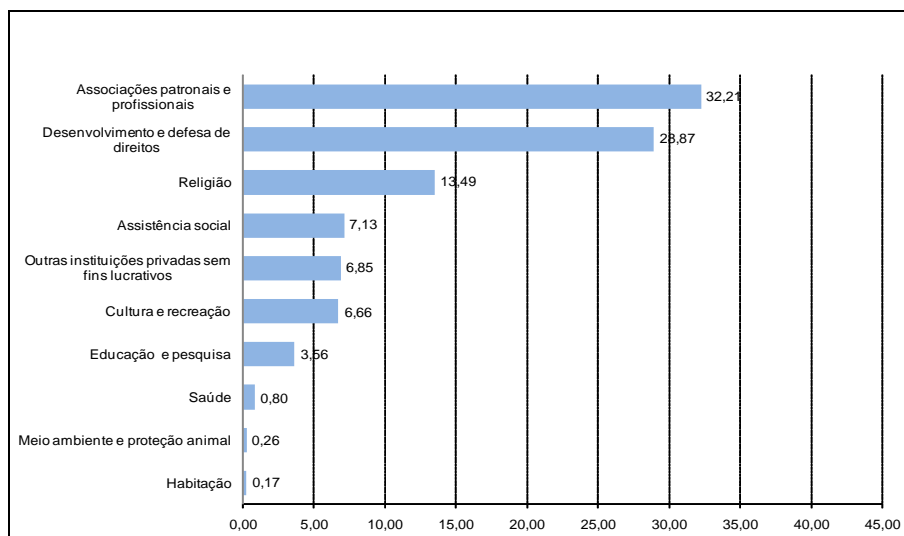
O Estado do Piauí se apresenta com 39,73% das associações patronais e profissionais, seguida das organizações de desenvolvimento e defesa de direito 31,75%, ou seja, uma diferença de aproximadamente 8%. Em terceiro lugar, aparecem as entidades religiosas com 10,75%, uma diferença bem maior em relação aos dois primeiros colocados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 53: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Piauí (%) - Brasil 2005

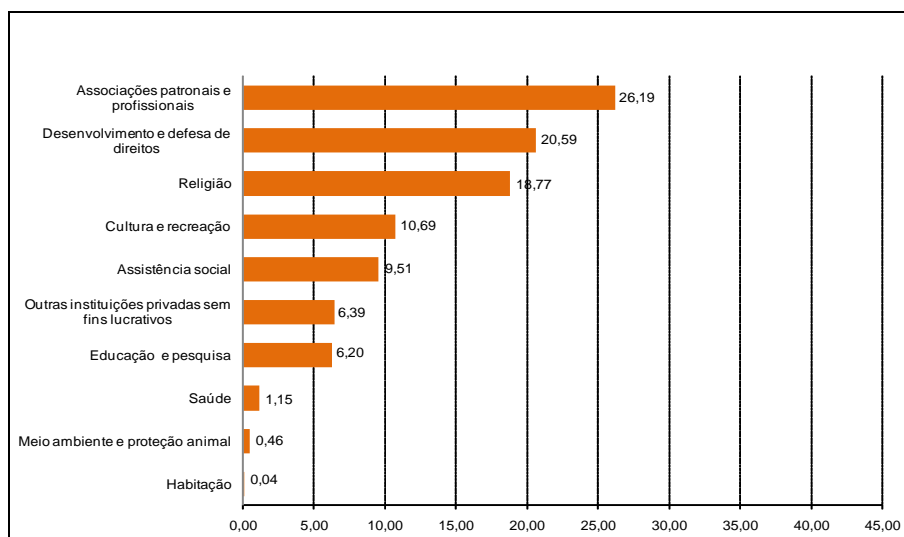
Assim como os Estados anteriores, Maranhão (Gráfico 52) e Piauí (Gráfico 53), no Estado da Paraíba (Gráfico 54) as associações patronais e profissionais aparecem com 32,21% seguida das entidades de desenvolvimento e defesa de direitos (28,87%) e em terceiro o grupo religioso (13,49%). Todas as outras categorias aparecem com menos de 8% do total de entidades. Neste Estado a diferença entre o primeiro e o segundo é ainda menor se comparado aos dois Estados acima, essa é de apenas pouco mais de 3%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 54: FASFIL segundo área de atuação no Estado da Paraíba (%) - Brasil 2005

No Estado de Pernambuco, o percentual de associações patronais e profissionais diminuiu bastante passando a 26,19% e o de desenvolvimento e defesa de direitos se reduziu a 20,59%. Isto pode ser justificado pelo crescimento do número de entidades religiosas que aumenta para 18,77%, provocando uma diferença de menos de 2% em relação ao segundo colocado.

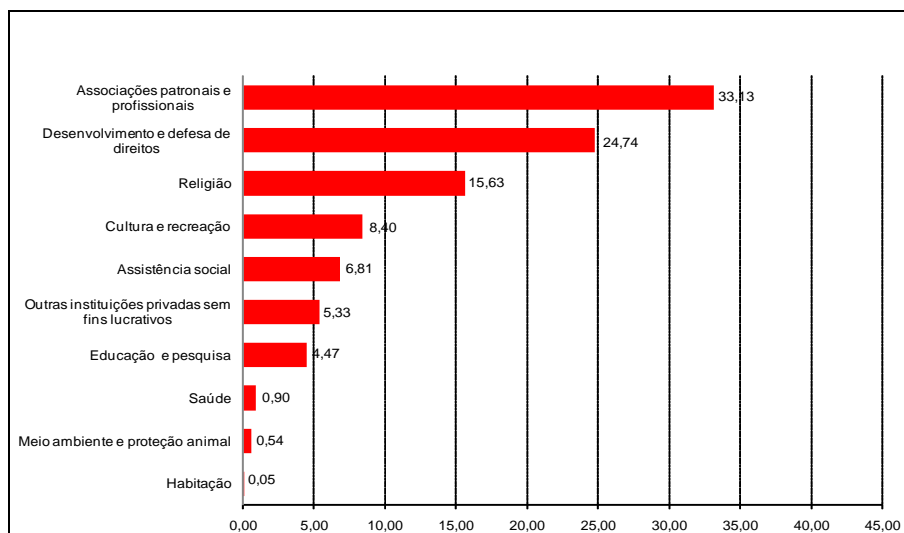


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 55: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Pernambuco (%) - Brasil 2005

Na Bahia, as associações patronais e profissionais despontam com 33,13% das FASFIL seguidas pelas entidades de desenvolvimento e defesa de direitos com

24,74%, uma diferença de menos de 10%. Em terceiro lugar, temos as entidades religiosas com 15,63% e todas as outras classificações aparecem com menos de 10% do total de FASFIL. Com menos de 1% aparecem as entidades de saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação.

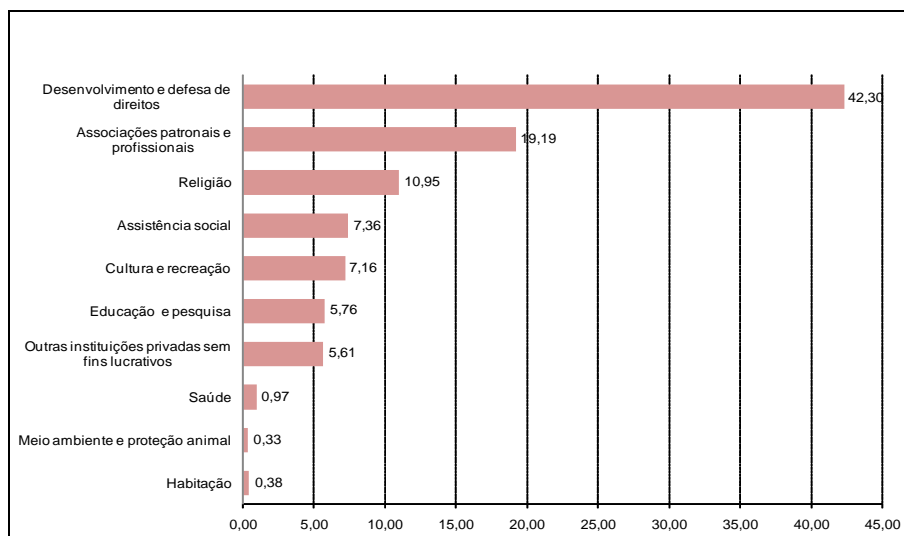


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 56: FASFIL segundo área de atuação no Estado da Bahia (%) - Brasil 2005

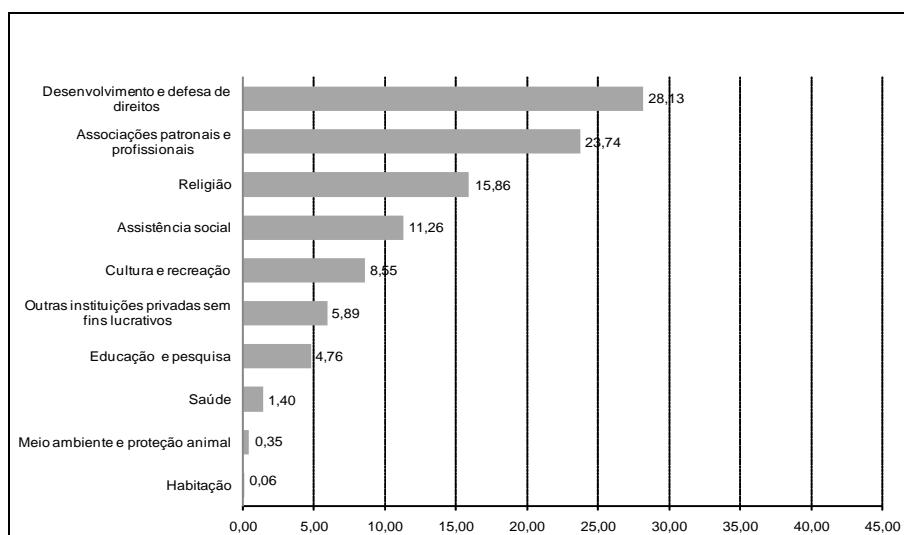
No Estado do Ceará (Gráfico 57), as entidades de desenvolvimento e a defesa de direitos aparecerem em maior número (42,30%), seguidas das associações patronais e profissionais (19,19%). Além disso, a diferença entre os dois primeiros colocados é superior a 20%. Em terceiro lugar, aparecem as instituições religiosas com 10,95%. Percebemos então que a situação se inverte se compararmos aos 5 (cinco) Estados anteriores.

É este mesmo perfil que encontramos no Rio Grande do Norte (Gráfico 58) com uma diferenciação muito menor entre os primeiros colocados, aproximadamente 4%. As entidades de desenvolvimento e defesa de direitos aparecem com 28,13% enquanto as associações patronais e profissionais aparecem com 23,74%. Em ambos os Estados os três últimos colocados se mantêm igual a todos os outros.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

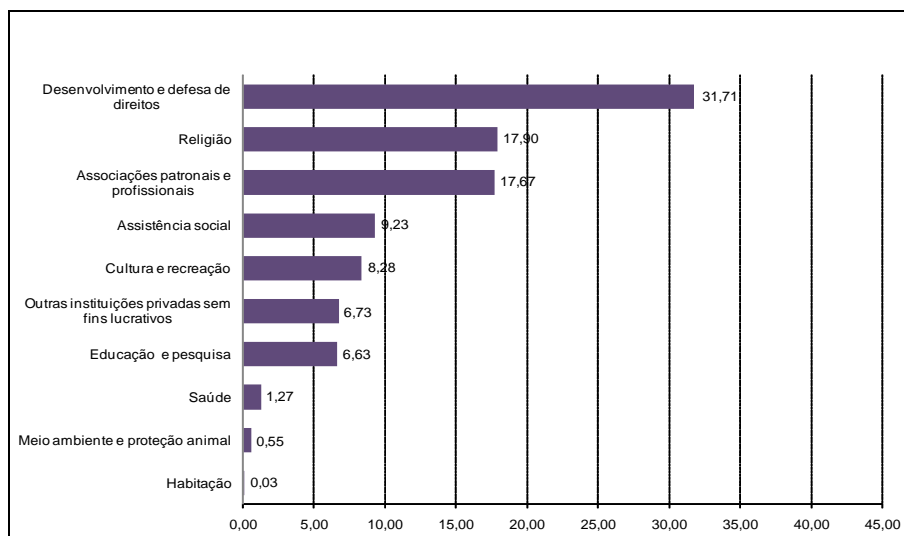
Gráfico 57: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Ceará (%) - Brasil 2005



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 58: FASFIL segundo área de atuação no Rio Grande do Norte (%) - Brasil 2005

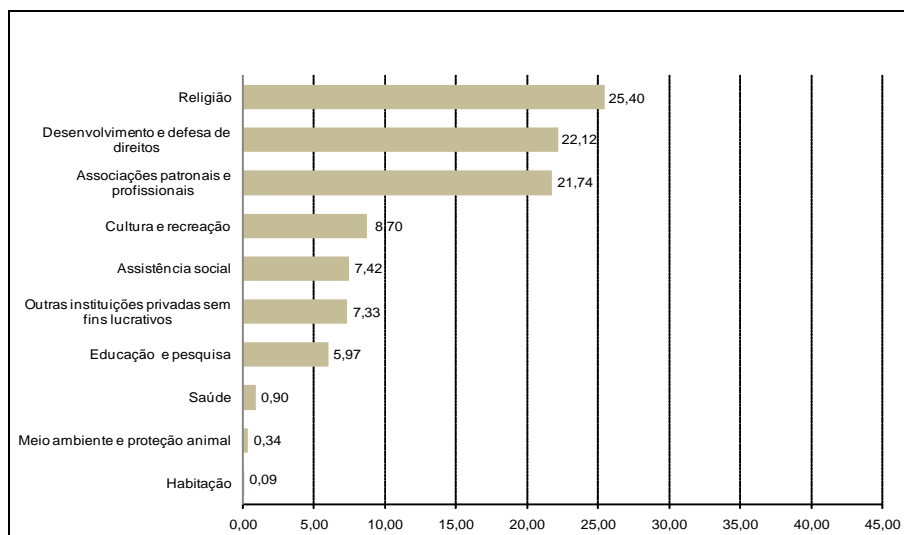
No Sergipe (Gráfico 59), as entidades de desenvolvimento e defesa de direitos aparecem em primeiro lugar com 31,71%, mas diferente dos dois Estados anteriores em segundo lugar aparecem as instituições religiosas com 17,90 quase empatadas com as associações patronais com 17,67%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 59: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Sergipe (%) - Brasil 2005

E por fim, aparece o Estado de Alagoas, o único Estado que desponta o grupo religioso em primeiro lugar (25,40%), seguido bem de perto pelas instituições de desenvolvimento e defesa de direitos (22,12%) e as associações patronais e profissionais (21,74%). Todas as outras classificações aparecem com menos de 10% com destaque para as de saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação que aparecem com menos de 1%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 60: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Alagoas (%) - Brasil 2005

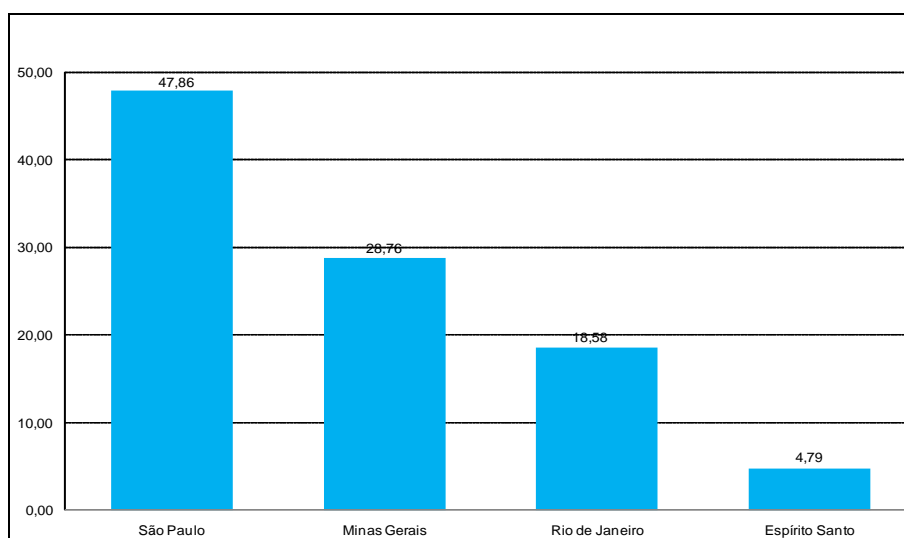
4.2.3 Região Sudeste

É na Região Sudeste que se concentra a maior parte das FASFIL (42,42%) assim como a maior parte da população. Podemos destacar os Estados de São Paulo (20,30%) e Minas Gerais (12,20%) que, dentre todos os Estados, concentram a maior parte das FASFIL em seu território.

Dentro da Região Sudeste, estes dois Estados juntos concentram quase 77% das FASFIL (Gráfico 61) seguidos pelo Estado do Rio de Janeiro com 18,58% e posteriormente pelo Espírito Santo com apenas 4,79%.

Em todos os 4 (quatro) Estados predominam as organizações religiosas, o que justifica o maior número de grupos religiosos no Brasil como um todo, já que a maior parte das FASFIL encontram-se no Sudeste o que acaba refletindo este número.

A grande heterogeneidade entre os Estados se dá na classificação do segundo colocado e também na diferença percentual entre o primeiro e o segundo colocado.

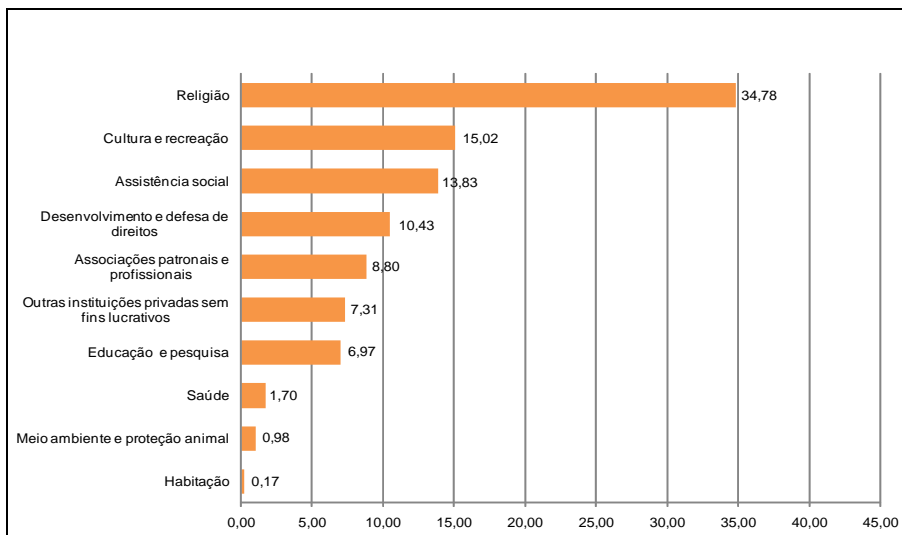


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002

Gráfico 61: FASFIL segundo Estados da Região Sudeste (%) – Brasil 2005

No Estado de São Paulo (Gráfico 62), observamos como já foi dito, que além de possui a maior parte das FASFIL tanto a nível nacional como regional, concentram em primeiro lugar as organizações de cunho religioso (34,78%) seguidas das entidades de cunho cultural e recreativo (15,02%), ou seja, uma diferença de quase 20 pontos percentuais. Em terceiro lugar, aparecem as entidades

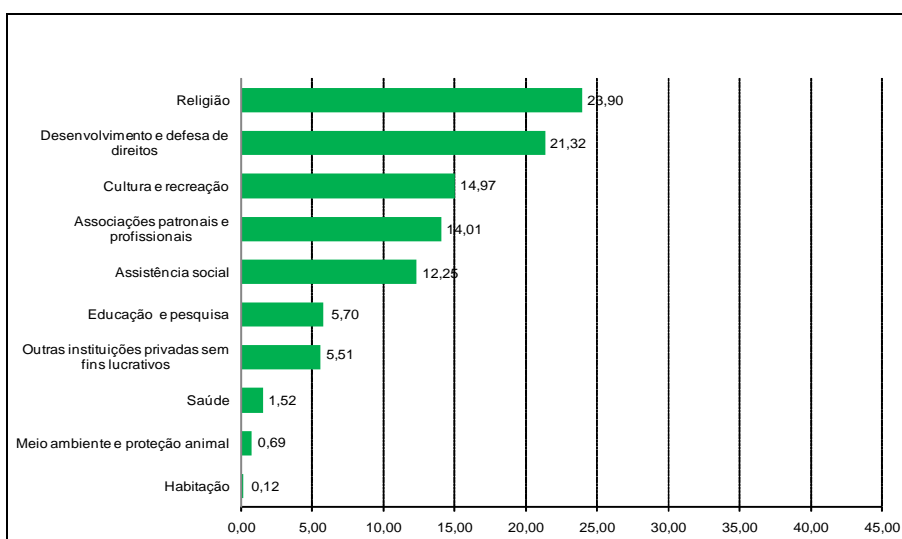
de assistência social (13,83%) e em quarto as de desenvolvimento e defesa de direitos (10,43%). Todas as outras aparecem com menos de 10% do total de FASFIL.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 62: FASFIL segundo área de atuação no Estado de São Paulo (%) - Brasil 2005

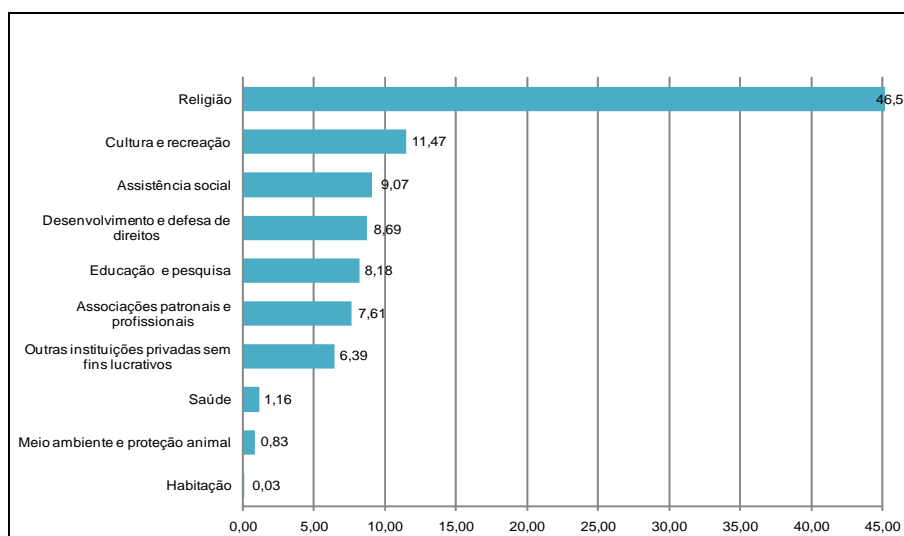
Em Minas Gerais, as entidades religiosas encontram-se na primeira posição com 28,90% e em segundo lugar aparecem as organizações de desenvolvimento e defesa de direitos com 21,32%, tendo um diferencial bem menor quando comparamos com São Paulo. Em seguida temos as entidades de cultura e recreação (14,97%) e as associações patronais e profissionais (14,01%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 63: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Minas Gerais (%) - Brasil 2005

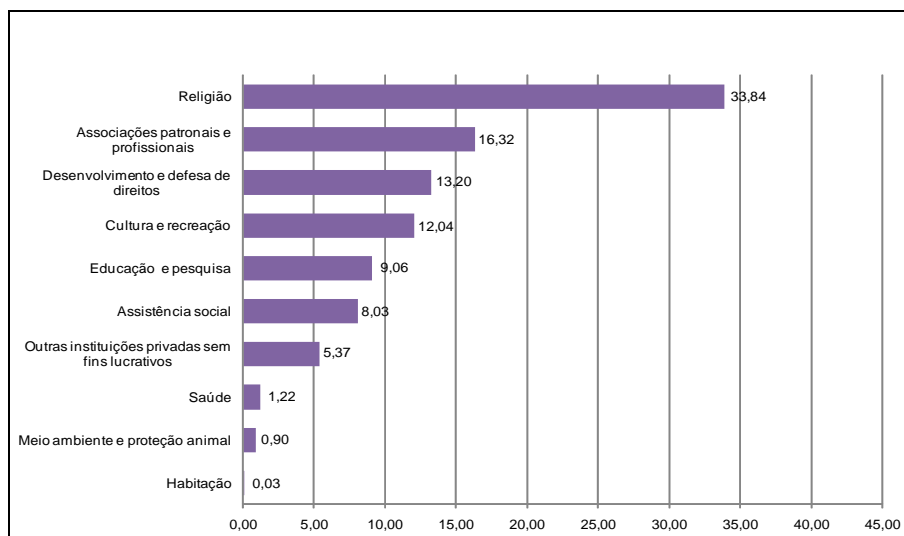
No Rio de Janeiro (Gráfico 64), assim como nos outros Estados do Sudeste, as organizações religiosas aparecem em primeiro lugar com 46,56%. O segundo lugar é ocupado pelas entidades que tem como campo de atuação a cultura e a recreação, mas estes detêm apenas 11,47%, uma diferença de mais de 35 pontos percentuais em relação ao primeiro colocado. Todos os outros grupos aparecem com menos de 10% do total de FASFIL da Região. Neste Estado percebemos uma enorme preponderância das entidades religiosas.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 64: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Rio de Janeiro (%) - Brasil 2005

No Espírito Santo (Gráfico 65), as organizações religiosas continuam em primeiro lugar (38,84%), mas a diferença para o segundo colocado diminui bastante em relação ao Estado do Rio de Janeiro passando a pouco mais de 20%. Em segundo lugar, aparecem as associações patronais e profissionais com 16,32% e em terceiro, as de desenvolvimento e defesa de direitos com 13,20%.

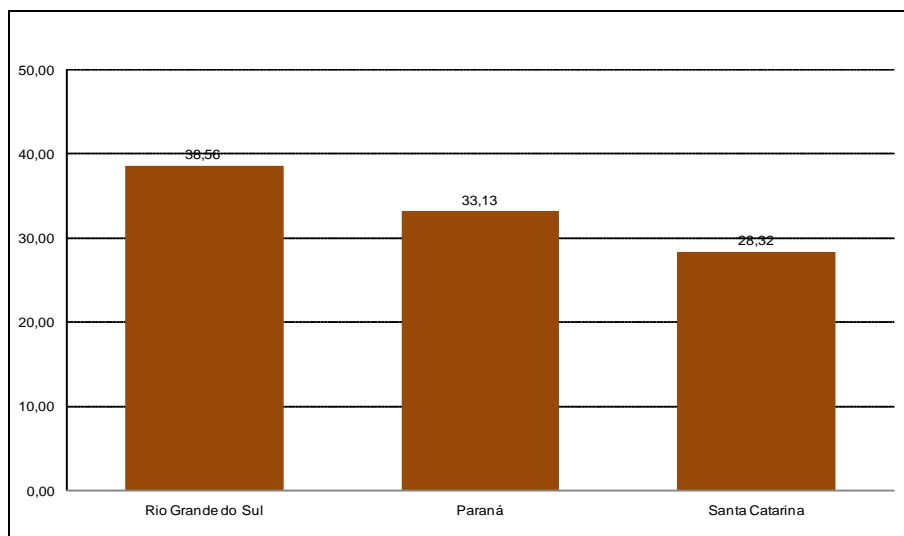


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 65: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Espírito Santo (%) - Brasil 2005

4.2.4 Região Sul

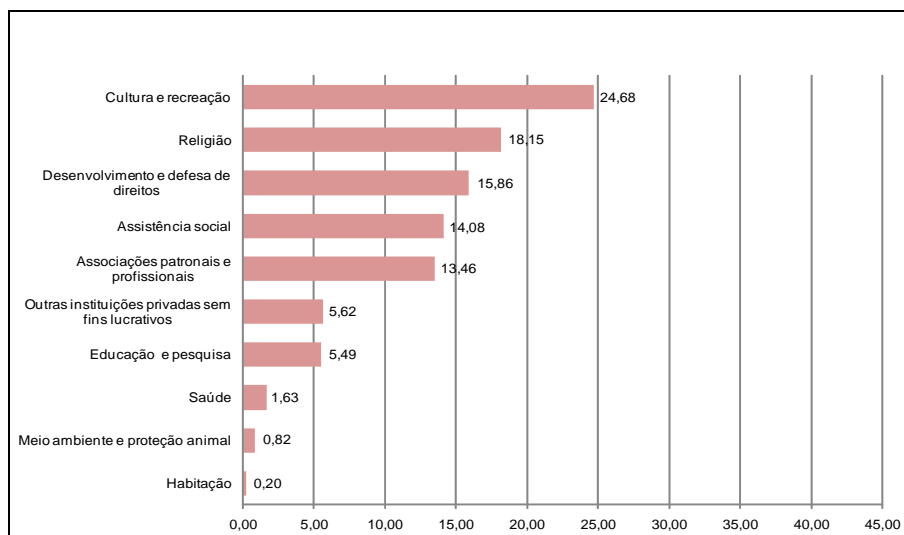
Na Região Sul (Gráfico 66), dos três Estados que fazem parte desta Região, o que detêm o maior número de FASFIL é o Estado do Rio Grande do Sul com 38,56% seguido pelo Estado do Paraná com 33,13% das instituições e de Santa Catarina com 28,32%. Nesta Região, 2 (dois) Estados, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, possuem a maior parte de suas FASFIL classificadas como instituições que atuam no campo da cultura e recreação, já o Estado do Paraná encontra a maioria de suas FASFIL na categoria religiosa. Assim como em todas as Regiões descritas anteriormente, os grupos de saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação permanecem como os que possuem menos FASFIL.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 66: FASFIL segundo Estados da Região Sul (%) – Brasil 2005

No Estado do Rio Grande do Sul (Gráfico 67), em primeiro lugar aparecem as organizações de cultura e da recreação (24,68%) seguida pelas entidades religiosas (18,15%), uma diferença aproximadamente de 6%. Nas outras posições aparecem as organizações de defesa de direitos (15,86%), as de assistência social (14,08%) e as associações patronais e profissionais (13,46%). Todos os outros grupos aparecem com menos de 10%.

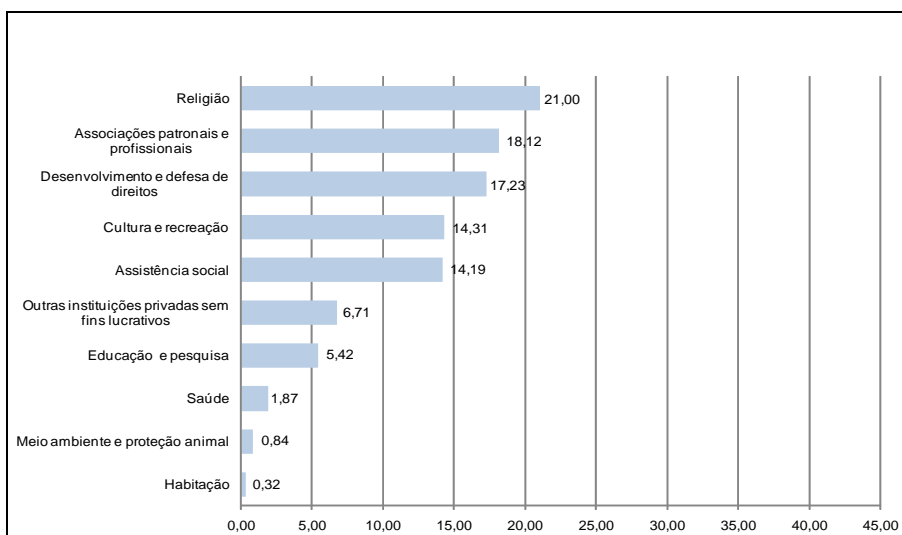


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 67: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Rio Grande do Sul (%) - Brasil 2005

No Paraná (Gráfico 68), as entidades religiosas aparecem com 21% do total de FASFIL seguidas pelas associações patronais e profissionais com 18,12%, uma

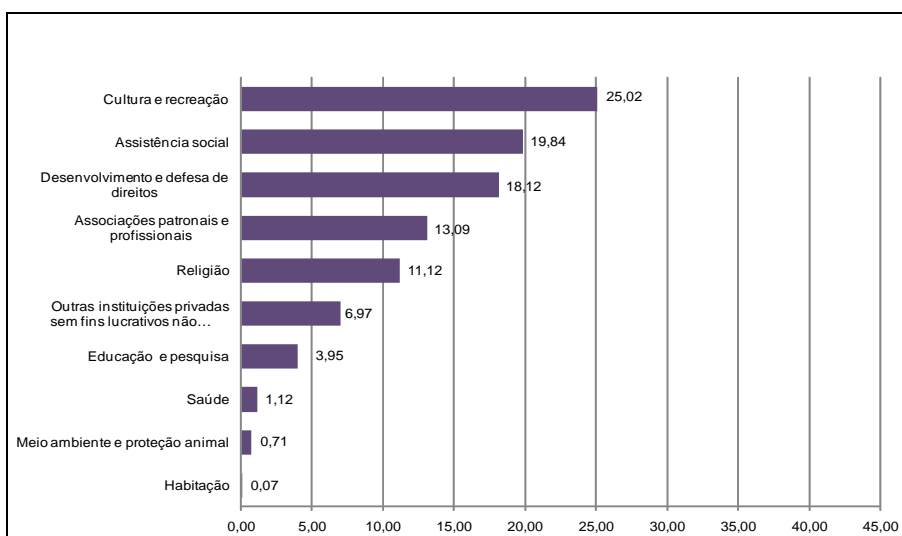
diferença de menos de 3%. As organizações de defesa de direitos (17,23%), de cultura e recreação (14,31%) e de assistência social (14,19%) aparecem em seguida.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 68: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Paraná (%) - Brasil 2005

Já no Estado de Santa Catarina (Gráfico 69), as entidades de cultura e recreação aparecem em primeiro lugar (25,02%) seguido das entidades de assistência social (19,84%), uma diferença aproximadamente 5%. Em seguida aparecem as organizações de defesa de direitos (18,12%), as associações patronais e profissionais (13,09%) e os grupos religiosos (11,12%). Os outros aparecem com menos de 10% do total de FASFIL.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

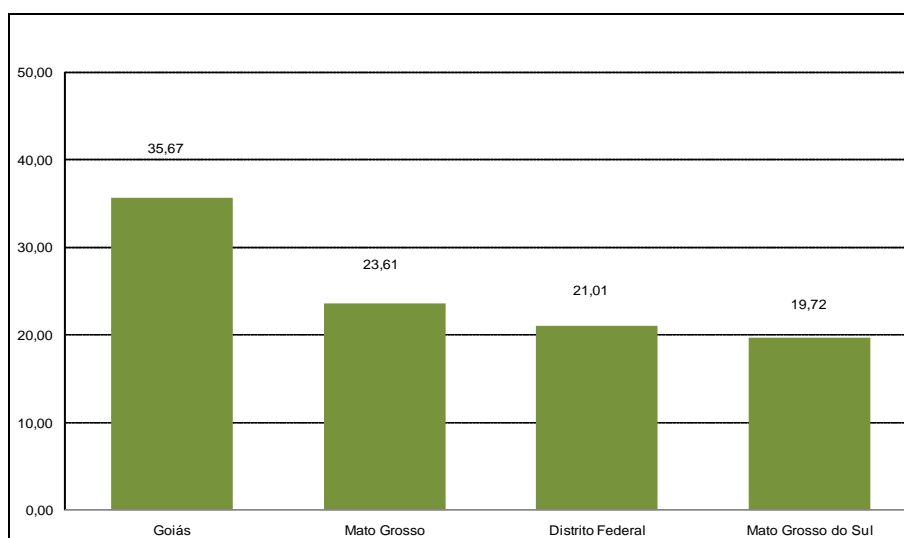
Gráfico 69: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Santa Catarina (%) - Brasil 2005

4.2.5 Região Centro-Oeste

Na Região Centro-Oeste (Gráfico 70), o Estado de Goiás aparece com o maior número de FASFIL dentre os quatro Estados que compõem a região com 35,67%, em seguida bem próximos estão o Estado de Mato Grosso (23,61%), Mato Grosso do Sul (21,1%) e Distrito Federal (19,72%) com percentuais em torno de 20% das FASFIL cada um.

Em relação aos grupos temáticos, com exceção do Estado do Mato Grosso, os demais contam com a maior parte das FASFIL inseridas no âmbito religioso. O Estado do Mato Grosso é o único onde prevalece a categoria associações patronais e profissionais em primeiro, seguida pelos grupos religiosos.

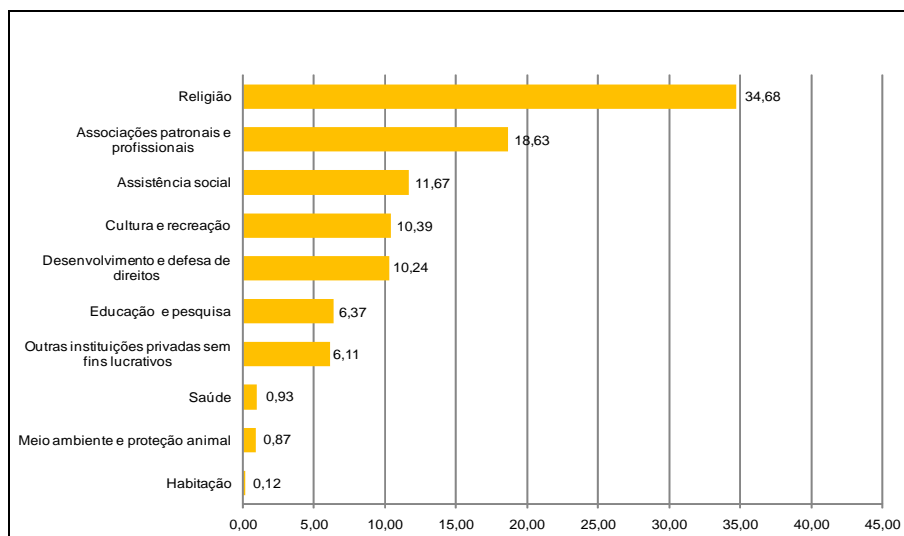
Em Goiás, no Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal as associações patronais e profissionais aparecem em segundo lugar, e no Mato Grosso a situação se inverte sendo o grupo religioso o segundo colocado. Os grupos de saúde, meio ambiente e proteção animal e habitação continuam sendo os últimos colocados para todos os Estados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 70: FASFIL segundo Estados da Região Centro-Oeste (%) - Brasil 2005

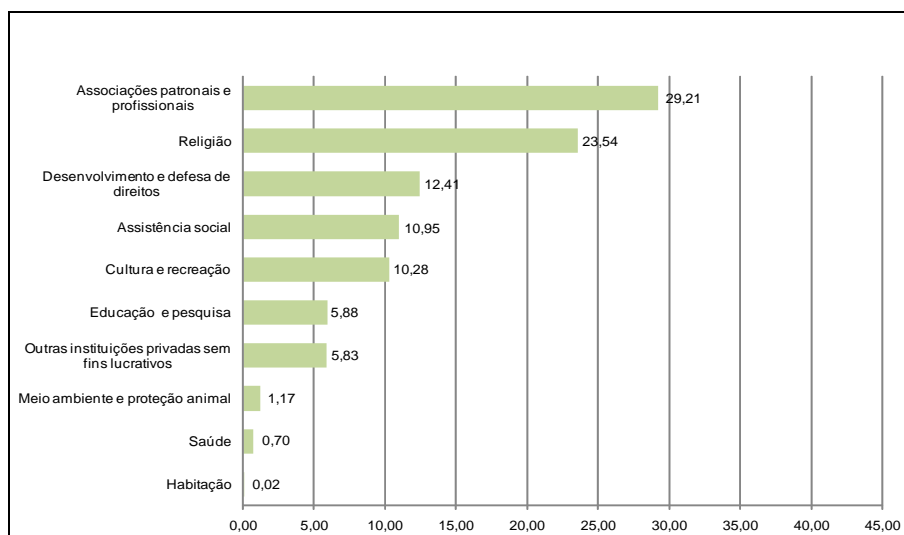
Em Goiás, o grupo religioso se destaca com 34,68% seguidos pelas associações patronais e profissionais com 18,63%, uma diferença de mais de 15 pontos percentuais. Em seguida aparecem as organizações que atuam no campo da assistência social com 11,67% e as que atuam no campo da cultura e recreação com 10,34% e as de desenvolvimento e defesa de direitos com 10,24%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 71: FASFIL segundo área de atuação no Estado de Goiás (%) - Brasil 2005

No Mato Grosso, as associações patronais e profissionais aparecem com 29,21% seguidas das entidades religiosas com 23,54%, uma diferença bem menor se comparada com o Estado de Goiás, pouco mais de 5%. Em seguida aparecem as entidades de defesa de direitos (12,41%), as de assistência social (10,95%) e a de cultura e recreação (10,28%).

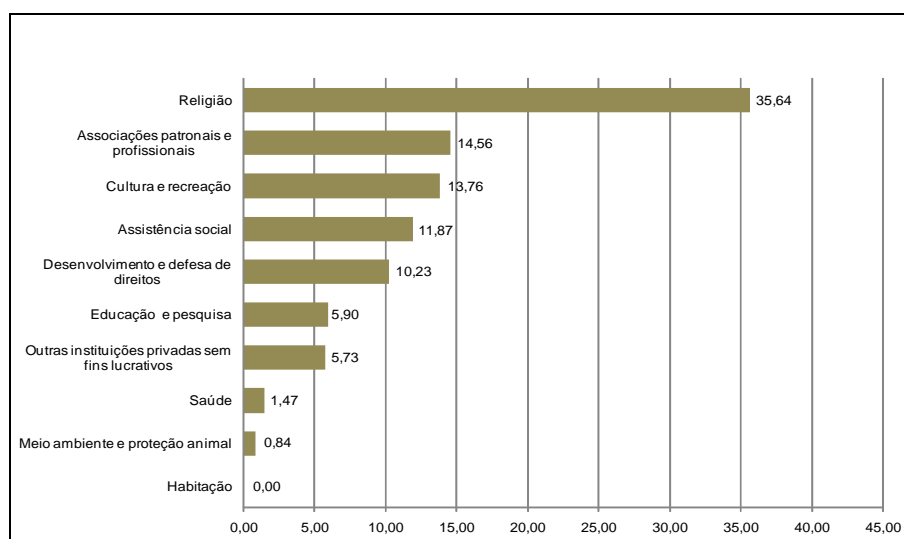


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 72: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Mato Grosso (%) - Brasil 2005

No Mato Grosso do Sul, as organizações religiosas aparecem em primeiro lugar (35,64%) com mais de 20 pontos percentuais de diferença em relação ao segundo colocado, as associações patronais e profissionais (14,56%). Em seguida

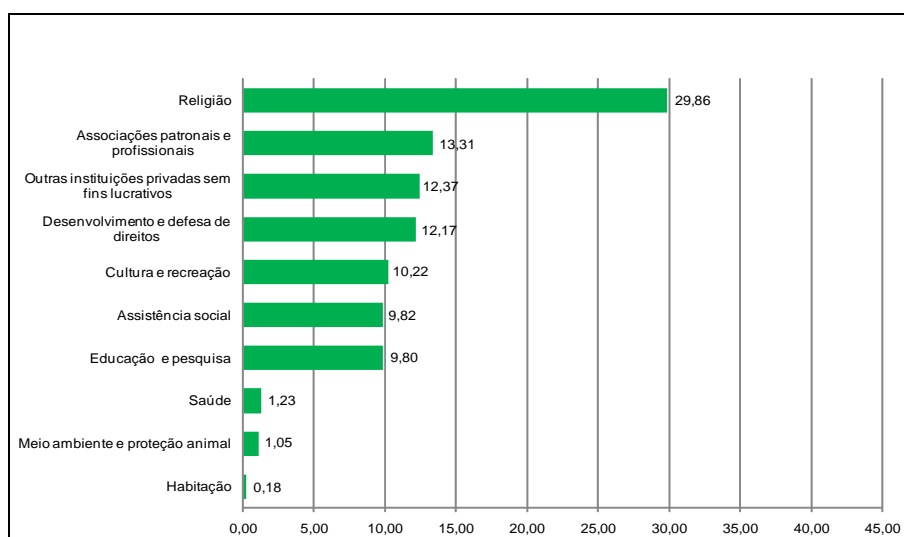
aparecem as que atuam no campo da cultura e recreação (13,76%), assistência social (11,87%) e desenvolvimento e defesa de direitos (10,23%), nesta ordem.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 73: FASFIL segundo área de atuação no Estado do Mato Grosso do Sul (%) - Brasil 2005

E por fim, o Distrito Federal que possui a maior parte de suas FASFIL concentradas nas entidades religiosas (29,86%) seguidas pelas associações patronais e profissionais (13,31%), com uma diferença de mais de 16 pontos percentuais.



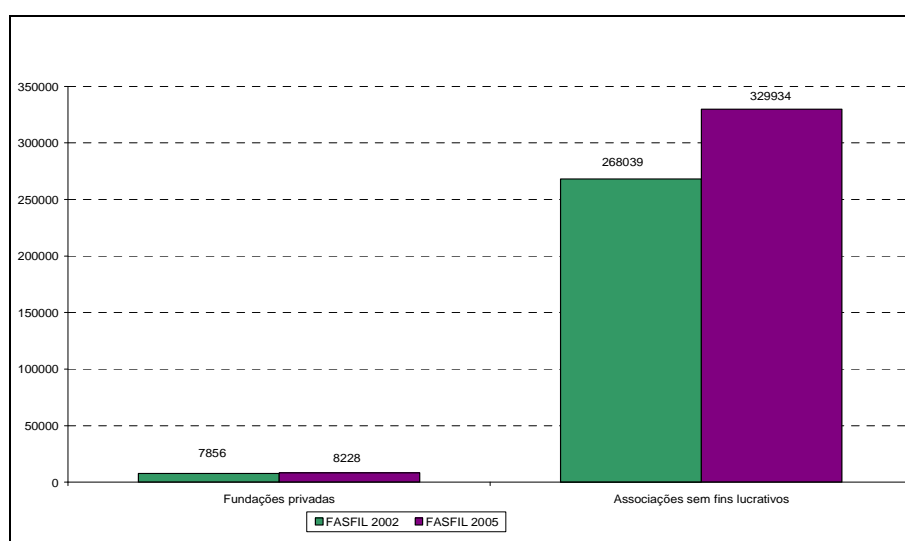
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005

Gráfico 74: FASFIL segundo área de atuação no Distrito Federal (%) - Brasil 2005

4.3 Comparações entre FASFIL 2002 e FASFIL 2005

Buscando identificar quais as alterações sofridas nas Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL) entre os anos de 2002 e 2005, faremos uma comparação no que diz respeito ao seu quantitativo, ao ano de fundação, sua localização regional e estadual e sua classificação por áreas de atuação.

Com relação ao número de organizações existentes, podemos identificar um aumento de mais de 22%, passando de 275 895 em 2002 para 388 162 em 2005. (Gráfico 75).

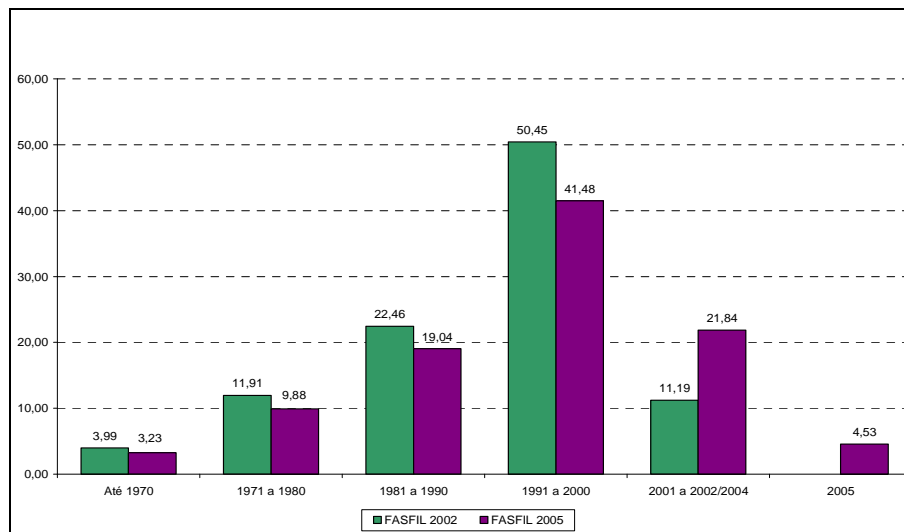


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005

Gráfico 75: Número de FASFIL segundo tipo – Brasil 2002-2005

Este crescimento pode ser explicado pelo surgimento de novas Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos nos últimos anos. No final da década de 1980 e início da década de 1990 há um “boom” deste tipo de organizações impulsionado pela Constituição de 1988 que propõe uma maior participação social na agenda política contribuindo diretamente para a criação de novos veículos de participação, ou seja, as organizações da sociedade civil. Outro fator que também contribuiu para o crescimento do número de organizações durante a década de 1990 foi a reforma do Estado que instituiu a criação de Organizações Sociais para execução de atividades não exclusivas do Estado, através do repasse de recursos orçamentários e bens públicos.

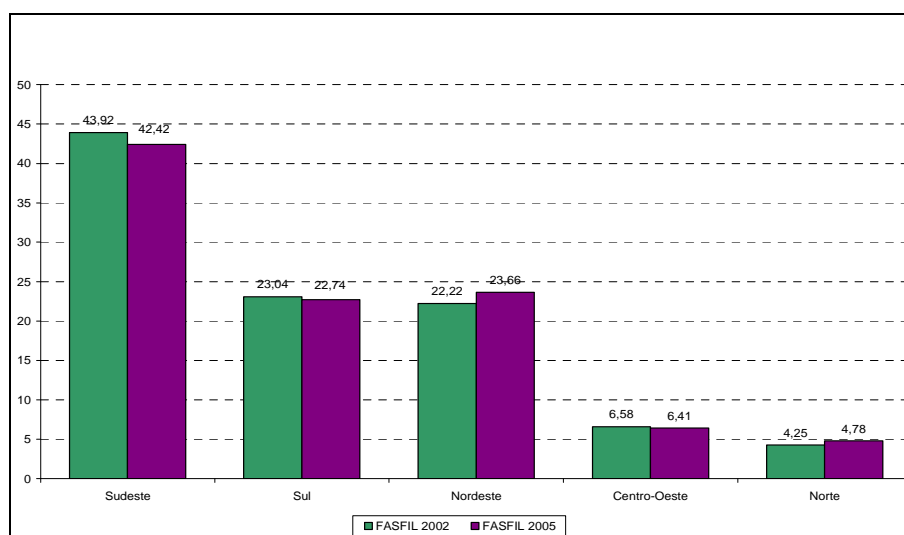
Portanto, devido principalmente a estes fatores identificamos um crescimento no número de organizações a partir dos anos 1990 se prolonga até 2005. (Gráfico 76)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005

Gráfico 76: FASFIL segundo ano de fundação (%) – Brasil 2002-2005

Entre as Grandes Regiões, a maioria destas organizações encontra-se na Região Sudeste, seguida pelas Regiões Nordeste e Sul, que possuem aproximadamente o mesmo número de FASFIL alternando-se entre os anos de 2002 e 2005.



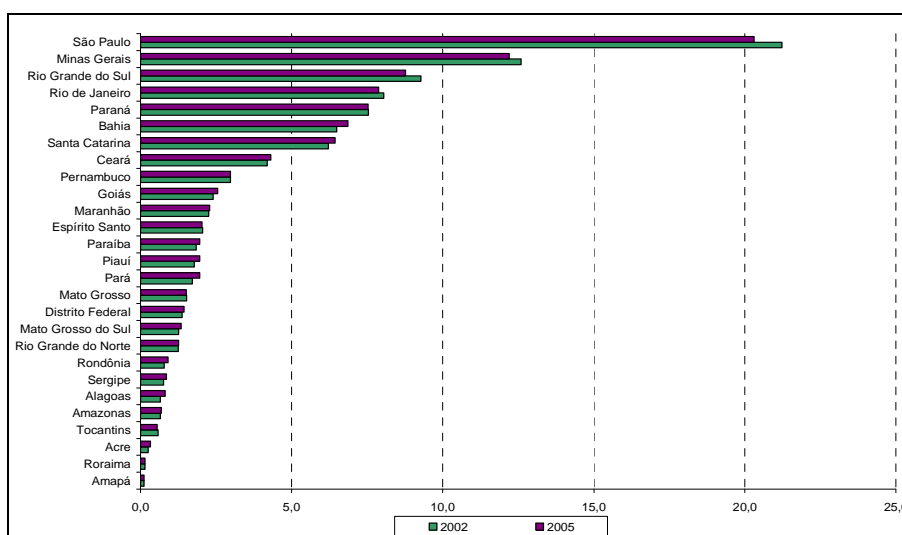
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005

Gráfico 77: Distribuição das FASFIL segundo Grandes Regiões (%) – Brasil - 2002-2005

Com relação aos Estados brasileiros destacam-se São Paulo e Minas Gerais tanto em 2002 quanto em 2005 com o maior número de FASFIL, apesar disso observa-se uma ligeira queda no ano de 2005. Os Estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro também apresentam uma queda significativa no número de organizações nos anos de 2002 e 2005.

Já o Paraná, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Tocantins, Roraima e Amapá sofrem muito pouca variação entre esses dois anos.

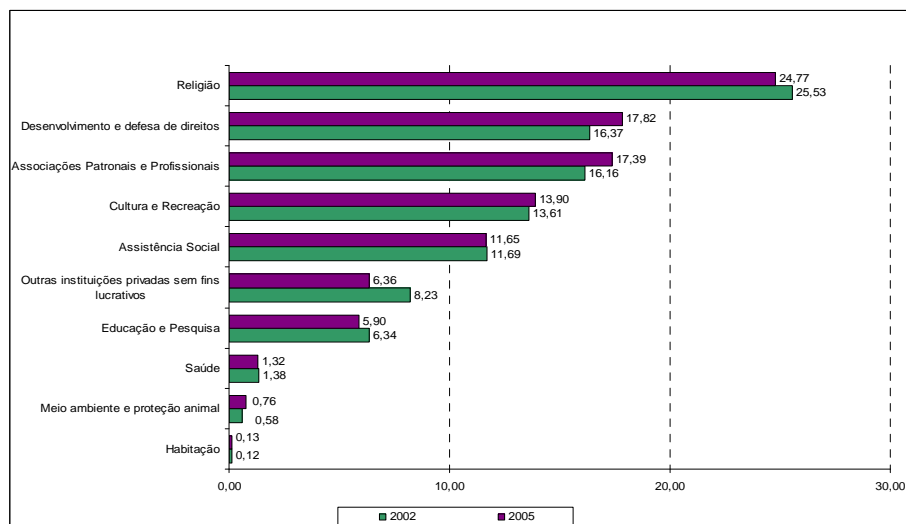
Os Estados da Bahia, Santa Catarina, Ceará, Goiás, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Sergipe, Alagoas, Amazonas e Acre têm um aumento no número de FASFIL quando comparamos os anos de 2002 e 2005. (Gráfico 78)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005

Gráfico 78: Distribuição das FASFIL segundo UFs (%) – Brasil 2002-2005

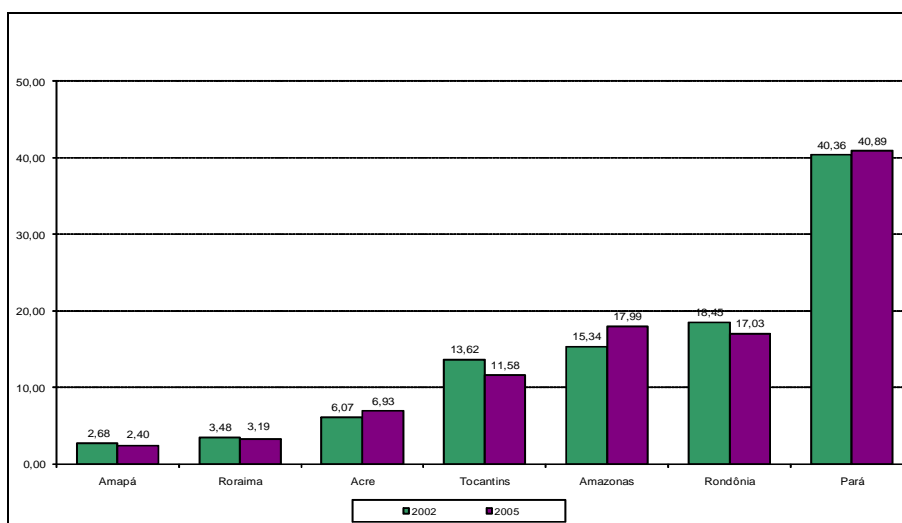
No que diz respeito à classificação por área de atuação, as FASFIL apresentam uma predominância no grupo das entidades religiosas, seguida pelas instituições de desenvolvimento e defesa de direitos e associações patronais e profissionais. Em 2005, aumenta o número de instituições que atuam no desenvolvimento e defesa de direitos dos cidadãos e também das associações patronais e profissionais diminuindo o número de entidades religiosas. (Gráfico 79)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005

Gráfico 79: Classificação das FASFIL segundo área de atuação (%) - Brasil 2002-2005

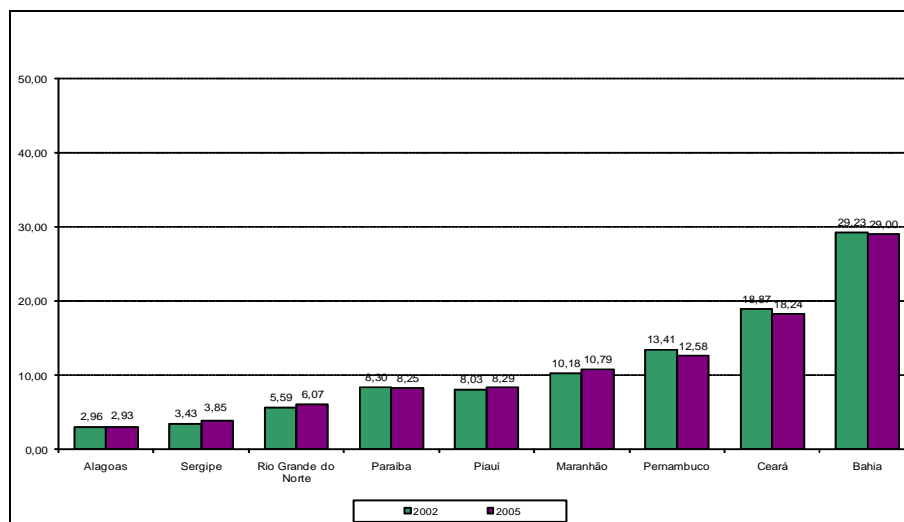
Comparando a distribuição do número de FASFIL nos Estados dentro de cada uma das regiões brasileiras, na Região Norte temos uma predominância no Estado do Pará que detém mais de 40% das FASFIL da região. Podemos perceber que a variação entre os anos é nas casas decimais, mas como estamos de aproximadamente 300 mil esse número é bem significativo. Nos Estados do Amapá, Roraima, Tocantins e Rondônia verificam-se uma pequena queda no número de FASFIL do ano de 2002 para 2005. Já nos Estados do Acre, Amazonas e Pará houve um pequeno crescimento no número de organizações. (Gráfico 80)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005

Gráfico 80: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Norte (%) - Brasil 2002-2005

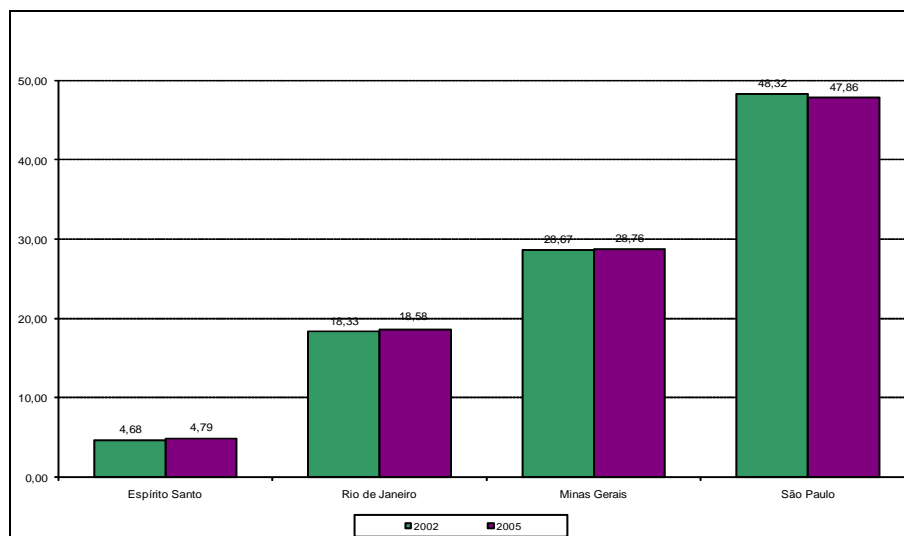
Com relação a Região Nordeste, dos 9 (nove) Estados que a compõem em 5 (cinco) deles há um decréscimo no número de organizações entre 2002 e 2005. A Estado da Bahia possui o maior número de organizações com aproximadamente 29% delas, mas apesar disso, são os Estados do Sergipe, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão que encontramos um crescimento no ano de 2005.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005

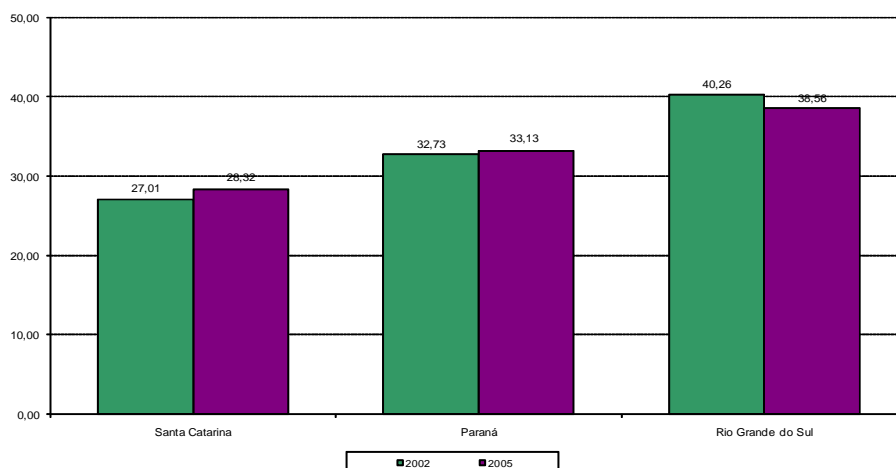
Gráfico 81: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Nordeste (%) - Brasil 2002-2005

Na Região Sudeste, permanecemos com um maior número de FASFIL em São Paulo e em Minas Gerais, mas podemos perceber que nesses Estados há uma diminuição no número de entidades de 2002 para 2005, quanto que nos outros dois Estados há um aumento deste número. (Gráfico 82)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005
Gráfico 82: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Sudeste (%) - Brasil 2002-2005

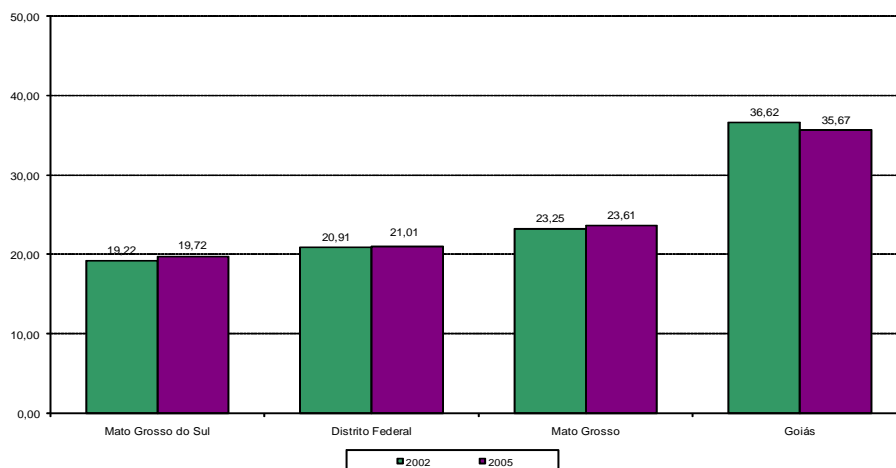
Na Região Sul, dos 3 (três), o Rio Grande do Sul detém o maior número de entidades mas se depara com um decréscimo de 2002 para 2005, ao contrário dos outros dois Estados. (Gráfico 83)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005
Gráfico 83: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Sul (%) - Brasil 2002-2005

Por fim, na Região Centro-Oeste, assim como nos outros Estados, encontramos um decréscimo no Estado que possui o maior número de FASFIL (Goiás) e um aumento nos outros 3 (três). Podemos entender esse fato, que se repete em todas as regiões brasileiras, como um nivelamento dos Estados como um todo ao longo dos anos, ou seja, os Estados que tiveram maior crescimento até

2002 foram acompanhados pelos outros que obtiveram seu crescimentos nestes últimos 3 (três anos).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2002 e 2005

Gráfico 84: Distribuição das FASFIL nos Estados da Região Centro-Oeste (%) - Brasil 2002-2005

Portanto, na comparação entre os anos de 2002 e 2005, identificamos um aumento no número de FASFIL nos últimos anos, sendo essas, instituições de desenvolvimento e defesa de direitos e associações patronais, principalmente nas Regiões Nordeste e Norte.

Diante do panorama heterogêneo encontrado nos Estados e Regiões do Brasil, no que diz respeito às Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos, tanto na distribuição como na classificação das entidades sem fins lucrativos, avaliamos que seria importante uma análise mais aprofundada destas questões. Para isto, utilizaremos métodos estatísticos mais rigorosos como o modelo de regressão linear múltipla procurando explicar as possíveis causas da diferenciação do número de FASFIL nos diferentes Estados Brasileiros.

5. MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA (MRLM)

Demonstraremos neste capítulo, através de análise estatística mais aprofundada, a relação existente entre capital social, organizações da sociedade civil e desenvolvimento nas 27 (vinte e sete) Unidades da Federação (UFs) nos anos de 2002 e 2005. Pretende-se, portanto, estabelecer uma associação entre o número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos (FASFIL) e as características sociais, econômicas, políticas e demográficas dos Estados brasileiros através do método estatístico chamado modelo de regressão linear múltipla.

Para Barbetta (2002, p. 304), o modelo de regressão linear múltipla se propõe a “conhecer a influência de cada variável explicativa, como também prever a variável resposta em função do conhecimento das variáveis explicativas”.

O interesse no uso de um modelo de regressão linear múltipla, de acordo com Gujarati (2000), é basicamente identificar relações existentes entre a variável dependente (também chamada de resposta) e as variáveis independentes (ou variáveis explicativas) para prever ou explicar o comportamento da variável resposta.

Quando se utiliza modelos de regressão linear múltipla alguns pressupostos deverão ser considerados:

- O modelo deve ser linear nos parâmetros, ou seja, representados por uma reta, mas não necessariamente precisam ser lineares nas variáveis;
- O número de observações deve ser maior que o número de variáveis explicativas;
- Homocedasticidade ou variância constante do erro aleatório;
- O erro aleatório tenha média nula e variância constante, mais especificamente, o erro deve ter distribuição normal para que se possa usar a inferência estatística e generalizar à população os resultados obtidos a partir da amostra;
- Ausência de viés de especificação o que significa que o modelo está corretamente especificado e, portanto não exista nenhuma outra variável que seja necessária para explicar a variável resposta;

- Ausência de auto-correlação entre as variáveis, que quer dizer covariância zero entre cada resíduo, dois a dois;
- Não-multicolinearidade⁷ ou ausência de colinearidade perfeita entre as variáveis explicativas.

Portanto, a regressão múltipla é uma técnica de modelagem estatística que permite identificar a relação de causalidade entre três ou mais variáveis, ou seja, estimar uma função que descreve, o mais próximo possível, a relação entre essas variáveis.

Sendo assim, parte-se do pressuposto que um dado valor de Y depende, em parte, dos correspondentes valores de X_1, X_2, \dots, X_k e de uma infinidade de outros fatores, representados por ε ⁸.

A equação da regressão múltipla tem a forma seguinte:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \beta_2 X_2 + \beta_3 X_3 + \dots + \beta_k X_k + \varepsilon, \text{ onde:}$$

Y especifica a variável resposta, $X_i, i = 1, 2, \dots, k$ são as variáveis explicativas, β_0 é o intercepto da regressão (valor de Y quando X é igual a zero), β_i = inclinação, ou seja, o impacto em Y dos sucessivos valores de X_k , sendo $i = 1, 2, \dots, k$, e ε é o erro aleatório (resíduo), onde se supõe normalidade.

Para a realização deste procedimento, trataremos o capital social, representado pela *proxy* das Unidades Locais das Fundações Privadas e Associações em Fins Lucrativos (FASFIL), como variável resposta, e o desenvolvimento da unidade da federação, através de características demográficas, sociais, econômicas e políticas, de cada uma, como variáveis explicativas.

Como explicitado nos capítulos anteriores, o capital social é um ativo endógeno das sociedades que pressupõe a participação social dos indivíduos através da cooperação, da confiança e das normas sociais estabelecidas e, portanto, pode ser representado pelo número de organizações da sociedade civil já que estas são criadas com a intenção de interferir no processo político através da participação.

⁷ Relação linear exata entre as variáveis explicativas. Isso pode ser identificado através da análise de correlação de Pearson. Para maiores detalhes consultar a obra de Gujarati (2000).

⁸ Parte do modelo que não é função da variável explicativa. É conhecido como erro aleatório.

Já as variáveis explicativas que representam o desenvolvimento das Unidades da Federação foram classificadas como⁹:

➤ Variáveis demográficas: população estimada – população residente em unidades (V1) e densidade demográfica – população por área territorial em habitantes/Km² (V2)

➤ Variáveis de desenvolvimento social: índice de desenvolvimento humano (IDH) varia de 0 (zero) a 1 (um) onde quanto mais próximo de 1(um) maior o nível de desenvolvimento humano de determinada região (V3) e o coeficiente de gini que mede a desigualdade social, varia de 0 (zero) a 1(um) onde o significa 0 que todos os indivíduos possui a mesma renda e 1 quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo (V4)

➤ Variáveis de desenvolvimento econômico: receita tributária – fonte de renda que deriva da arrecadação estatal de tributos em milhões (V5), produto interno bruto (PIB) em milhões (V6), número de indústrias em unidades (V7) e renda per capita – soma dos rendimentos de uma determinada população por habitantes (V8)

➤ Variáveis de desenvolvimento político: votos brancos e nulos – percentual de eleitores que votaram branco e nulo na eleição presidencial (V9) e abstenções – percentual de eleitores aptos a votarem que não compareceram as urnas (V10)¹⁰

Portanto, procuraremos demonstrar através do coeficiente do vetor de parâmetros β uma estimativa esperada de Y, a partir da variação de 1 (uma) unidade na correspondente variável explicativa X.

Além da quantificação da variação que cada variável independente causa no número de FASFIL de cada unidade da federação, é possível, a partir da análise de regressão múltipla, identificar qual o efeito (positivo ou negativo) destas na variável resposta. Também é possível prever o número de FASFIL a partir do modelo especificado. A Seção 4.1 a seguir apresenta uma análise descritiva das variáveis explicativas e resposta que farão parte do procedimento de modelagem.

⁹ As variáveis: tamanho da população, receita tributária, PIB e Número de Indústrias foram extraídas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – www.ibge.gov.br. A variável votos brancos e nulos foi extraídas do site do Tribunal Superior Eleitoral – TSE – www.tse.gov.br. A variável Coeficiente de Gini foi extraída do site do IPEADATA – www.ipeadata.gov.br. A variável IDH foi extraída do site do PNUD – Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento – <http://www.pnud.org.br/idh>.

¹⁰ Todas as variáveis foram extraídas para o ano de 2002 e 2005 por Unidades da Federação, com exceção da variável votos brancos e nulos (V9) que foram calculadas para 2002 e 2006, já que as eleições presidenciais ocorrem a cada 4 (quatro) anos.

5.1 Análise Descritiva dos Dados

Logo ao início de nosso trabalho identificamos através da análise de correlação de Pearson¹¹, que as variáveis densidade demográfica (V2), renda per capita (V8) e abstenções (V10) possuíam um grau de associação muito pequena com a variável resposta e, portanto, foram descartadas da composição do modelo.

Nesta seção, faremos uma breve análise descritiva das variáveis que serão utilizadas na modelagem, como o cálculo da média, da variância, os valores mínimos e máximos a fim de observar o comportamento dos dados e identificar qualquer tipo de tendenciosidade que possa ser prejudicial ou identificar um padrão influente à análise posterior.

Tabela 4: Medidas de tendência central e dispersão das variáveis selecionadas para o ajuste do modelo de regressão linear múltipla para a variável número de FASFIL – 2002

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Soma	Mínimo	Máximo
Nº de FASFIL	10218	13123	275895	314	58557
População Estimada	6467887	7844378	174632960	346871	38177742
PIB (em milhões)	54734	100472	1477822	2313	511736
IDH	0,76	0,05	20,50	0,67	0,87
Nº de Indústrias	5556	10510	150009	64	51349
Votos Brancos e Nulos	10,93	4,27	295,01	5,78	20,00
Receita Tributária (em milhões)	4358305	7997306	117674223	138456	41102869
Coeficiente de Gini	0,57	0,03	15,36	0,47	0,63

Como dito anteriormente, para o ano de 2002, o maior número de FASFIL (58557) encontra-se no Estado de São Paulo assim como o maior número de habitantes (38177742), o maior PIB (511736), a maior quantidade de indústrias (51349) e maior receita tributária (41102869). Sendo assim, o Estado de São Paulo apresenta um comportamento bastante distinto dos demais Estados da Federação, tornando-se um valor atípico (*outlier*) no modelo. Apesar disso, optamos por não retirá-lo da análise devido ao fato de que este Estado é extremamente relevante e não influencia negativamente no ajuste do modelo.

O Estado com o menor número de FASFIL é o Amapá com 314 unidades locais. Já o Estado que detém a menor população (6467887), o menor PIB (54734),

¹¹ Para maiores esclarecimentos consultar a obra de Seber & Wild (2004)

a menor quantidade de indústrias (5556) e a menor receita tributária (4358305) é o Estado de Roraima.

Na variável IDH o Distrito Federal aparece com o maior índice (0,87), mas apesar disso, com o maior Coeficiente de Gini (0,63), o que significa dizer que apesar de possuir um alto índice de desenvolvimento humano e também o que possui a maior desigualdade social. Neste também aparece com o menor número de votos brancos e nulos (10,93%), que pode ser justificado pela proximidade com as instituições políticas, enquanto que o Estado do Maranhão aparece com o maior percentual de votos brancos e nulos, chegando a 20% dos eleitores.

O Estado de Alagoas aparece com o menor índice de desenvolvimento humano - IDH (0,76), enquanto que Santa Catarina aparece como o Estado que possui a menor desigualdade entre os cidadãos, ou seja, com o menor coeficiente de gini (0,57).

Em síntese, podemos supor que os Estados que possuem maior população, maior receita tributária, maior PIB, maior quantidade de indústrias, alto índice de desenvolvimento humano, menor coeficiente de gini e menor número de votos brancos e nulos possuam um maior número de Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos, já que pressupomos à priori que quanto mais desenvolvida seja a unidade da federação maior o seu capital social.

Comparando os anos de 2002 e 2005, demonstraremos baixo a análise descritiva das variáveis utilizadas no modelo de regressão linear múltipla apresentando um panorama inicial para os dois anos.

Tabela 5: Medidas de tendência central e dispersão das variáveis selecionadas para o ajuste do modelo de regressão linear múltipla para a variável número de FASFIL – 2005

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Soma	Mínimo	Máximo
Nº de FASFIL	12525	15421	338162	338	68658
População Estimativa	6821639	8268003	184184264	391317	40442795
PIB	79527	142819	2147239	3179	727053
IDH	0,77	0,05	20,82	0,68	0,87
Nº de Indústrias	6099	11294	164681	96	55091
Votos Brancos e Nulos	8,01	2,14	216,21	4,45	11,53
Receita Tributária	6513734	11164533	175870821	222371	57066143
Coeficiente de Gini	0,55	0,03	14,78	0,46	0,60

No ano de 2005, o Estado de São Paulo permanece destacando-se com maior quantidade nas variáveis: número de FASFIL, população, PIB, número de

indústrias e receita tributária e, portanto continua se comportando como um valor atípico (*outlier*) onde optamos por adotar o mesmo critério do ano de 2002, inclusive para que estes dois modelos possam ser comparáveis.

O Amapá também permanece possuindo o menor número de FASFIL, mas apesar disso, houve o surgimento de 24 novas unidades locais apesar de este crescimento ter se dado em apenas três anos. O Estado de Roraima também permanece com a menor quantidade de habitantes, o menor PIB, a menor quantidade de indústrias e a menor receita tributária apesar do acréscimo em todas as variáveis nos três anos citados. Com relação ao IDH e o Coeficiente de Gini, os índices são bem parecidos para os dois anos não variando o mínimo e máximo entre os Estados.

5.2 Ajuste do Modelo de Regressão Linear Múltipla¹²

Para o ajuste do modelo de regressão linear múltipla partiu-se do pressuposto que todas as variáveis explicativas pré-selecionadas explicariam significativamente o número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos para as Unidades Federativas do Brasil, denominada de “Y” como definido anteriormente.

Neste método incorporam-se inicialmente as variáveis independentes e, a partir daí elimina-se a cada passo a variável menos explicativa até que se chegue ao modelo ideal, com alto valor de R^2 (coeficiente de determinação), ou seja, a quantidade de variabilidade dos dados explicada pelo modelo proposto.

Geralmente, nos modelos de regressão linear, a estatística usada para quantificar a capacidade explicativa do modelo é o R^2 junto com o teste F, que precisa ser significativo para o modelo, e com os testes de significância para os coeficientes de inclinação parcial de cada variável (p-valor) que necessariamente precisam possuir valor menor que o nível de significância proposto pelo modelo.

Segundo Barbetta (2002, p.295), “O coeficiente de determinação é uma medida descritiva da proporção da variação de Y que pode ser explicada pela matriz X, segundo o modelo especificado”.

¹² Para realização da regressão linear múltipla serão utilizados os softwares estatísticos SAS versão 9.1 e MS Excel 2003.

Os resultados do ajuste do modelo de regressão linear múltipla através do procedimento backward elimination¹³ para o ano de 2002 e 2005 estão representados nos anexos.

5.2.1 Ajuste do MRLM para o ano de 2002

O primeiro procedimento para o ajuste do modelo foi a exclusão do intercepto¹⁴, já que supomos que nenhuma das variáveis explicativas assumam valores próximos de 0 (zero). Na primeira tentativa de ajuste do modelo excluiu-se a variável votos brancos e nulos, pois apesar do coeficiente de determinação (R^2) do modelo ser bastante alto, o teste de significância para o seu coeficiente de inclinação parcial (p-valor) é muito maior que o nível de significância estabelecido para o modelo (0,6916, com valor de referência de 5%). Mesmo com a retirada da variável votos brancos e nulos o coeficiente de determinação não altera, o que comprova que esta variável não interfere de forma significativa no modelo.

Logo, a equação da reta de predição do modelo ajustado - que representa a relação entre o número de FASFIL e as variáveis explicativas - é:

Número de FASFIL = + 0,002 população estimada + 0,114 PIB + 13649 IDH + 1,025 número de indústrias – 0,003 receita tributária – 18374 coeficiente de gini

Este modelo nos fornece um R^2 igual a 0,9926 indicando que na amostra observada, cerca de 99,26% do número de FASFIL pode ser explicada por uma relação linear desta com as variáveis explicativas população estimada, PIB, IDH, número de indústrias, receita tributária e coeficiente de gini. Além disso, o teste F também é altamente significativo ($F=466,35$, $p < 0,0001$), indicando que o modelo explica grande parte da variação dos dados.

Observamos também que todas as variáveis explicativas possuem o teste de significância para o coeficiente de inclinação parcial (p-valor) menor que o nível de significância estabelecido como referência para o modelo (0,05). Portanto, tomando

¹³ Este procedimento começa com um modelo contendo todas as variáveis e a cada passo a variável com menor estatística F é eliminada até atingir o nível de significância escolhido.

¹⁴ Valor esperado para a variável resposta quando a variável explicativa é igual a zero.

como base a equação da regressão para o ano de 2002, mantendo-se constante as outras variáveis explicativas do modelo, espera-se que:

- Com o aumento de cada 100.000 habitantes em uma unidade da federação, aumente em 164 o número de FASFIL;
- Com o aumento de 100 milhões no PIB na unidade da federação, aumente em 11,4 o número de FASFIL;
- Com a elevação de 0,1 no IDH do Estado, aumente em 13649 o número de FASFIL;
- Com o crescimento de uma unidade no número de indústrias de determinado Estado, aumente em uma unidade o número de FASFIL;
- Com o crescimento de 100 milhões na receita tributária estadual, diminua em 2,80 o número de FASFIL;
- Com a elevação de 0,1 no Coeficiente de Gini de uma unidade da federação, diminua em 18374 o número de FASFIL

Essa análise nos permite afirmar que quanto maior o número de habitantes, o Produto Interno Bruto, o desenvolvimento humano do Estado e o número de indústrias, maior o número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos. Já, o coeficiente de gini é inversamente proporcional ao número de FASFIL. É importante salientar que o parâmetro estimado para a variável receita tributária é muito baixo, e sua relação, a princípio, inversamente proporcional ao número de FASFIL pode ser somente um erro de aproximação.

Portanto, para este modelo podemos afirmar que com exceção da variável de dimensão política “votos brancos e nulos”, todas as outras explicam o número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos nas Unidades da Federação do Brasil.

5.2.2 Ajuste do MRLM para o ano de 2005

Assim como no ajuste do modelo referente ao ano de 2002, o intercepto foi retirado do modelo para o ano de 2005 sob a mesma suposição que nenhuma das variáveis explicativas assumam valores próximos de 0 (zero). O grande diferencial no ajuste do modelo do ano de 2002 para o ano de 2005 é que a variável PIB deixou de ser significativa no modelo, por apresentar o p-valor muito alto (0,4670), ou seja, muito acima do nível de significância estabelecido para o modelo (0,05).

O procedimento seguinte foi a exclusão da variável votos brancos e nulos por esta apresentar um p-valor muito alto (0,2432) para o ajuste do modelo, assim como no modelo ajustado para o ano de 2002. Portanto, temos o ajuste do modelo final sem as variáveis votos brancos e nulos e PIB.

Sendo assim, temos a seguinte equação da reta de predição do modelo ajustado:

Nº de FASFIL = + 0,002 população estimada + 18862 IDH + 0,950 número de indústrias – 0,001 receita tributária – 25084 coeficiente de gini

Este modelo também fornece um coeficiente de determinação (R^2) bastante alto (0,9855), o que significa dizer que na amostra observada, o modelo ajustado explica cerca de 98,55% do número de FASFIL por relação linear através das variáveis explicativas consideradas. A estatística F também é bastante significativa ($F= 300,08$, $p<0,0001$) o que implica que o modelo é significativo para explicar grande parte da variabilidade associada à variável resposta.

Assim como para o ajuste do modelo com as variáveis consideradas no ano de 2002, o modelo com as variáveis ajustadas para o ano de 2005 é estatisticamente significativo com 95% de confiança e, já que, todas as variáveis possuem o teste de significância para o coeficiente de inclinação parcial (p-valor) menor que o nível de significância proposto para o ajuste do modelo (0,05). A equação da regressão para o ano de 2005, mantendo-se constante as outras variáveis explicativas do modelo, nos permite afirmar que:

- Com o aumento de cada 100.000 habitantes da unidade da federação, aumente em 184 o número de FASFIL;
- Com a elevação de 0,1 no IDH do Estado, aumente em 18862 o número de FASFIL;
- Com o crescimento de uma unidade no número de indústrias de um determinado Estado, aumente em 0,95 o número de FASFIL;
- Com o crescimento de 100 milhões na receita tributária estadual, diminua em 1,01 o número de FASFIL;
- Com a elevação de 0,1 no Coeficiente de Gini do Estado, diminua em 25084 o número de FASFIL

Essa análise nos permite afirmar que, para o ano de 2005, quanto maior o número de habitantes, maior o desenvolvimento social, e o número de indústrias, maior o número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos esperada para os Estados. Já, o Coeficiente de Gini é inversamente proporcional ao número de FASFIL, ou seja, quanto maior a desigualdade social menor o número FASFIL.

Portanto, para este modelo podemos afirmar que com exceção da variável de dimensão política “votos brancos e nulos” e da variável econômica PIB, todas as outras explicam o número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos nas Unidades da Federação do Brasil.¹⁵

5.2.3 Comparações entre os ajustes dos MRLM para os anos de 2002 e 2005

Comparando o modelo ajustado para os anos de 2002 e 2005, a variável política votos brancos e nulos não é significativa para o modelo, pois apresenta um p-valor muito maior que o nível de significância estabelecido para o modelo (0,05) e, portanto, não é estatisticamente significativa para explicar o número de FASFIL. Isto pode ser justificado pelo fato de se tratar de uma variável da dimensão política representativa enquanto que o número de FASFIL está relacionado à representação política participativa.

Em nosso estudo, não conseguimos encontrar nenhuma variável que pudesse representar a esfera participativa por Unidades da Federação para os anos de 2002 e 2005. Uma possível proxy para a dimensão política participativa seria o número de conselhos gestores, mas este dado não existe para a totalidade dos estados, somente para os municípios apenas no que se refere ao ano de 2001.

Identificamos que para o ano de 2002 a variável PIB se mantém no modelo enquanto que no ajuste do modelo com as mesmas variáveis explicativas para o ano de 2005 ela deixa de ser significativa no modelo. Este fenômeno pode ser explicado

¹⁵ Foi conduzida uma análise de resíduos para os modelos relacionados aos respectivos anos e não foi identificado nenhum problema significativo. Com relação ao Estado de São Paulo encontramos um distanciamento maior entre o valor observado do número de FASFIL e o valor predito do mesmo pela reta de regressão comparado aos demais Estados. Isto se refere às grandes proporções numéricas encontradas neste estado, mas, apesar disso, esta diferenciação não é estatisticamente significativa, não representando problemas para o ajuste. Também encontramos uma pequena diferenciação no Estado de Pará, fato este que merece um estudo posterior que não cabe neste trabalho.

através da teoria sociológica de Abramovay (2000), que afirma que o crescimento econômico de uma determinada sociedade não significa obrigatoriamente desenvolvimento, e que este desenvolvimento não se baseia simplesmente na esfera econômica. Para o autor, desenvolvimento é caracterizado pela proximidade social entre a sociedade, as organizações públicas e iniciativas empresariais que permitem a formação de redes de relações densas, ou seja, o capital social.

Portanto, se o desenvolvimento econômico medido exclusivamente pelo tamanho do PIB de uma determinada nação fosse um indicador de desenvolvimento da sociedade como um todo, o Brasil deveria ser um dos países mais desenvolvidos do mundo, já que em 1980 despontamos como a oitava maior economia do mundo.

Apesar disso, nesta mesma época apontam-se altos índices de desigualdade social, má distribuição de renda, baixo desenvolvimento humano e clientelismo entre outras mazelas sociais. Sendo assim, é proeminente que existem outras dimensões sociais, culturais, territoriais e político-institucionais entre outras, que influenciam diretamente no desenvolvimento de uma determinada sociedade e, portanto, afetam na constituição de capital social.

O desenvolvimento depende diretamente do capital social intrínseco de uma determinada sociedade, pois para isso é necessário dinamizar a cooperatividade entre os agentes. Melhorar a qualidade de vida dos cidadãos em termos econômicos é essencial, mas é de suma importância que se estabeleçam redes de relações sociais a fim de promover uma nova concepção de desenvolvimento comunitário estabelecido pelo capital social acumulado nesta sociedade.

É importante salientar que para os dois anos referidos o parâmetro estimado para a variável receita tributária é muito baixo, e sua relação, a princípio, inversamente proporcional ao número de FASFIL pode ser somente um erro de aproximação.

Por fim, podemos perceber que o peso para o valor estimado das variáveis população estimada, número de indústrias e receita tributária permanecem aproximadamente o mesmo para os dois referidos anos. Já, no índice de desenvolvimento humano e no coeficiente de gini o peso do valor estimado aumenta do ano de 2002 para o ano de 2005 para o modelo adotado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, devemos considerar que o termo capital social ainda é um conceito em constante discussão, não havendo consenso sobre a sua teoria. Para esta autora, o capital social pode ser visto como um mecanismo intrínseco às relações sociais que possibilita a maior participação dos cidadãos para o desenvolvimento da sociedade.

Neste trabalho procuramos demonstrar o capital social de determinada sociedade através das organizações da sociedade civil existente, pois, entendemos as organizações civis como mecanismos de intermediação orientados a conectar segmentos da população ao Estado, ou seja, como uma nova instância de mediação entre representantes e representados.

Adotamos, portanto, o conceito de capital social segundo a visão putniana que trata dos grandes agregados, como sociedades modernas e nações. Segundo Putnam (2002), a reserva de capital social favorece a democracia e o desenvolvimento através do melhor funcionamento das instâncias democráticas.

Diante dos tipos de capital social existentes o que mais se adéqua a nossa concepção é o capital social de conexão, ou seja, aquele que estabelece relações entre a sociedade civil e as instituições públicas e privadas, sendo esse o principal papel das organizações da sociedade civil dentro da ação política.

Nessa perspectiva, o capital social estabelece relação direta com o desenvolvimento, já que acredita na capacidade dos indivíduos de tornarem-se protagonistas de suas ações e no reconhecimento das potencialidades intrínsecas a cada sociedade tomando a iniciativa de promover o seu próprio desenvolvimento. Sendo assim, quanto menor o estoque de capital social disponível, menor o desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 2000)

Portanto, segundo Abramovay (2000, p.11), “O desenvolvimento territorial apóia-se, antes de tudo, na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização dos atributos de uma certa região.” Sendo assim, para que haja desenvolvimento territorial é necessário fortalecer o capital social, muito mais do que promover o crescimento econômico.

Para melhorar o desenvolvimento de uma determinada comunidade é importante que se construam parcerias entre as organizações da sociedade civil,

empresas e governos em todos os níveis, a fim de investir em programas inovadores de aquisição/acumulação de capital social. É importante que tanto o Estado, como o mercado e a sociedade civil se articulem a fim de promover o desenvolvimento, pois o funcionamento efetivo das sociedades contemporâneas depende desta interação.

Segundo Bandeira (apud SOUZA FILHO, 2001),

(...) qualquer proposta de política pública que visar ampliação do capital social, através de práticas participativas, terá que manter por um longo período o apoio institucional, a credibilidade e a sustentação política da proposta, sob pena de inviabilizar no futuro a continuidade das práticas cívicas e da solidariedade na comunidade. Por todos estes motivos, acredita-se que novos modelos de atuação governamental e de formulação e gestão de políticas públicas tornam-se, mais do que nunca, imprescindíveis em um processo de desenvolvimento nestes padrões.

Como vimos, os cidadãos desempenham atividades movidas por iniciativas coletivas que não obrigatoriamente advêm da obediência às normas do Estado ou do mercado, ou seja, cooperam livremente e, muitas vezes não têm a expectativa de serem beneficiados. Portanto, a sociedade civil desempenha um papel fundamental no que diz respeito a reprodução do espírito de cooperação entre os indivíduos e/ou grupos, ou seja, o capital social.

Com as mudanças ocorridas no cenário político-institucional brasileiro, principalmente após a Constituição de 1988, há uma retomada na participação social que ocasiona a revitalização da sociedade civil. A crescente participação de atores societários no cenário político-institucional empodera a democracia participativa que pauta-se na idéia de que os cidadãos devem organizar-se democraticamente através de instâncias participativas construídas coletivamente mediando as relações entre os interesses individuais e coletivos.

As organizações civis colocam-se neste cenário como um novo ator na intermediação política-institucional apto a pleitear as demandas de determinados segmentos da população com instâncias do poder público. Estas organizações são consideradas como um importante meio de revitalização da sociedade civil de forma a motivar e estimular os cidadãos à participação na esfera política democrática orientando o comportamento dos indivíduos de forma a torná-los capazes de promoverem o estoque ou fluxo de capital social.

Portanto, as organizações civis são consideradas mais flexíveis e efetivas do que as instituições políticas democráticas do Estado no que diz respeito ao seu

funcionamento. Em virtude das deficiências da democracia representativa, um número crescente de pessoas parece depositar confiança na ação da sociedade civil no processo de regeneração política. (BAQUERO, 2003).

Estas instituições que estão além do Estado e do mercado acabam influenciando diretamente no desempenho social, político e econômico da sociedade por meio dos espaços coletivos como conselhos gestores, fóruns, agências de desenvolvimento, orçamento participativo entre outros. A partir disso, podemos estabelecer uma inter-relação entre capital social, o desenvolvimento e as organizações da sociedade civil, já que estas se colocam no cenário político-institucional brasileiro como forma de manifestação do capital social de uma determinada sociedade que proporciona o desenvolvimento local.

Em meados da década de 1990, a criação deste tipo de organização é alavancada pela Reforma do Estado que cria as organizações sociais a fim de desonerar o Estado da execução de atividades científicas e sociais passando-as para estas organizações, portanto, identificamos uma indução no crescimento do número de organizações sociais a partir da reforma do Estado, já que estas estavam sendo subsidiadas pelo governo através do repasse de verbas diretamente para os governos municipais através dos programas sociais.

Em nosso trabalho, adotamos a tipologia das organizações civis apresentada por Sobottka (2002) e podemos identificar a sua representação através das Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos tanto para o ano de 2002 como para 2005.

A partir da análise dos dados da pesquisa, percebemos que no Norte e Nordeste há uma predominância de organizações civis de fins coletivos, organizações que buscam uma relação de cooperação e lealdade entre os indivíduos e as instituições e, são voltadas para o bem estar coletivo, como as associações de produtores rurais.

Já no Sudeste e Centro-Oeste, a maior parte das organizações é de fins públicos as quais se dispõem a ajuda ou serviços para o bem estar alheio e, neste caso, estão configuradas como a filantropia eclesial. E, finalmente, na Região Sul, encontramos um grande quantitativo de organizações de fins mútuos e de auto-ajuda que buscam uma relação de troca com os indivíduos como as atividades culturais e recreativas.

Quando relacionamos através de métodos estatísticos, como o modelo de regressão linear múltipla, sofisticados o capital social, organizações da sociedade civil e o desenvolvimento constatamos que variáveis de desenvolvimento econômico, demográficos e sociais explicam significativamente o capital social representado pelo número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos existentes no Brasil e contribuem diretamente para o desenvolvimento.

As variáveis que demonstram o desenvolvimento social das Unidades da Federação possuem um forte grau de explicação para o número de FASFIL existente no Brasil. Em contrapartida, as variáveis demográficas e econômicas possuem um grau muito menor de explicação da variável resposta contrariando o mito de que uma sociedade pobre economicamente não contribui para o desenvolvimento. No nosso entendimento, os padrões de convivência e as formas de sociabilidade são recursos bastante significativas, muitas vezes ignoradas, para o desenvolvimento.

Concluimos que para a produção e reprodução do capital social é essencial incentivar o empoderamento social dos indivíduos para que eles cooperem entre si através das redes de relações sociais e da democracia buscando o alcance de objetivos coletivos, constituindo, cada vez mais, conectividade entre as redes. Simplificando, essas redes de relações que produzem o capital social são indispensável para o desenvolvimento.

É importante deixar claro este é um trabalho inédito e também bastante preliminar tanto no que se refere à abordagem teórica sobre o conceito de capital social como na discussão política dos movimentos advindos da sociedade civil. Além disso, levando em consideração a disponibilidade de tempo e de recursos para a elaboração de uma dissertação de mestrado optamos por limitar a análise dos dados à dimensão estadual e utilizar somente uma técnica estatística, o modelo de regressão linear múltipla.

Sendo assim, para trabalhos futuros é necessário incorporar outros autores contemporâneos que estudam a teoria do capital social a fim de aprofundar a discussão acerca desta temática e me debruçar profundamente sob a relação deste conceito com o desenvolvimento sustentável. Além disso, considero relevante uma discussão política mais aprofundada acerca das organizações da sociedade civil, já que este é um tema bastante recente e polêmico.

Também é necessário aprofundar o estudo do comportamento das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos dentro dos Estados Brasileiros de forma individualizada e até mesmo em nível municipal já que estes dados também se encontram disponíveis e principalmente ampliar as pesquisas buscando justificativas para a diferenciação das áreas de atuação dentro dos Estados.

Também desejo aprofundar a análise estatística das formas de mensuração do capital social através de outras variáveis a serem incorporadas no modelo de regressão linear múltipla ou até mesmo de outras técnicas estatísticas que possam explicar o número de Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil.

Por fim, procuramos neste trabalho, mesmo que preliminarmente, contribuir para a discussão acerca do conceito de capital social e sua possível mensuração a fim de tornar-se “um instrumento para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentado e para a revitalização da sociedade civil e da democracia”. (D’ARAÚJO, 2003)

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial**. Economia Aplicada. FEA/USP. Número 2, vol. IV: abril/junho 2000, p. 379-397.

ABONG. **Um novo marco legal para as ONGs no Brasil: fortalecendo a cidadania e a participação democrática**. São Paulo: 2006. 80 páginas.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da autorização à legitimidade da ação. **Dados**. Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 50, nº. 3. 2007. p.443-464.

BANCO MUNDIAL. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. Grupo Temático sobre Capital Social. 2003. Disponível em <http://poverty2.forumone.com/files/14753_qi-mcs.pdf. Acesso em Dez. 2007>. Acesso em Dez. 2007

BAQUERO, Marcelo. Construindo outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, nº. 21. 2003. p.83-108. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a07n21.pdf>. Acesso em Mar. 2008.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5ª Edição. Florianópolis: EDUFSC, 2002. 340 p.

BRASIL. **Código Civil**. 46ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1985

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>. Acesso em Dez. 2008

BRASIL. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao/>>. Acesso em Dez. 2008

BRESSER-PEREIRA L. C. Reflexões sobre a reforma gerencial brasileira de 1995. **Revista do Serviço Público**. vol.50, nº. 4, out/dez 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O capital social – notas provisórias**. In: NOGUEIRA, Maria Alice & CATANI, Afrânio. 9ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BUTAIM CÓ, João Ribeiro. **A aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais na Guiné Bissau: uma abordagem para a percepção de conflitos sociais**. SOCIUS – ISEG/UTL, *Working paper* nº. 06, 2006. Disponível em <<http://pascal.iseq.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/wp200606.pdf>>. Acesso em Ago. 2008

CAMARGO JR, Renato Barros. ONGs: esclarecimentos essenciais. **Instituto Jetros**. 2009 – Disponível em: <<http://www.institutojetro.com.br/lendoartigo.asp?t=12&a=1475>>. Acesso em Jun. 2009.

CAZELLI, Sibeles. **Ciência, cultura, museus, jovens e escolas: Quais as relações?** Tese de Doutorado. PUC-RIO: Departamento de Educação, 2005.

COLEMAN, JAMES S. *Social capital in the creation of human capital*. **American Journal of Sociology**, 94 (Supplement), 1988, p. 95-120.

COSTA, A.B. da & COSTA, B.M. da. **Cooperação e Capital Social em arranjos produtivos locais**. 2005. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A113.pdf>>. Acesso em Mar. 2008

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos**. São Paulo: Paz e Terra/Unicamp, 2002. 364 páginas

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 66p.

DOIMO, Ana Maria. **A Vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.

DRAIBE, Sonia Miriam . **O Sistema Brasileiro de Proteção Social: o legado desenvolvimentista e a agenda recente de reformas**. Campinas: Caderno de Pesquisa, n. 32. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP/UNICAMP), 1998.

EDWARD, Bob e FOLEY, Michael W. *Is It Time to Disinvest in Social Capital?* **Jnl Publ. Pol.** vol. 19, nº. 2, 1999. p. 141-173.

FRAGA, R; LEMOS, Linovaldo Miranda. **Migração Cidade-Campo e o capital social: estratégias para a revitalização do rural no município de Nova Friburgo/RJ**. In: III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Anais do Congresso, 2006.

FLEURY, Sônia. **A seguridade social inconclusa**. In: Rocha, Denise & Bernardo, Maristela (org). *A era FHC e o governo Lula: transição?* Brasília: INESC, 2004. p. 109-122.

FLEURY, Sonia. *Reforma del Estado*, **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: nº. 35 (5), 2001. p. 7-48

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais. A Construção da Cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2ª Edição. São Paulo: Loyola, 1997.

GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. & BICHIR, R.M. Quando novos atores saem de cena: Continuidades e Mudanças na centralidade dos movimentos sociais. **Cultura e Política**. Santa Catarina: UFSC, vol. 10, nº. 2, 2004.

GURZA LAVALLE, A., HOUTZAGER, P. P. e CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo: vol. 21, nº. 60, 2006. p. 43-178.

GURZA LAVALLE, A.; CASTELLO, G. & BICHIR, R.M. Protagonistas na Sociedade Civil: Redes e Centralidades de Organizações Civis em São Paulo. **Dados**. Rio de Janeiro: vol. 50, nº. 3, 2007. pp. 465-498.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva, 1996. 412 p.

FUKUYAMA, Francis. **Social capital and civil society**. Prepared for the International Monetary Fund Conference on Second Generation Reforms, 1999. Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm>>. Acesso Jun. 2009.

GUJARATI, D. M. **Econometria Básica**. 3ª. Edição. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

HIGGINS, S.S. **Os Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005. 263 p.

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil**. Diretoria de Pesquisas. Cadastro Central de Empresas, 2002.

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil**. Diretoria de Pesquisas. Cadastro Central de Empresas, 2005.

LIMA NETO, E. J. A noção de capital social e seu lugar na pauta de agências de desenvolvimento. **Revista Ideas**. vol. 01, nº. 01, 2007. p. 36-47. Disponível em <http://www.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v01_n01/IDeAS-v01_n01-artigo_EVARISTO_DE_LIMA_NETO.pdf>. Acesso em Nov. 2007

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. A representação no interior das experiências de participação. **Lua Nova**. São Paulo: nº. 70, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452007000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Dez. 2008.

MACIEL, M. L. Confiança, capital social e desenvolvimento. **Revista Econômica**. Brasília: vol. 3, nº. 2, 2001. p. 283-288

MARTELETO, R.M. e OLIVEIRA E SILVA, A.B. de. Redes e Capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. .Inf**. Brasília: vol. 33, nº. 3, 2004. p. 41-49.

MATTOS E SILVA, Bruno. **ONGs: relações com o Estado e o novo marco legal.** Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12408>> Acesso em Jun. 2009 .

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social.** 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2005.

MOORE, David S. **A estatística básica e sua prática.** 3ª. Edição. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

MOYANO ESTRADA, E. El concepto de capital social e su utilidad para el análisis de las dinámicas del desarrollo. **Revista Economía Ensaíos.** vol. 13, nº. 2 e vol. 14, nº. 1, 1999.

PINHEIRO, R. A presença do capital social nas comunidades atendidas pelos projetos de combate à pobreza rural (PCPR) em Pernambuco. **Organizações & Sociedade.** Salvador: vol. 11, 2004. p. 115-127

PORTES, Alejandro. **Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea.** In: Sociologia, Problemas e Práticas. Lisboa: nº. 33, 2000. pp. 133 –158, Disponível em <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n33/n33a06.pdf>> Acesso em Mar. 2008.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna.** 3ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

REIS, Bruno Pinheiro W. Capital social e confiança: Questões de Teoria e Método. **Revista de Sociologia Política,** Curitiba: nº. 21, 2003, p. 35-49

RENNO, L. R. Estruturas de oportunidade política e Engajamento em Organizações da sociedade Civil: Um Estudo Comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política.** nº. 21, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n21/a06n21.pdf>> . Acesso em Out. 2008

RENNÓ, L. & SELIGSON, M. Mensurando confiança interpessoal: Notas acerca de um conceito multidimensional. **Dados.** nº. 43 (4), 2000. Disponível em <<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/gPXVhC/Mensurando%20Confianca%20Interpessoal%20Notas%20acerca%20de%20um%20Conceito%20Multidimensional.pdf>> Acesso em Nov. 2008

RIZEK, Cibele Saliba. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil: um balanço necessário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: vol. 18, nº. 51, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em Out. 2008

RODRIGUEZ, P.G. **Sentidos y usos de La noción de capital social en relación com La sociedad civil.** e-I@tina Revista Electrónica de Estudio Latino Americanos. Buenos Aires: vol.5, nº. 17, 2006. ISSN 1666-9606. Disponível em <<http://www.iigg.fsoc.uba.ar/hemeroteca/elatina/elatina17.pdf>>. Acesso em Mai. 2008

SEBER, G.A.F. e WILD, C.J. **Encontros com o acaso: um primeiro curso de análise de dados e inferência.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: LTC editora, 2004. Tradução de Cristiana Filizola Carneiro Pessoa e revisão técnica de Djalma Galvão Carneiro Pessoa

SIISIÄINEN, M. **Two Concepts of Social Capital: Bourdieu vs. Putnam.** Paper presented in ISTR Fourth International Conference The Third Sector: For What and for Whom? Dublin – Ireland: Trinity College, 2000. Disponível em <<http://www.istr.org/conferences/dublin/workingpapers/siisiainen.pdf>>. Acesso em Mar. 2008

SILVA JÚNIOR, J. D. O Capital Social: discussão em torno da construção de um conceito. **Espaço Acadêmico.** nº. 72, ano VI, 2007. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/072/72silvajr.htm>>. Acesso em Mar. 2008

SIQUEIRA, Graciano Pinheiro de. Organizações Não-Governamentais – ONGs. **Revista Jus Vigilantibus,** 2005. Disponível em <<http://jusvi.com/artigos/14850>>. Acesso em Jun. 2009.

SOBOTTKA, Emil. Organizações civis, buscando uma definição para além de ONGs e “terceiro setor”. **CIVITAS – Revista de Ciências Sociais.** Porto Alegre: vol. 2, nº. 1, 2002.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento Regional Endógeno, Capital Social e Cooperação,** 2001. Disponível em <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/Desenvolvreg.html>> Acesso em Ago. 2009

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas.** Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização.** 6ª Edição. São Paulo: Record, 2002.

ZAVALLA, Rodrigo. Impasse traz mais insegurança às filantrópicas. **GIFE - Grupo de Instituições, Fundações e Empresas,** 2009. Disponível em <http://www.gife.org.br/redegifeonline_noticias.php?codigo=8460&tamanhodetela=3&tipo=ie>. Acesso em Abr. 2009.

ANEXOS

ANEXO A – AJUSTE DO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA O ANO DE 2002

The REG Procedure

Dependent Variable: Nº de FASFIL

Backward Elimination: Step 0

All Variables Entered: R-Square = 0.9926 and C(p) = 7.0000

Note: No intercept in model. R-Square is redefined.

Analysis of Variance					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	7	7242586509	1034655216	383.80	<.0001
Error	20	53916566	2695828		
Uncorrected Total	27	7296503075			

Variable	Parameter Estimate	Standard Error	Type II SS	F Value	Pr > F
População Estimada	0.00165	0.00015768	296623157	110.03	<.0001
PIB	0.11171	0.05070	13088308	4.86	0.0395
IDH	12470	6276.04808	10642836	3.95	0.0608
Nº de Indústrias	1.03015	0.14325	139406251	51.71	<.0001
Votos Brancos e Nulos	-41.28612	102.59243	436586	0.16	0.6916
Receita Tributária	-0.00279	0.00072071	40421171	14.99	0.0009
Coefficiente de Gini	-16092	9380.93606	7932457	2.94	0.1017

Bounds on condition number: 419.21, 9302.5

Backward Elimination: Step 1

Variable Votos Brancos e Nulos Removed: R-Square = 0.9926 and C(p) = 5.1619

Note: No intercept in model. R-Square is redefined.

Analysis of Variance					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	6	7242149924	1207024987	466.35	<.0001

Analysis of Variance					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Error	21	54353151	2588245		
Uncorrected Total	27	7296503075			

Variable	Parameter Estimate	Standard Error	Type II SS	F Value	Pr > F
População Estimada	0.00164	0.00014746	318232468	122.95	<.0001
PIB	0.11426	0.04929	13907579	5.37	0.0306
IDH	13649	5438.66735	16300962	6.30	0.0204
Nº de Indústrias	1.02512	0.13983	139106977	53.75	<.0001
Receita Tributária	-0.00280	0.00070594	40672104	15.71	0.0007
Coeficiente de Gini	-18374	7322.18783	16297706	6.30	0.0204

Bounds on condition number: 418.92, 6914

All variables left in the model are significant at the 0.0500 level.

ANEXO B – AJUSTE DO MODELO DE REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA PARA O ANO DE 2005

The REG Procedure
Backward Elimination: Step 0

Dependent Variable: N° de FASFIL
All Variables Entered: R-Square = 0.9868 and C(p) = 7.0000

Note: No intercept in model. R-Square is redefined.

Analysis of Variance					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	7	10280958926	1468708418	214.24	<.0001
Error	20	137105910	6855295		
Uncorrected Total	27	10418064836			

Variable	Parameter Estimate	Standard Error	Type II SS	F Value	Pr > F
População Estimativa	0.00171	0.00027959	255110781	37.21	<.0001
PIB	0.03894	0.05250	3770122	0.55	0.4670
IDH	23754	9513.32394	42739927	6.23	0.0214
N° de Indústrias	1.00348	0.23712	122769146	17.91	0.0004
Votos Brancos e Nulos	427.31023	374.50267	8924891	1.30	0.2673
Receita Tributária	-0.00148	0.00086321	20272219	2.96	0.1009
Coefficiente de Gini	-37187	16392	35280012	5.15	0.0345

Bounds on condition number: 476.78, 9784.4

Backward Elimination: Step 1

Variable PIB Removed: R-Square = 0.9865 and C(p) = 5.5500

Note: No intercept in model. R-Square is redefined.

Analysis of Variance					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	6	10277188804	1712864801	255.33	<.0001
Error	21	140876032	6708382		
Uncorrected Total	27	10418064836			

Variable	Parameter Estimate	Standard Error	Type II SS	F Value	Pr > F
População Estimativa	0.00166	0.00027038	253454116	37.78	<.0001
IDH	24700	9325.78663	47059923	7.02	0.0150
Nº de Indústrias	0.91841	0.20530	134251644	20.01	0.0002
Votos Brancos e Nulos	444.09030	369.79122	9674916	1.44	0.2432
Receita Tributária	-0.00087639	0.00026710	72220001	10.77	0.0036
Coeficiente de Gini	-38851	16063	39243050	5.85	0.0247

Bounds on condition number: 312.3, 3995.7

Backward Elimination: Step 2

Variable Votos Brancos e Nulos Removed: R-Square = 0.9855 and C(p) = 4.9613

Note: No intercept in model. R-Square is redefined.

Analysis of Variance					
Source	DF	Sum of Squares	Mean Square	F Value	Pr > F
Model	5	10267513888	2053502778	300.08	<.0001
Error	22	150550948	6843225		
Uncorrected Total	27	10418064836			

Variable	Parameter Estimate	Standard Error	Type II SS	F Value	Pr > F
População Estimativa	0.00184	0.00022838	444188868	64.91	<.0001
IDH	18862	8038.06027	37682633	5.51	0.0284
Nº de Indústrias	0.95041	0.20560	146233130	21.37	0.0001
Receita Tributária	-0.00101	0.00024406	117908262	17.23	0.0004
Coeficiente de Gini	-25084	11365	33338569	4.87	0.0380

Bounds on condition number: 153.24, 1967.4

All variables left in the model are significant at the 0.0500 level.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)